

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Gustavo Bordin Schumacher

**UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2022

Gustavo Bordin Schumacher

**UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Schumacher, Gustavo Bordin
UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO
PARALÍMPICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO RIO
GRANDE DO SUL / Gustavo Bordin Schumacher. -- 2023.
129 f.
Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de
Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Gestão Esportiva. 2. Desenvolvimento Esportivo.
3. Esporte Paralímpico. 4. Deficientes Visuais. 5.
Cegos. I. Reppold Filho, Alberto Reinaldo, orient.
II. Título.

GUSTAVO BORDIN SCHUMACHER

**UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Conceito Final:

Aprovado em 02 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Velly Nunes – UFRGS

Prof. Dr. Fabiano Bossle - UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Mataruna - Canadian University of Dubai

Orientador – Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS

“Atleta tem que jogar, diretoria tem que administrar e treinador tem que treinar”.
Pedro Antônio Beber (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Aos meus atletas deficientes visuais por me propiciarem enxergar o mundo com outros olhos. Este trabalho é de vocês e para vocês.

Aos meus alunos, parceiros incansáveis, que se mantiveram ao meu lado, adaptando-se a novas formas de atuação, incentivando, torcendo e rezando pelo meu sucesso. Vocês me deram o suporte e o sustento para viabilizar esta tese.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, ao Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos e ao projeto de Extensão Universitária Bugre Lucena.

À Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais, nominalmente ao presidente José Antônio Ferreira Freire e à assistente administrativa Mariana Erthal Nunes Ramos, que não pouparam esforços no fornecimento de material para a produção desta pesquisa.

Aos dirigentes e técnicos da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, da Associação Farroupilhense de Deficientes Visuais, da Associação Gaúcha de Futsal para Cegos, da Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas, da Escola de Educação Especial José Álvares de Azevedo, do Grêmio Náutico União e do Instituto Hélio Passos de Judô.

À minha irmã Andréa e a todos os meus familiares. Mana, sem você não teria sido possível concluir esta tese.

À Deus e a Odetinha, minha padroeira, por me fortalecerem nas horas mais difíceis.

Ao meu psicanalista Renato Costa, por me auxiliar na dura tarefa de me autoconhecer.

Ao meu orientador Alberto Reinaldo Reppold Filho, pelos ensinamentos e oportunidades ao longo da minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Este estudo analisa o desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual em entidades de prática esportiva do Rio Grande do Sul ligadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV). A pesquisa foi do tipo exploratória descritiva, com uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com dirigentes e técnicos esportivos das sete entidades esportivas que participaram das competições oficiais da CBDV no período de 2011 a 2019, nas modalidades de futebol de cegos, goalball e judô paralímpico. A análise documental foi baseada em documentos oficiais fornecidos pela CBDV. Os resultados demonstraram que o desenvolvimento do esporte paralímpico de deficientes visuais é parcialmente realizado, uma vez que as práticas esportivas são pouco acessíveis, pouco atraentes e apenas parcialmente direcionadas aos objetivos e/ou habilidades de seus praticantes. Foram encontradas diferenças na forma como estas entidades esportivas planejam, implementam e avaliam suas atividades, que vão desde processos mais formais até sua quase ausência. As falhas no planejamento também levam a dificuldades na implementação e avaliação.

Palavras-chave: Gestão Esportiva; Desenvolvimento Esportivo; Esporte Paralímpico; Deficientes Visuais; Cegos.

ABSTRACT

This study analyzes the paralympic sports development for people with visual impairment in sports organizations of Rio Grande do Sul linked to the Brazilian Confederation of Sports for the Visually Impaired (CBDV). The research was of the exploratory descriptive type, with a qualitative approach. For data collection, 15 semi-structured interviews were conducted with sports managers and coaches of the seven sports organizations that participated in the official competitions of CBDV in the period from 2011 to 2019, in blind football, goalball and paralympic judo. Documentary analysis was based on official documents provided by CBDV. The results demonstrated that the paralympic sport development of visually impaired people is partially accomplished, since the sport practices are not very accessible, not very attractive and only partially directed to the objectives and/or abilities of their practitioners. Differences were found in the way these sports organizations plan, implement and evaluate their activities, ranging from more formal processes to their near absence. The failures in planning also led to difficulties in implementation and evaluation.

Keywords: Sports Management; Sports Development; Paralympic Sport; Visually Impaired; Blind.

RESUMEN

Este estudio analiza el desarrollo del deporte paralímpico para personas con deficiencia visual en organizaciones deportivas de Rio Grande do Sul vinculadas a la Confederación Brasileña de Deportes para Deficientes Visuales (CBDV). La investigación fue de tipo exploratorio descriptivo, con abordaje cualitativo. Para la colecta de datos, fueron realizadas 15 entrevistas semiestructuradas a gestores deportivos y entrenadores de las siete organizaciones deportivas que participaron de las competencias oficiales de la CBDV en el período de 2011 a 2019, en fútbol para ciegos, goalball y judo paralímpico. El análisis documental se basó en documentos oficiales aportados por el CBDV. Los resultados demostraron que el desarrollo deportivo paralímpico de las personas con discapacidad visual se cumple parcialmente, ya que las prácticas deportivas son poco accesibles, poco atractivas y sólo parcialmente dirigidas a los objetivos y/o habilidades de sus practicantes. Se encontraron diferencias en la forma en que estas organizaciones deportivas planifican, implementan y evalúan sus actividades, desde procesos más formales hasta su casi ausencia. Los fallos en la planificación también provocaron dificultades en la ejecución y la evaluación.

Palabras clave: Gestión deportiva; Desarrollo Deportivo; Deporte Paralímpico; Discapacidad visual; Ciego.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos	52
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Definições de desenvolvimento esportivo.....	37
Quadro 2. Bases teóricas de modelos de desenvolvimento esportivo.....	41
Quadro 3. Entidades participantes da pesquisa.....	50
Quadro 4. Participação competitiva das entidades por modalidades paralímpicas de DVs disputadas em 2019.....	50
Quadro 5. Participantes entrevistados por cada entidade.....	51
Quadro 6. Objetivos Institucionais das entidades do RS participantes dos eventos competitivos da CBDV.....	56
Quadro 7. Tópicos levantados por dirigentes e técnicos na entrevista aplicada que dificultam a prospecção e captação de novos atletas.....	71
Quadro 8. Características dos novos praticantes e forma de atendimento de acordo com relato dos técnicos.....	87
Quadro 9. Resultado esportivo das entidades nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de futebol de cegos durante o período de 2011 a 2019.....	100
Quadro 10. Resultado esportivo das entidades nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de goalball nos naipes masculino e feminino, durante o período de 2011 a 2019.....	102
Quadro 11. Número de medalhas conquistadas por equipes nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de judô paralímpico, no naipe feminino, durante o período de 2011 a 2019.....	103
Quadro 12. Número de medalhas conquistadas por equipes nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de judô paralímpico, no naipe masculino, durante o período de 2011 a 2019.....	104
Quadro 13. Número de atletas participantes das competições oficiais da CBDV por entidade e modalidades no ano de 2019.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ABDC - Associação Brasileira de Desportos para Cegos
ACERGS - Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
ADEVIC - Associação de Deficientes Visuais de Canoas
AFADEV - Associação Farroupilhense de Deficientes Visuais
AGAFUC - Associação Gaúcha de Futsal para Cegos
ASDEFIPEL - Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas
ANDE - Associação Nacional de Desporto para Excepcionais
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CBDC - Confederação Brasileira de Desportos de Cegos
CBDDEV - Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
CBDV - Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
CBJ - Confederação Brasileira de Judô
CEOP - Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CSSM - Case Studies Sport Management
DE - Desenvolvimento do Esporte
DPE - Desenvolvimento Pelo Esporte
DVs - Deficientes Visuais
EEJAA - Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo
ESEFID - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
ESMQ - European Sport Management Quarterly
F – Feminino
FDN - Fundação Dorina Nowill
GNU – Grêmio Náutico União
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBSA - International Blind Sport Federation
IHP – Instituto Hélio Passos
IJF - Federação Internacional de Judô
IJSMRT - International journal of sport management, recreation & tourism
ISMGF - Federação dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville
JASM - Journal of Applied Sport Management
JGSM - Journal of Global Sport Management

JSM - Journal of Sport Management

LAPEX - Laboratório de Pesquisa do Exercício

LTAD - Long-Term Athlete Development

M - Masculino

ME - Modelo Empírico

MP - Modelo de Pirâmide

RPA - Registro de Pagamento Autônomo

RS - Rio Grande do Sul

SESI - Serviço Social da Indústria

SMR - Sport Management Review

TN - Teoria Normativa

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UN - Organização das Nações Unidas

WG - Washington Group on Disability Statistics

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 OBJETIVO GERAL	19
1.1.1 Objetivos específicos	19
1.2 ESTRUTURA DA TESE	19
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	20
2.1 ESPORTE PARALÍMPICO DE DEFICIENTES VISUAIS	20
2.2 DEFINIÇÕES E BASES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO	38
2.2.1 Definições de desenvolvimento esportivo	38
2.2.2 Bases teóricas do desenvolvimento esportivo	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	49
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	49
3.3 INSTRUMENTOS	51
3.3.1 Revisão sistemática	51
3.3.2 Entrevistas semiestruturadas	53
3.3.3 Pesquisa documental	53
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	53
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	54
4 RESULTADOS	55
4.1 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO	55
4.1.1 Objetivos esportivos	55
4.1.2 Calendário	60
4.1.3 Processos de planejamento	61
4.1.3.1 Quanto a formalização	61
4.1.3.1.1 Planejamento formal	61
4.1.3.1.2 Planejamento informal	62
4.1.3.1.3 Sem planejamento	63
4.1.4 Elaboração do planejamento	63
4.1.4.1 Participação dos atletas no planejamento	65
4.1.5 Recursos Humanos	66
4.1.5.1 Comissão técnica	66
4.1.5.1.1 Vínculo Institucional	67
4.1.5.2 Equipe de atletas	70

4.1.5.2.1 Equipe de Futebol de Cegos	72
4.1.5.2.2 Equipe de Goalball	75
4.1.5.2.3 Equipe de Judô Paralímpico	77
4.1.6 Recursos de infraestrutura	79
4.1.7 Recursos de logística	79
4.2 IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO.....	81
4.2.1 Infraestrutura	82
4.2.2 Início da implementação.....	84
4.2.2.1 Periodicidade.....	85
4.2.3 Percurso do atleta	86
4.2.4 Implementação por modalidade esportiva	90
4.2.4.1 Judô paralímpico	90
4.2.4.2 Futebol de cegos.....	90
4.2.4.3 Goalball	91
4.2.5 Recursos humanos	91
4.2.5.1 Técnicos esportivos.....	92
4.2.5.2 Atletas	94
4.3 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO	95
4.3.1 Resultados esportivos.....	99
4.3.1.1 Futebol de cegos	100
4.3.1.2 Goalball	101
4.3.1.3 Judô paralímpico	103
4.3.1.3.1 Judô paralímpico feminino.....	103
4.3.1.3.2 Judô paralímpico masculino	104
4.3.2 Participação competitiva de atletas em 2019	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	120
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	120
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA	122
APÊNDICE C - DOCUMENTOS OFICIAIS FORNECIDOS PELA CBDV	124
APÊNDICE D – MODELO DE PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO DE DEFICIENTES VISUAIS	128

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata do desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual em entidades de prática esportiva do Rio Grande do Sul vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV). Este tema é examinado sobre três aspectos da gestão: planejamento, implementação e avaliação. A escolha destes aspectos leva em conta que as organizações esportivas envolvem-se em processos de planejamento, implementação e avaliação visando atingir objetivos de desenvolvimento esportivo (SOTIRIADOU, 2013).

O desenvolvimento esportivo é um tema relevante para as entidades de prática e administração esportivas, para os setores governamentais responsáveis pelas políticas públicas de esporte e para as entidades privadas que atuam no setor de produtos e serviços esportivos (SCHULENKORF; SHERRY; PHILLIPS, 2016).

O interesse destes diferentes segmentos tem a ver com o fato de que o desenvolvimento esportivo está relacionado com a promoção de oportunidades de práticas esportivas à toda população, possibilitando melhorias de desempenho nos diferentes níveis de participação (SHILBURY *et al.*, 2008). O desenvolvimento esportivo é assim um conceito amplo que abrange o esporte para diferentes populações (independente de idade, gênero, etnia, religião, classe social e deficiência), praticado em diferentes níveis (da iniciação esportiva ao alto rendimento) e em diferentes espaços (escolas, clubes, parques, projetos sociais).

O desenvolvimento esportivo apresenta duas características básicas: melhorar o desempenho esportivo e aumentar o número de praticantes de esporte (GREEN, 2005). Para dar contas destas características, Houlihan e White (2002) propuseram as noções de Desenvolvimento do Esporte (DE) e Desenvolvimento pelo Esporte (DPE). O DE está relacionado com a excelência esportiva, visando melhorar as habilidades relacionadas ao esporte e criar caminhos para a identificação e promoção de talentos e para a participação profissional. O DPE diz respeito à participação esportiva, incluindo atividades físicas não necessariamente competitivas, visando alcançar objetivos de bem-estar e desenvolvimento social (GIULIANOTTI *et al.*, 2016; KIDD, 2008; LYRAS e WELTY PEACHEY, 2011).

Enquanto construto teórico, o desenvolvimento esportivo aplica-se a diferentes contextos investigativos, entre eles os esportes para pessoas com deficiência. Dentre

os esportes para pessoas com deficiência, destacamos àqueles que compõem o programa dos Jogos Paralímpicos (MARQUES *et al.*, 2009). Estes esportes são praticados por pessoas com deficiência que atendem a critérios específicos de classificação estabelecidos pelo *International Paralympic Committee* (IPC) (COSTA; WINCKLER, 2012).

A deficiência visual é uma das dez deficiências elegíveis para a participação em esportes paralímpicos (IPC, 2020a), e pode ser definida como uma condição ocular que afeta o sistema visual em uma ou mais das funções da visão (WHO, 2020), abrangendo as pessoas cegas e com baixa visão. Os atletas deficientes visuais (DVs) competem em 12 dos 28 esportes que compõem os Jogos Paralímpicos de Verão e Inverno (CPB, 2020c). Para tornarem-se elegíveis para competir, os atletas DVs são submetidos a uma classificação oftalmológica (IBSA, 2018) sendo avaliados por critérios médicos (MARQUES *et al.*, 2009).

No Brasil, a entidade responsável pelo segmento paradesportivo para pessoas com deficiência visual é a CBDV (CBDV, 2019a). A CBDV é uma entidade poliesportiva (PACIOREK, 2004) que oferece modalidades paralímpicas (futebol de cegos, goalball e judô paralímpico) e não-paralímpicas (futebol B2/B3 e Powerlifting). Além de ser filiada ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a CBDV representa o país junto à *International Blind Sport Federation* (IBSA), entidade de administração internacional dos esportes de DVs. A IBSA é responsável por organizar, em nível mundial, os esportes para pessoas com deficiência visual (IBSA, 2017).

Em 2019, das 227 entidades vinculadas a CBDV, 12 estavam localizadas em municípios do Rio Grande do Sul (CBDV, 2020b), a saber: Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Farroupilha, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Sete destas entidades participaram dos eventos esportivos, competindo em pelo menos um dos três esportes paralímpicos específicos para pessoas com deficiência visual (futebol de cegos, goalball e judô paralímpico).

Em 2019, a população do Rio Grande do Sul era de cerca de 11,4 milhões de pessoas, com 3,1% de pessoas com deficiência visual. Este percentual é relativo a uma releitura dos dados de pessoas com deficiência do censo demográfico realizado em 2010, no Brasil, à luz das recomendações do *Washington Group on Disability Statistics - WG* (IBGE, 2018).

Ao longo dos últimos anos, os objetivos das práticas esportivas para pessoas com deficiência, incluindo os DVs, foram se tornando mais abrangentes. O que antes

surgia como um importante meio de reabilitação física, psicológica e social para pessoas com deficiência (características do DPE) passou a também focar no esporte de alto rendimento (característica do DE). Esportes que em sua origem eram adaptados, para suprir a necessidade dos envolvidos (PACIOREK, 2004), ou diretamente vinculados às pessoas com deficiência (WINNICK, 2004), institucionalizaram-se, e em alguns casos, passaram a fazer parte do programa dos Jogos Paralímpicos (PARSON; WINCKLER, 2012).

Nestes cenários de mudanças, as entidades se vêm frente à necessidade de, para não correrem o risco de desaparecer, alterar os seus objetivos (JONES, 2010). Acompanhado do crescimento e do desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência, surge a questão de como e por quem estas organizações estão sendo gerenciadas (PITTS; SHAPIRO, 2017).

Tal investigação se justifica pela limitada produção de estudos representativos sobre gestão esportiva paralímpica internacionalmente (SHAPIRO; PITTS, 2014) e pela ausência de estudos correlatos no Brasil (SOUZA; SILVA; MOREIRA, 2016). Além disso, visa ampliar a geração de conhecimento aplicado para a formulação e implementação de políticas e intervenções do desenvolvimento esportivo paralímpico de deficientes visuais.

A fim de descrever e analisar como ocorre o desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual nas entidades de prática do Rio Grande do Sul vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais a questão norteadora (*research question*) do estudo foi:

- Como o desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual é planejado, implementado e avaliado nas entidades de prática do Rio Grande do Sul, vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais?

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual em entidades de prática esportiva do Rio Grande do Sul vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais.

1.1.1 Objetivos específicos

- Analisar e conceituar o desenvolvimento esportivo.
- Descrever e analisar os processos de planejamento, implementação e avaliação do desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual nas entidades de prática do Rio Grande do Sul (RS) vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV).

1.2 ESTRUTURA DA TESE

A tese está dividida em quatro partes. a primeira parte é uma contextualização do tema dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, o esporte paralímpico de deficientes visuais é contextualizado, enquanto no segundo, o desenvolvimento esportivo é conceituado e suas bases teóricas são apresentadas por meio de uma revisão sistemática realizada dentro do campo da gestão esportiva. Na segunda parte da tese são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa, relatando os instrumentos e as técnicas utilizadas para coleta e análise dos dados. Além disso, esta etapa trata também dos aspectos éticos da investigação. Na terceira parte, os resultados da pesquisa são apresentados em três tópicos: Planejamento, Implementação e Avaliação. Na quarta parte (Apêndice), encontram-se os modelos do Termo de Apoio Institucional, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o roteiro da Entrevista Semiestruturada.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

2.1 ESPORTE PARALÍMPICO DE DEFICIENTES VISUAIS

O esporte para pessoas com deficiência visual tem um longo percurso, que se estende das práticas esportivas adaptadas aos esportes paralímpicos. Este percurso pode ser traçado desde as escolas segregadas, onde a educação física e o esporte eram partes fundamentais da educação dos alunos com deficiência visual, até as escolas inclusivas, onde as crianças com deficiência visual por vezes são dispensadas da educação física e da prática do esporte. Este percurso passa também pelo esporte, antes visto como um meio de reabilitação, ao esporte com enfoque competitivo e de alto rendimento.

Os primeiros relatos da prática esportiva de pessoas com deficiência visual ocorrem nas escolas de cegos. Em 1784, é fundada em Paris a Escola de Cegos Valentin Haüy (FARELL, 1956). A escola é considerada a pioneira e reconhecida como referência para as escolas de cegos que se proliferaram por grande parte dos países da Europa (INJA, 2020) e nos Estados Unidos, no começo do século XIX. Influenciado pelo entusiasmo dos seus fundadores, após uma incursão pelas escolas europeias, é fundado em 1829, nos Estados Unidos, o Asilo da Nova Inglaterra para Cegos (HOWE, 1876). É no Asilo da Nova Inglaterra para Cegos, atual Escola de Cegos Perkins, que surgem os primeiros relatos de um programa de educação física para pessoas com deficiência (PERKINS, 2020).

No Brasil, o Imperial Instituto de Meninos Cegos foi a primeira escola especializada para cegos (BRASIL, 2020), fundada no Rio de Janeiro, em 1854. O Imperial Instituto de Meninos Cegos também foi o pioneiro no desenvolvimento de práticas esportivas para deficientes visuais nas aulas de educação física. Em 1890, a partir do decreto nº 408 de 17 de maio, assinado pelo General de Brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães (então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos), o oferecimento da educação física passou a ser um objetivo institucional da escola (BRASIL, 1890). Em 1891 o Imperial Instituto de Meninos Cegos passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao general (BRASIL, 1891).

No começo do século XX, foram criados institutos nos mesmos moldes do Instituto Benjamin Constant pelo país e durante a década de 1950 já era possível encontrar institutos de cegos em quase todos os estados do país (CONDE, 2018). No Rio Grande do Sul, a primeira escola de cegos foi o Instituto Santa Luzia, fundado na cidade de Porto Alegre em 20 de setembro de 1941.

Os primeiros registros de competições formais entre pessoas com deficiência visual também estão relacionados às escolas de cegos. Nos Estados Unidos, escolas de diferentes localidades faziam competições a distância, conhecidas como encontros telegráficos. Os encontros telegráficos consistiam em uma forma de competição, realizada simultaneamente em diferentes localidades, os resultados eram coletados e enviados por telégrafo para serem comparados por um grupo de juízes (LEE, 1929). O primeiro encontro telegráfico atlético registrado entre duas escolas de cegos, ocorreu em 1907, nos Estados Unidos (WINNICK, 2017), entre a Escola de Cegos Pennsylvania, localizada na cidade de Overbrook, a 160 quilômetros de distância da Escola de Cegos Maryland, localizada na cidade de Baltimore (PERKINS 1906-1912). A competição contou com uma variedade de esportes adaptados, com provas de corridas (90, 440 e 880 jardas), saltos (em distância, altura, parados, em deslocamento e com um pé só) e arremessos (de martelo e beisebol). Ao término dos três dias de competição, a equipe da cidade de Overbrook saiu vitoriosa (PERKINS 1906-1912).

Rapidamente o esporte passa a ter um papel importante nas escolas de cegos dos Estados Unidos, com um extenso cronograma de competições (BAYLEI, 2008). Em 1908 é fundada a Associação Atlética Nacional de Escolas para Cegos (QUIMBY, 1940 apud SAFFORD; SAFFORD, 2006, p.42), com 15 escolas de cegos participantes (CAMPBEL, 1907). A primeira competição *outdoor* da Associação Atlética Nacional de Escolas para Cegos, aconteceu em 16 de maio de 1908 (PERKINS, 2020) e foi vencida facilmente pela Escola Illinois para Cegos (CAMPBEL, 1907). No ano seguinte o Comitê Executivo da Associação Atlética Nacional de Escolas para Cegos se reuniu para revisar a constituição a fim de incluir eventos e regras para a participação de garotas, bem como um evento de inverno para garotos (CAMPBEL, 1909). A primeira competição feminina da Associação Atlética Nacional de Escolas para Cegos ocorreu em 8 de maio de 1909 (CAMPBEL, 1909).

No Brasil, a primeira competição esportiva para pessoas com deficiência visual foi realizada em 1974, na cidade de Porto Alegre, no Instituto Santa Luzia. O evento

de futebol de cinco (atualmente denominado futebol de cegos), contou com a participação de entidades de prática de esportes para deficientes visuais (institutos e associações) dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso (CARMONA, 2015)

A partir da década de 1950, é possível observar o surgimento de um novo modelo de organização das pessoas com deficiência visual, o modelo associativista. O modelo associativista das pessoas com deficiência visual, com uma perspectiva diferente da caridade e da filantropia até então experimentada (nas escolas especializadas, asilos e hospitais) buscava mecanismos de organização e reivindicação das suas lutas e pela melhoria das suas posições nos espaços sociais (JÚNIOR; MARTINS, 2010). Segundo os autores, durante este mesmo período, surgem também as organizações voltadas às práticas esportivas, em decorrência da popularidade mundial do esporte adaptado.

Este processo pode ser observado em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, quando um grupo de alunos egressos do Instituto Santa Luzia, se reuniu e fundou a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS, no dia 20 de outubro de 1967 (ACERGS, 2020). Inicialmente voltada exclusivamente à assistência social para pessoas com deficiência visual, a ACERGS não ofertava práticas esportivas para seus associados. Neste contexto, e a fim de suprir a demanda de práticas esportivas para pessoas com deficiência visual, um grupo dissidente de associados da ACERGS, criou a Sociedade Esportiva Louis Braille (SELB), no dia cinco de maio de 1973, em Porto Alegre (BEGOSSI; MAZO, 2016a). Da mesma forma, anos mais tarde, em 2010, após a conquista do vice-campeonato nacional de futebol de cegos pela ACERGS, a equipe se desmembrou e os atletas dissidentes fundaram a Associação Gaúcha de Futsal para Cegos - AGAFUC, uma entidade de cegos exclusivamente esportiva (BALDISSERA, 2015 *apud* CARMONA, 2015).

Das escolas especializadas para as escolas inclusivas

Ao longo dos anos, muitas mudanças ocorreram na educação com relação ao atendimento as pessoas com deficiência, passando de experiências educacionais exclusivamente segregadas para experiências cada vez mais inclusivas (HAEGELE; SUTHERLAND, 2015). Estas mudanças foram em níveis globais, definidas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Segundo o Anuário Brasileiro

da Educação Básica (2020) existe um o avanço no número de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência matriculados em escolas de classes comuns, inclusivas. Este aumento foi de 46,8% em 2007, para 87,2% em 2019. Esses dados são referentes apenas aos alunos quem já estão na escola e apontam para um avanço no sentido da inclusão escolar. Entretanto, os dados são preocupantes quando relacionados à dificuldade de acesso da população com deficiência à educação. Segundo o censo de 2010, mais de 60% dos indivíduos não possuíam qualquer grau de instrução ou haviam cursado apenas o ensino fundamental incompleto (PNUD, 2017).

Quando comparadas com as escolas inclusivas, as escolas especializadas no atendimento de pessoas com deficiência, com uma educação segregada, não estimulam o convívio social dos seus alunos com pessoas sem a deficiência (CARAVAGE; OLIVER, 2018). No entanto, tais escolas possibilitaram o convívio entre pares, viabilizando a criação e construção de identidade, sentimento de pertencimento, ainda mais quando relacionado à prática esportiva e os seus esportes paralímpicos (CARAVAGE; OLIVER, 2018). Cabe ressaltar que durante este período, os alunos com deficiência visual sempre tiveram acesso à educação física nas escolas especializadas no Brasil (CONDE, 2018).

É indiscutível a importância da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade como um todo, mais do que inclusão deve ser pensando na não exclusão (CONDE, 2018). Entretanto o caráter inclusivo das escolas pode ser questionado, principalmente em se tratando da educação física, onde alunos são dispensados das aulas, participando de forma pouco efetiva (GREGUOL, 2009). Os alunos matriculados no ensino regular não podem simplesmente ser dispensados das aulas de educação física por serem deficientes visuais (CONDE, 2018). Segundo o autor, as causas dessa exclusão devem ser compreendidas: Será que os professores e as escolas foram preparados adequadamente para atender esta demanda? A atribuição de culpa aos professores parece ser uma visão simplista, aparentemente existe uma falta de preparo estrutural para lidar com a diversidade de condições de uma escola inclusiva.

Com escassas possibilidades de práticas esportivas externas à escola, as crianças com deficiência visual, ao não encontrarem as condições propícias nas aulas de educação física podem acabar tornando-se adultos fisicamente inativos. Para que isso não ocorra, elas devem receber as mesmas oportunidades que seus colegas de

mesma idade sem deficiência, recebendo todo suporte necessário a fim de garantir acesso total às aulas de educação física (HAEGELE; ZHU; DAVIS, 2017).

Institucionalização dos esportes

No Brasil, a primeira organização a responder pelos esportes para pessoas com deficiência visual em nível nacional foi a Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (ANDE) – atual Associação Nacional de Desporto para Deficientes – fundada em 18 de agosto de 1975, no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2011). A ANDE foi a organização responsável por todos os esportes praticados por atletas com qualquer tipo de deficiência (com exceção dos esportes de surdos) durante o período de 1975 a 1984 (CONDE, 2018). A criação de um órgão nacional representativo dos esportes para pessoas com deficiência, foi uma exigência da Federação dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (ISMGF), após o país ser representado por duas delegações (uma paulista e outra carioca) nos Jogos Parapan Americanos para Pessoas com Deficiência Física, no México, em 1975 (PARSON; WINCKLER, 2012).

Internacionalmente, durante a Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (UN), em 16 de setembro de 1976, foi aprovada a Resolução 31/123, proclamando o ano de 1981 como “Ano Internacional das Pessoas com Deficiências” (UN, 2020a). O Ano Internacional das Pessoas com Deficiências foi um plano de ação nos níveis nacional, regional e internacional, tendo como tema “Participação plena e igualdade”. Dentre os objetivos deste plano de ação, cabe ressaltar o incentivo às pessoas com deficiência em formar organizações representativas para expressarem suas demandas (UN, 2020b). Como resultado, em 1981 é fundada em Paris, a Associação Internacional dos Desportos para Cegos (IBSA), atual Federação Internacional dos Desportos para Cegos (IBSA, 2020a). A IBSA é a entidade responsável internacionalmente pelos esportes para deficientes visuais.

Em 1983, foi discutida, durante os I Jogos Brasileiros de Deficientes Visuais, evento realizado no Rio de Janeiro e organizado pela ANDE, a criação de uma associação nacional específica para gerenciar os esportes para deficientes visuais no Brasil. No ano seguinte, no dia 19 de janeiro de 1984, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) entidade de administração esportiva de âmbito nacional (ARAÚJO, 2011). Durante o período de 1985 a 2005, a ABDC foi a entidade brasileira vinculada a IBSA. Anteriormente, o país era

representado pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB¹), hoje fundação Dorina Nowill - FDN (CONDE, 2018).

Em 2005, após a votação em Assembleia Geral, no dia 15 de dezembro, a ABDC passa a ser denominada como Confederação Brasileira de Desportos de Cegos - CBDC (PARSON; WINCKLER, 2012), adequando a terminologia por exigências legais de associação para confederação.

Em 2008, devido a problemas financeiros com a CBDC, foi decidido que a única saída para o movimento esportivo de deficientes visuais naquele momento seria a criação de uma nova associação, que pudesse conduzir o processo esportivo para deficientes visuais nacionalmente. No dia 6 de novembro de 2008 é fundada em Niterói, Rio de Janeiro, a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais - CBDDEV, (CBDV, 2008), posteriormente reconhecida como CBDV, em 12 de junho de 2010 (CBDV, 2010).

A criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em 9 de fevereiro de 1995, em Niterói, Rio de Janeiro, além de centralizar as ações voltadas ao esporte paralímpico passou a ter uma maior organização institucional (BEGOSSI; MAZO, 2016b), e cumpriu com as solicitações das entidades de gestão internacionais dos esportes paralímpicos, que exigiam um único órgão interlocutor para cada país (CONDE, 2018). Os resultados já puderam ser observados nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, com a conquista de 21 medalhas, número três vezes maior que o alcançado em Barcelona (PARSON; WINCKLER, 2012).

O CPB é a entidade responsável pelos esportes paralímpicos do Brasil, sendo um dos 179 Comitês Paralímpicos Nacionais (NPC's) filiados ao Comitê Paralímpico Internacional - IPC (IPC, 2020a). O CPB possui vínculo com 17 confederações filiadas e oito reconhecidas (CPB, 2020a). Em 19 de junho de 2002, a sede do CPB foi transferida de Niterói para Brasília, colocando a entidade no centro das decisões políticas e próxima do Ministério do Esporte (PEREIRA JUNIOR; KEHDI; MOSSMANN, 2016). Durante o período de 2009 a fevereiro de 2011 o CPB foi o órgão responsável por gerir as modalidades paralímpicas para atletas deficientes visuais (CONDE, 2018).

¹ A FLCB, fundada em São Paulo em março de 1946, tinha como objetivo inicial produzir e distribuir livros impressos em Braille, com o passar dos anos suas atividades foram ampliadas, abrangendo os campos da educação, reabilitação e bem-estar social das pessoas com deficiência visual (FDN, 2022)

A Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) é uma das nove confederações filiadas ao CPB e desde 2011 é a representante do Brasil na Federação Internacional de Esportes de Cegos – IBSA (CBDV, 2019a). Atualmente a CBDV é a entidade responsável pelas modalidades de futebol de cegos, goalball e judô (modalidades paralímpicas); administrando também o futebol B2/B3 e o powerlifting (modalidades não paralímpicas). A CBDV é um exemplo de organização poliesportiva, segundo classificação do Paciorek (2004), pois oferece treinamento e competições para pessoas com deficiência específica (deficiência visual) em diversas modalidades. Em 2017, a fim de estar fisicamente mais próxima do Centro de Treinamento Paralímpico, a CBDV transferiu sua sede do Rio de Janeiro para São Paulo (CBDV, 2017).

Esportes paralímpicos

Desvinculado das competições escolares e com um surgimento mais tardio, o movimento paralímpico teve seu início a partir das práticas esportivas competitivas para veteranos de guerra com lesões medulares, idealizadas pelo neurocirurgião alemão Ludwig Guttmann, na metade do século XXI. As práticas esportivas eram realizadas no Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville, em Aylesbury, na Inglaterra, em 1944 (PARSON; WINCKLER, 2012). A utilização do esporte como ferramenta recreativa e de reabilitação médica com o passar dos anos foi sendo ampliada, adquirindo os contornos de uma pirâmide de desenvolvimento esportivo (BAYLEI, 2008). O que antes surgia como um importante meio de reabilitação física, psicológica e social para pessoas com deficiência física, começa a também focar o alto rendimento (PARSON; WINCKLER, 2012).

Os primeiros Jogos de Stoke Mandeville, amplamente associado como marco do surgimento dos esportes paralímpicos, aconteceram em 1948, no mesmo dia da Abertura dos Jogos Olímpicos de Londres (IPC, 2020b). No evento foi realizada uma competição de tiro com arco para atletas de cadeira de rodas e contou com a presença de 16 atletas britânicos. Em 1952, com a participação de quatro atletas holandeses, aconteceram os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. Durante a década de 1950 houve um crescimento no número de nações, esportes, eventos e participantes (BRITAIN; BEACON, 2018) destes Jogos. A nona edição dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, realizada em Roma em 1960, passou a ser

reconhecida posteriormente como os Primeiros Jogos Paralímpicos (PARSON; WINCKLER, 2012). O evento rapidamente tomou grandes proporções, iniciando com 328 atletas representantes de 21 países e competindo em nove esportes em Roma no ano de 1960 chegando aos 4328 atletas, representantes de 157 países e competindo em 22 esportes no Rio de Janeiro em 2016 (BRITAIN; BEACON, 2018).

A primeira participação de atletas deficientes visuais nos Jogos Paralímpicos de verão foi em Heidelberg, na Alemanha, em 1972. Os atletas participaram em eventos de demonstração no goalball (IPC, 2020e) e no atletismo, em corridas de 100 metros (IPC, 2020c). Os atletas com deficiência visual e amputados, começam a participar de forma oficial, concorrendo a medalhas nos Jogos Paralímpicos de verão, em 1976, em Toronto, no Canadá. No mesmo ano, ocorreram os primeiros Jogos Paralímpicos de Inverno, na cidade de Örnsköldsvik, na Suécia, com a participação de atletas amputados e deficientes visuais (BRITAIN; BEACON, 2018).

Classificação dos atletas

Após a inserção de novos grupos de deficiência, houve um incremento no número de esportes, de eventos e no número de atletas participantes (BRITAIN; BEACON, 2018). Paralelamente a isso, aumentou a complexidade do sistema de classificação dos atletas para determinar quais atletas são elegíveis para competir. Cada esporte possui suas especificidades e o impacto da deficiência em cada esporte é diferente. Portanto, a fim de minimizar o impacto da deficiência no desempenho esportivo, deve haver uma classificação específica para cada esporte (IBSA, 2018; IPC, 2020h). Um mesmo atleta pode ter diferentes classificações entre modalidades distintas, assim como pode ser elegível para uma e inelegível para outra.

Para tornar-se elegível, o atleta paralímpico deve inicialmente ter um dos dez tipos de deficiências elegíveis pelo programa. A escolha por estes tipos de deficiência pelo Movimento Paralímpico foi adotada seguindo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (IPC, 2020h). A deficiência visual é uma delas. Assim como existem os esportes paralímpicos específicos para deficientes visuais, existem também esportes em que a deficiência visual é uma das deficiências elegíveis, como no caso do atletismo e da natação, por exemplo.

O segundo passo da classificação é verificar a gravidade da deficiência elegível e o impacto da mesma no esporte (IBSA, 2018). Estes critérios são referidos como critérios mínimos de incapacidade e são específicos de cada esporte. É considerado como critério mínimo para atletas com deficiência visual tornarem-se elegíveis para os esportes paralímpicos a existência de um dos seguintes comprometimentos: da estrutura ocular, do nervo óptico/ vias ópticas ou do córtex visual (IBSA, 2018).

A inelegibilidade de um atleta não questiona a presença de uma deficiência genuína, é apenas uma decisão esportiva (IPC, 2020h). Quando elegível, o atleta será classificado em uma classe esportiva, relacionada ao esporte, que reunirá atletas com limitações semelhantes para competir entre si, a fim de manter a competição equitativa.

Diferentemente da maioria dos sistemas de classificação considerados funcionais, nos esportes praticados por atletas com deficiência visual a classificação é feita com uma base médica utilizada pela IBSA. Os atletas deficientes visuais são submetidos a uma classificação oftalmológica e divididos em três classes, representadas pela letra B de “*blind*” (cego em inglês). Na classe B1, o atleta é cego; na B2, o atleta possui percepção de vulto; e na B3, o atleta consegue definir imagens (CBDV, 2020c). O futebol de cegos é uma modalidade exclusiva para atletas B1, no goalball e no judô paralímpico são permitidas a participação das classes B1, B2 e B3 (CPB, 2020b).

Esportes Paralímpicos de deficientes visuais

Para fins de compreensão dos contextos relacionados a cada um dos esportes segue um breve apanhado histórico sobre as modalidades de futebol de cegos, goalball e judô paralímpico.

Futebol de cegos

O futebol de cegos² é uma modalidade exclusivamente de atletas B1. A modalidade é normalmente praticada em uma quadra de futsal adaptada, mas, desde sua inserção nos Jogos Paralímpicos de Atenas em 2004, vem sendo praticada em grama sintética.

A quadra é equipada com bandas laterais que se prolongam nas laterais do campo de uma linha de fundo à outra. As bandas laterais servem como barreiras, evitando que a bola saia pela lateral da quadra. Elaboradas em placas de madeira, as bandas laterais podem oscilar de um a um metro e vinte centímetros de altura com uma inclinação de até dez graus para o exterior. A quadra é dividida em três partes: terço de defesa, terço central e terço de ataque. A bola utilizada possui guizos internos, para que os atletas possam localizá-la (CPB, 2020d)³.

Cada time é formado por cinco atletas, um goleiro com visão total e quatro atletas de linha cegos (B1) que utilizam vendas nos olhos. As vendas são utilizadas para deixar os atletas com iguais condições de jogo, tendo em vista que alguns atletas podem possuir algum resíduo visual (vulto) que nesta modalidade pode propiciar uma vantagem competitiva. Fora de quadra, mas igualmente importante, cada time tem um guia, o chamador, que fica atrás da goleira do adversário com a função de orientar o ataque do seu time, dando orientações aos seus atletas, como posicionamento da equipe e a direção do gol adversário. O chamador só pode orientar a sua equipe quando seus atletas estiverem no terço de ataque, no terço central as orientações são passadas exclusivamente pelo técnico e no terço de defesa pelo goleiro. Não é permitido o acúmulo de funções de técnico/goleiro. A modalidade tornou-se paralímpica a partir de 2004, nos Jogos Paralímpicos de Atenas, sendo disputada exclusivamente pelo naipe masculino desde sua estreia (CPB, 2020d).

² A partir de 2022 o futebol de cinco passou a ser chamado de futebol de cegos, a mudança tem como objetivo simplificar a associação do nome à modalidade, o que nem sempre acontecia com o termo anterior (CBDV, 2022). Por esta razão, a nova nomenclatura foi utilizada ao longo de todo o texto.

³ Diversas foram as improvisações e adaptações realizadas para que a bola produzisse sons. A partir dos anos 1980, surgiram as primeiras bolas com guizos internos, semelhantes as utilizadas atualmente.

Histórico

O futebol de cegos, surgiu como uma prática esportiva adaptada do futebol para pessoas com deficiência visual. O esporte foi inicialmente praticado por alunos das escolas especiais de deficientes visuais, como um jogo de recreio. A Espanha é considerada a pioneira na prática do futebol de cegos, com indícios datados na década de 1920 (IBSA, 2020b). No Brasil é a partir da década de 1960 que surgem os primeiros relatos da modalidade dentro das escolas específicas para deficientes visuais. Os alunos improvisavam qualquer objeto capaz de produzir som como bola (MATARUNA *et al.*, 2006; PEREIRA JUNIOR; KEHDI; MOSSMANN, 2016). No Rio Grande do Sul, os primeiros indícios da prática do futebol adaptado para pessoas com deficiência visual, ocorreu no Instituto Santa Luzia, entre a década de 1960 e 1970, vinculado tanto às aulas de educação física como em práticas realizadas em outros espaços do instituto. Assim como ocorrido nas outras escolas, partia dos próprios alunos a adaptação dos materiais para as suas práticas esportivas. (BEGOSSI; MAZO, 2016). A primeira competição oficial de futebol de cegos realizada no Brasil foi durante as Olimpíadas das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em 1978, na cidade de Natal (CONDE, 2018).

A partir de 1996, o futebol de cegos passou a ser administrado pela IBSA, que tratou de estabelecer as regras internacionalmente reconhecidas, sendo praticado com regras da FIFA modificadas (IPC, 2020c). A primeira Copa do Mundo de futebol de cegos foi realizada em 1998, na cidade de Paulínia, São Paulo. O Brasil foi campeão em cinco das sete edições (1998 - São Paulo, 2000 - Espanha, 2010 – Inglaterra, 2014 Japão e 2018 -Espanha). Inicialmente realizada a cada dois anos, passou a ser disputada a cada quatro anos (entre os Jogos Paralímpicos) a partir 2002, quando novamente foi realizada no Brasil, desta vez na cidade do Rio de Janeiro.

O futebol de cegos entrou no programa dos Jogos Paralímpicos de verão nas Paralimpíadas de Atenas em 2004, sendo disputado em apenas um evento, no naipe masculino, com a participação de seis comitês paralímpicos nacionais (NPC). Desde os Jogos Paralímpicos de Londres em 2012 até o presente momento, o evento vem sendo disputado por oito NPCs. O Brasil mantém a hegemonia na modalidade, tendo conquistado a medalha de ouro em todas as edições. O país sagrou-se pentacampeão paralímpico em Tóquio.

Goalball

O goalball é praticado por atletas deficientes visuais das classes B1, B2 e B3. A fim de que todos os atletas disputem em iguais condições de jogo é obrigatória a utilização de óculos específicos para a prática de goalball, devendo este ser perfeitamente vedado em conformidade com as regras da IBSA (CBDV, 2019e). Além disso, os óculos também são importantes para proteção da face contra possíveis impactos da bola (CPB, 2020e). A modalidade é praticada em quadras com a mesma dimensão das quadras de voleibol (nove metros de largura por dezoito metros de comprimento). De cada lado da quadra há uma goleira de nove metros de largura por 1,3 metros de altura (cobrindo toda a extensão do fundo da quadra). As marcações da quadra são em alto relevo (feitas com barbante preso com fita adesiva, permitindo que os atletas possam tateá-las). A bola de goalball, é semelhante a uma bola de basquete, possuindo guizos internos para que os atletas possam localizá-la (CPB, 2020e).

O objetivo do jogo é arremessar a bola com as mãos de maneira que ela ultrapasse o fundo da quadra adversária, entrando na goleira que cobre toda a extensão da linha de fundo. Para que o arremesso seja validado, o atleta, obrigatoriamente deve fazer com a bola quique primeiramente em seu campo em uma área predeterminada antes de chegar ao gol adversário. Cada equipe é formada por seis atletas, três atletas titulares e três reservas, que possuem a função de arremessar e defender a bola. Assim como no futebol de cegos, faz-se necessário silêncio durante a realização do jogo.

Diferentemente dos outros esportes paralímpicos, que em sua origem foram adaptações a esportes já existentes, o goalball foi desenvolvido especificamente para ser praticado por pessoas com deficiência visual. O goalball foi criado em 1946 pelo austríaco Hanz Lorezen e pelo Alemão Sepp Reindle, para ajudar na reabilitação de veteranos de guerra que perderam a visão durante a Segunda Guerra Mundial (IPC, 2020e).

Em 1972, nos Jogos paralímpicos de Heidelberg o goalball figurou como um esporte de exibição (IPC, 2020f), passando a compor o quadro de modalidades paralímpicas a partir de 1976, nos Jogos Paralímpicos de Toronto, no Canadá. O evento, disputado apenas no naipe masculino, foi disputado por cinco NPCs (IPC, 2020g). O primeiro Campeonato Mundial de goalball foi realizado em Vocklamarck, na

Áustria, em 1978. A partir de 1982 o goalball passa a ser administrado pela IBSA. Em 1984, nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque é inserido o evento de goalball feminino.

No Brasil, o goalball chegou pelas mãos do americano radicado no Brasil Steven Dubner, em 1985, que ao conhecer o esporte nos Jogos Mundiais de Cegos, no mesmo ano, trouxe a primeira bola com o objetivo de iniciar a divulgação do esporte pelo país (PEREIRA JUNIOR; KEHDI; MOSSMANN, 2016). No Rio Grande do Sul, o goalball começou a ser praticado entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, sendo rapidamente inserido como uma modalidade esportiva nas aulas de educação física do Instituto Santa Luzia (CARMONA, 2015).

A estreia brasileira em eventos de goalball em Jogos Paralímpicos foi em 2004, em Atenas, o país foi representado apenas pelo naipe feminino (IPC, 2023e). Nos Jogos seguintes, em Beijing (2008), o Brasil foi representado pelas seleções, masculina e feminina de goalball (IPC, 2023f). A primeira medalha brasileira em Jogos Paralímpicos na modalidade, foi a de prata, conquistada em 2012, pela equipe masculina, nos Jogos Paralímpicos de Londres (IPC, 2023g). Nas Paralimpíadas do Rio de Janeiro (2016) a equipe masculina subiu novamente ao pódio, agora conquistando a medalha de bronze (IPC, 2023h). Foi também em 2016 que a equipe feminina atingiu sua melhor marca em Jogos Paralímpicos, terminando o evento na quarta colocação. Em 2021, nos Jogos Paralímpicos de Tóquio (2020) o Brasil conquistou a inédita medalha de ouro com a equipe masculina. No naipe feminino, o país repetiu o resultado de 2016, ficando na quarta colocação (IPC, 2023i).

Judô Paralímpico

O judô paralímpico é praticado por atletas com deficiência visual das classes B1, B2 e B3, competindo entre si (sem divisões entre as classes)⁴ e sem a utilização de vendas nos olhos. Como no judô olímpico, os atletas são divididos por categorias de peso, a única diferença entre as modalidades é que no judô paralímpico feminino

⁴ Durante a elaboração desta pesquisa houve uma alteração importante na regra do judô paralímpico, referente a classificação oftalmológica e divisão de categorias. Os atletas que até o final do ano de 2021 eram divididos em três classes (B1, B2 e B3) e que lutavam entre si, sem distinção, divididos apenas pelas categorias de peso, passaram a ser divididos em dois novos grupos de classificação oftalmológica, J1 que substitui a antiga B1 e J2 que agrupa os atletas das classes B2 e B3. A partir desta alteração, os atletas passarão a competir dentro de suas classes, J1 contra J1 e J2 contra J2 (CPB, 2022a).

não existe a categoria até 78 kg⁵. O judô paralímpico segue as regras da Federação Internacional de Judô – IJF (CBDV, 2017a).

Apesar disso, existem algumas adaptações relacionadas ao judô paralímpico, tais como, o início do combate é realizado com os atletas no centro do tatame em contato, fazendo a pegada no quimono (*kumikata* em japonês). Sempre que ocorre a perda do contato entre os atletas, a luta é interrompida, os atletas direcionados a posição inicial no centro da área de combate. As punições são as mesmas entre as duas modalidades de judô, entretanto, no paralímpico, algumas delas são menos rigorosas, como quando um dos atletas pisa fora da área de combate. É comum encontrar informações, como “não há punições para quem sai da área de combate” (CPB, 2022b), mas esta é uma informação equivocada. Quando comparado com o judô, o judô paralímpico possui uma maior comunicação da arbitragem e dos técnicos com os atletas. Ao árbitro cabe, por exemplo, sinalizar quando os atletas estão próximos de saírem da área de combate, verbalizando a palavra “jogai” (exclusão, em japonês) do centro da área, a fim de localizá-los. Aos técnicos é permitida a comunicação com seu atleta durante todo o combate, diferentemente do judô quando o técnico só pode falar com seu atleta enquanto a luta estiver parada.

Atletas cegos (B1) são identificados com um círculo vermelho costurado na manga do quimono, na altura do ombro. Apesar de ser um esporte praticado exclusivamente por atletas com deficiência visual, existem alguns atletas que além da deficiência visual também são surdos, neste caso, os atletas são identificados com um círculo amarelo no seu quimono (CBDV, 2020c).

Histórico

Os primeiros relatos do judô paralímpico estão relacionados à prática do judô adaptado para atletas com deficiência visual e datam da década de 1970 (BRASIL, 2016). Diferentemente do futebol de cegos e do goalball, que tiveram na sua gênese

⁵ Em virtude desta alteração, o número de categorias de peso foi diminuído, de sete categorias no naipe masculino (60kg, 66kg, 73kg, 81kg, 90kg, 100kg e +100kg) e seis no feminino (48kg, 52 kg, 57kg, 63kg, 70kg e +70kg) para quatro no naipe masculino - até 60 kg, até 73 kg, até 90 kg e acima de 90 kg - e quatro no feminino - até 48 kg, até 57 kg, até 70 kg e acima de 70 kg (CPB, 2022a).

vinculadas as escolas especiais para pessoas com deficiência visual, no judô paralímpico os primeiros relatos de prática no Brasil aconteceram em academias convencionais de judô, onde alunos com deficiência visual iam em busca de uma atividade esportiva. O primeiro relato da prática de judô por um atleta deficiente visual no Rio Grande do Sul ocorreu desta maneira com a atleta Giovana Pilla, em 1979, na cidade de Canoas/RS. A atleta que segue em atividade, treinava e competia com pessoas sem deficiência (SCHUMACHER; MARCHETTI; MAZO, 2018).

Se os primeiros relatos da modalidade no país não foram vinculados com as escolas especiais para pessoas com deficiência visual, a sistematização e a prática de forma mais efetiva foi. Em 1982, o judô começa a ser desenvolvido no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, pelo professor Carmelino de Souza Vieira (VIEIRA; SOUZA JR, 2006). No Rio Grande do Sul, é a partir de 2005 que o judô paralímpico começa a ser desenvolvido de maneira sistematizada, por iniciativa do aluno da Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de judô, Darci Campani, coordenado pelo professor Alexandre Velly Nunes, no projeto de extensão universitária Bugre Lucena (ESEF/UFRGS), com a parceria do Centro Louis Braile (SCHUMACHER; MARCHETTI; MAZO, 2018).

O Brasil acompanhou o desenvolvimento do esporte participando desde a primeira competição mundial de judô para pessoas com deficiência visual, realizada em Paris, no ano de 1987 (MASTRO; PEARSON, 2002) representado por quatro atletas (PEREIRA JUNIOR; KEHDI; MOSSMANN, 2016). O judô paralímpico teve sua estreia em Jogos Paralímpicos em Seul (1998), com a participação 33 atletas, de nove NPCs, disputando seis eventos apenas no naipe masculino (IPC, 2023a). O Brasil novamente esteve presente (desta vez com cinco atletas) e conquistou suas primeiras medalhas na modalidade (três medalhas de bronze). A partir de 1995, começa a ser disputado internacionalmente o judô paralímpico feminino (OHLENKAMP, 2017).

Desde a inserção do judô paralímpico nos Jogos, até a presente data, o Brasil esteve sempre presente com a sua delegação. Nos Jogos Paralímpicos de Barcelona (1992), pela primeira, e única vez, o Brasil não conquistou medalhas. Nesta edição, o país esteve representado por quatro atletas. Nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, nos Estados Unidos (1996), o Brasil conquistou a primeira medalha de ouro, com o atleta Antônio Tenório da Silva, na categoria até 86kg (BRASIL, 1996), fato repetido por ele nas Paralimpíadas de Sidney, em 2000. Nos Jogos Paralímpicos de 1996 e 2000 a

delegação brasileira de judô paralímpico foi composta por cinco atletas (IPC, 2023c; IPC, 2023d).

A estreia das mulheres nos eventos de judô paralímpico aconteceu em 2004, nas Paralimpíadas de Atenas, com a presença de 35 atletas do naipe feminino representando 14 NPCs, contrastando com os 83 atletas de 29 NPCs pelo lado masculino. Durante esta edição, foram conquistadas quatro medalhas, duas no naipe feminino (uma de prata e uma de bronze) e duas no naipe masculino, uma de ouro (Antônio Tenório) e outra de prata. A delegação brasileira foi composta por sete atletas, quatro do sexo e três do feminino (IPC, 2023e).

Nos Jogos Paralímpicos de Beijing, em 2008, pela primeira vez a delegação brasileira de judô paralímpico foi composta por um número maior de atletas do naipe feminino, dos oito atletas representantes, cinco eram mulheres. O Brasil conquistou cinco medalhas. Antônio Tenório da Silva conquistou sua quarta medalha de ouro, a segunda dele na categoria até 100kg. As outras quatro medalhas foram conquistadas pelas mulheres, sendo duas de prata e duas de bronze (IPC, 2023f).

Em Londres, em 2012, o Brasil foi representado por nove atletas (quatro no naipe masculino e cinco no feminino) e conquistou cinco medalhas, destas, quatro no naipe feminino, uma de prata e três de bronze. No naipe masculino, Antônio Tenório conquistou a medalha de bronze (IPC, 2023g).

O Brasil foi representado pela maior delegação nas Paralimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, participando com 12 atletas, ficando de fora apenas na categoria até 73 kg do naipe feminino. O Brasil conquistou quatro medalhas de prata, duas no masculino e duas no feminino (IPC, 2023h).

Nas Paralimpíadas de Tóquio, o Brasil foi representado por nove atletas, nesta edição Alana Maldonado conquistou a inédita medalha de ouro pelo naipe feminino, o país conquistou outras duas medalhas (de bronze) no naipe feminino (IPC, 2023i). O país é a quinta maior potência mundial no quadro geral de medalhas em Jogos Paralímpicos, com 25 medalhas conquistadas (cinco de ouro, nove de prata e 11 de bronze).

Participação esportiva

Cerca de 3,4% da população Brasileira é formado por pessoas com deficiência visual. Cabe ressaltar, que este percentual é relativo a uma releitura dos dados de

peças com deficiência do censo demográfico realizado em 2010 no Brasil, à luz das recomendações do Washington Group on Disability Statistics - WG (IBGE, 2018). O WG foi constituído para atender as necessidades de padronização dos dados estatísticos referentes às pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar a cooperação internacional sobre a temática, possibilitando a comparação de dados entre diferentes países. O WG é formado sob a Comissão de Estatística das Nações Unidas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o representante Brasileiro desde a formação do grupo (IBGE, 2018).

O número de pessoas vinculadas, a prática esportiva formal, em esportes paralímpicos para pessoas com deficiência visual, no ano de 2019, foi de 2662 atletas junto a CBDV. Segundo a Lei Brasileira Nº 9.615, de 24 de março de 1998 que institui as normas gerais sobre o esporte, entende-se como prática esportiva formal, a prática “regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do esporte” (BRASIL, 1998). Dentre os atletas vinculados, 1492 efetivamente participaram das competições de futebol de cegos, goalball, e judô paralímpico, organizadas pela CBDV em 2019. Nesse ano, a CBDV organizou 17 competições: sete no futebol de cegos (três regionais e quatro nacionais), com a participação de 32 entidades e aproximadamente 500 atletas; no goalball foram realizadas oito competições (cinco regionais e três nacionais), com um total de 72 entidades envolvidas e aproximadamente 808 atletas e no judô paralímpico, foram realizadas duas competições (uma nacional e outra internacional), com 47 entidades participando com 184 atletas (CBDV, 2019b).

Os números relacionados a participação esportiva também podem estar relacionados ao número de entidades de prática esportiva, sua distribuição geográfica, assim como a quantidade de esportes ofertados por elas. O número de entidades de prática esportiva cadastradas junto a CBDV em 2019 foi de 227, representando 25 estados brasileiros além do Distrito Federal (CBDV, 2019b). Referente a distribuição geográfica, enquanto o estado de Roraima não possui entidades de prática vinculadas a CBDV, o estado de São Paulo sozinho é responsável por mais de 25% das entidades vinculadas a CBDV. Dentre as 227 entidades de prática esportiva, 46 seguem os moldes das entidades de administração nacional (CBDV) e internacional (IBSA) ofertando as três modalidades esportivas aos seus associados (CBDV, 2021).

Outro fator interessante de ser destacado é referente a participação feminina no esporte paralímpico para deficientes visuais no Brasil. As mulheres são a maioria dos deficientes visuais do país com mais de 59% da população referida (IBGE, 2010) entretanto sua participação é inferior em todos os esportes. O futebol de cegos é um esporte praticado exclusivamente por homens, sendo assim, não houve eventos relacionados a atletas do sexo feminino nesta modalidade. No goalball, 64 equipes participaram durante o ano de 2019, destas, 24 eram do naipe feminino. No judô paralímpico, no mesmo ano, 183 atletas participaram das competições da CBDV, destes, 55 eram do sexo feminino (CBDV, 2019c).

Nas Paralimpíadas escolares, evento nacional, organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e realizado anualmente, os números são ambivalentes. Se por um lado as Paralimpíadas escolares são consideradas como o maior evento do mundo para pessoas com deficiência física, visual e intelectual com idade escolar, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, o número de participantes não é representativo. De acordo com o censo 2010, no Brasil, mais de 416 mil alunos com deficiência visual, com idades entre quatro a 17 anos, tiveram acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, no sistema educacional inclusivo (ABEB, 2020). Em 2019, mais de 1200 alunos participaram das Paralimpíadas Escolares, competindo em 12 esportes (CPB, 2019a). Nas Paralimpíadas Escolares, cada estado é responsável pela sua delegação, e na sua 13ª edição em 2019, o evento contou com a presença de todos. Segundo o regulamento do evento, cada delegação pode ser composta por até 158 alunos (CPB, 2019b). Se todos os estados brasileiros participassem do evento com delegações completas, o evento contaria com a presença de 4266 atletas. Para os esportes específicos para alunos com deficiência visual cada delegação poderia inscrever até 28 atletas: 6 atletas deficientes visuais no futebol de cegos (somente no naipe masculino); 10 atletas no goalball (cinco no masculino e cinco no feminino) e 12 no judô paralímpico (seis de cada gênero). As três modalidades juntas representam um total de 756 vagas, das quais, apenas 152 foram preenchidas.

2.2 DEFINIÇÕES E BASES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO

Com o objetivo de analisar como o desenvolvimento esportivo vem sendo definido e quais são as bases teóricas utilizadas no campo da gestão esportiva, foi realizada uma revisão sistemática. Os processos utilizados para esta revisão sistemática encontram-se descritos no capítulo de Procedimentos Metodológicos. Os resultados deste estudo foram divididos em dois grupos: Definições de desenvolvimento esportivo (n= 11) e Bases teóricas do desenvolvimento esportivo (n=20).

2.2.1 Definições de desenvolvimento esportivo

Após a leitura e análise dos artigos selecionados, foram encontradas diferentes definições de desenvolvimento esportivo, além de algumas noções que possibilitam inferir na compreensão dos autores sobre o tema. Na maior parte dos estudos (26) os autores utilizaram o termo desenvolvimento esportivo desacompanhado de definições. Foram encontradas definições sobre o termo em 11 estudos, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Definições de desenvolvimento esportivo.

Referência	Periódico	Título	Definição
Woolf <i>et al.</i> (2016)	JSM	<i>So You Want to be a Fighter? Institutional Work and Sport Development Processes at an Elite Mixed Martial Arts Gym</i>	Envolve recrutar e reter novos atletas no esporte e ter sistemas de apoio em local (por exemplo, treinadores qualificados, administradores, instalações de treinamento) para auxiliar os atletas na transição de um nível do esporte para outro (Green, 2005; Sotiriadou, Shilbury e Quick, 2008).
Hodgetts e Duncan (2015)	ESMQ	<i>Quantitative analysis of sport development event legacy: an examination of the Australian Surf Life Saving Championships</i>	Green (2005) define sucintamente como o aumento do número de participantes no esporte e melhorar a qualidade do desempenho esportivo. O desenvolvimento esportivo é muitas vezes explicado e visualizado usando o modelo de pirâmide (Eady, 1993).

Green, M. e Collins (2008)	SMR	<i>Policy, Politics and Path Dependency: Sport Development in Australia and Finland</i>	Na Finlândia o desenvolvimento esportivo" foi conceituado como: um meio de garantir que todos os cidadãos tenham igual acesso e sejam incentivados a participar de atividades esportivas.
Taks et al. (2014)	ESMQ	<i>Evaluating sport development outcomes: the case of a medium-sized international sport event</i>	Desenvolvimento esportivo é sobre facilitar oportunidades para as pessoas se envolverem no esporte e atividade física. Mais especificamente, o desenvolvimento desportivo refere-se às políticas, processos e prática de "oportunidades facilitadoras" de envolvimento no esporte, desde participação ao desempenho de elite (Hylton e Bramham, 2008; Green, 2005).
Warner; Tingle e Kellett (2013)	JSM	<i>Officiating Attrition: The Experiences of Former Referees Via a Sport Development Lens</i>	O desenvolvimento esportivo é construído na premissa de que o sucesso final das organizações esportivas depende do desenvolvimento de caminhos holísticos e processos para auxiliar no recrutamento, retenção e desenvolvimento dos atletas.
Sotiriadou et al. (2008)	JSM	<i>The Attraction, Retention/Transition, and Nurturing Process of Sport Development: Some Australian Evidence</i>	O desenvolvimento esportivo é "um processo pelo qual oportunidades, processos, sistemas e estruturas são criados para permitir que as pessoas em todos ou grupos específicos e áreas para praticar esportes e recreação ou melhorar seu desempenho para qualquer nível que desejem" (Collins, <i>apud</i> Eady, 1993, p. 8) Desenvolvimento esportivo é um processo dinâmico, no qual o envolvimento das partes interessadas proporciona as estratégias e caminhos de desenvolvimento esportivo necessários para facilitar a atração, retenção/transição e promoção dos participantes desportivos. Essa definição avança nosso conhecimento nesta área, fornecendo clareza sobre quem é responsável pelo esporte desenvolvimento e como o desenvolvimento esportivo é implementado.
Green, C. (2005)	JSM	<i>Building Sport Programs to Optimize Athlete Recruitment, Retention, and Transition: Toward a Normative Theory of Sport Development</i>	Os sistemas de desenvolvimento esportivo têm dois objetivos principais: aumentar o número de participantes ativamente engajados no esporte e melhorar a qualidade das performances no esporte.
Shilbury et al. (2008)	SMR	<i>Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An Introduction to the Special Issue</i>	Fundamentalmente o desenvolvimento esportivo está relacionado com a promoção de oportunidades de práticas esportivas à população, possibilitando melhorias de desempenho nos diferentes níveis de participação (SHILBURY et al., 2008).

Burnett e Hollander (1999)	JSM	<i>Sport Development and the United Kingdom-South Africa Sports Initiative: A Preevaluation Report</i>	O foco deve ser o desenvolvimento humano por meio do esporte, e não meramente o desenvolvimento esportivo ou o empoderamento político.
Dixon et al. (2021)	JSM	<i>Creating New Sport Opportunities for Girls: Resource Acquisition and Mobilization Across Competitive Environments</i>	Criação de caminhos pelos quais “os atletas ingressam em um esporte, encontrem benefícios de sua participação se mantenham envolvidos, se identifiquem e se comprometam cada vez mais com o esporte, e se desenvolvam dentro do esporte em um nível apropriado e desejado de habilidade e competição (Brouwers, Sotiriadou, & De Bosscher, 2015; Green, 2005; Shilbury, Sotiriadou, & Green, 2008).
Skinner e Zakus (2008)	SMR	<i>Development through Sport: Building Social Capital in Disadvantaged Communities</i>	Fornecer oportunidade de participação em todos os níveis esportivos.

Durante o estudo também foi possível observar que alguns autores segmentam o desenvolvimento esportivo em duas categorias distintas: desenvolvimento do esporte e desenvolvimento pelo esporte (SOTIRIADOU *et al.*, 2008; SHILBURY *et al.*, 2008). Embora as duas categorias compartilhem do mesmo interesse no aumento da participação esportiva, existe uma clara diferença de propósito e dos resultados almejados (SHIBURY *et al.*, 2008).

De forma conceitual, enquanto o desenvolvimento do esporte (*development of sport*) está relacionado com a busca por resultados esportivos, visando melhorar as habilidades relacionadas ao esporte e à criação de caminhos para atrair e estimular a identificação de talentos esportivos, o desenvolvimento pelo esporte (*development through sport*) enfatiza alcançar objetivos sociais, não esportivos por meio do esporte (SHILBURY *et al.*, 2008) e das atividades físicas (SOTIRIADOU *et al.*, 2008). Internacionalmente, as duas concepções vêm recebendo atenção acadêmica (SOTIRIADOU *et al.*, 2008).

2.2.2 Bases teóricas do desenvolvimento esportivo

Será compreendido como base teórica do desenvolvimento esportivo todo o conhecimento referenciado pelos autores (encontrados durante esta revisão) como modelo e/ou teoria de desenvolvimento esportivo. Entre os estudos selecionados, foram encontradas quatro bases teóricas do desenvolvimento esportivo: o modelo de pirâmide (MP), a teoria normativa (TN), o modelo empírico (ME) e o modelo de desenvolvimento de atleta a longo prazo (LTAD, em inglês, *Long-Term Athlete Development*).

No Quadro 2, é possível observar quais foram as bases teóricas utilizadas e sua recorrência entre os artigos selecionados.

Quadro 2. Bases teóricas de modelos de desenvolvimento esportivo.

Referência	Periódico	Título	Bases teóricas
Kristiansen (2018)	ESQN	<i>The Youth Olympic Games: a facilitator or barrier of the high-performance sport development pathway?</i>	LTAD
Woolf et al. (2016)	JSM	<i>So You Want to be a Fighter? Institutional Work and Sport Development Processes at an Elite Mixed Martial Arts Gym</i>	MP ME LTAD
Hodgetts e Duncan (2015)	ESMQ	<i>Quantitative analysis of sport development event legacy: an examination of the Australian Surf Life Saving Championships</i>	MP TN ME
Taks et al. (2014)	ESMQ	<i>Evaluating sport development outcomes: the case of a medium-sized international sport event</i>	MP TN ME
Warner; Tingle e Kellett (2013)	JSM	<i>Officiating Attrition: The Experiences of Former Referees Via a Sport Development Lens</i>	TN ME
Cunningham e Warner (2019)	JGSM	<i>Baseball 4 All: Providing Inclusive Spaces for Persons with Disabilities</i>	MP TN ME
Sotiriadou et al. (2008)	JSM	<i>The Attraction, Retention/Transition, and Nurturing Process of Sport Development: Some Australian Evidence</i>	MP TN ME
Green, C. (2005)	JSM	<i>Building Sport Programs to Optimize Athlete Recruitment, Retention, and Transition: Toward a Normative Theory of Sport Development</i>	MP TN
Shilbury et al. (2008)	SMR	<i>Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An Introduction to the Special Issue</i>	MP TN ME

Brouwers <i>et al.</i> (2015)	ESMQ	<i>An examination of the stakeholders and elite athlete development pathways in tennis</i>	MP TN ME LTAD
Horne e Brown (2019)	JASM	<i>The Retention of Adult Sport Participants: The Challenge of Player Ratings</i>	MP TN
Ogden e Edwards (2016)	JSM	<i>Are Canadian Stakeholders Resting on Their Laurels? A Comparative Study of the Athlete Pathway Through the Swedish and Canadian Male Ice Hockey Systems</i>	MP TN ME
Dixon <i>et al.</i> (2017)	JASM	<i>Enhancing Women's Participation and Advancement in Competitive Cycling</i>	TN
Dixon <i>et al.</i> (2021)	JSM	<i>Creating New Sport Opportunities for Girls: Resource Acquisition and Mobilization Across Competitive Environments</i>	MP TN ME
Warner; Chalip e Woolf (2008)	SMR	<i>Fan Development Strategy: The Austin Wranglers' Game Plan</i>	TN
Misener (2013)	JSM	<i>Parent Well-Being Through Community Youth Sport: An Autoethnography of "Sideline" Participation)</i>	LTAD
Sotiriadou e De Bosscher (2018)	ESMQ	<i>Managing high-performance sport: introduction to past, present and future considerations</i>	TN ME
Edwards e Washington (2013)	JASM	<i>Managing a Sport Organization: The Impact of Recruiting, Selecting, and Retaining Elite Level Coaches in Sport</i>	MP TN ME
Wicker <i>et al.</i> (2012)	ESMQ	<i>The value of Olympic success and the intangible effects of sport events a contingent valuation approach in Germany</i>	ME
Lim <i>et al.</i> (2011)	ESMQ	<i>Sport Participation Across National Contexts: A Multilevel Investigation of Individual and Systemic Influences on Adult Sport Participation</i>	TN

Dentre os 37 estudos selecionados, 17 mencionam o desenvolvimento esportivo, mas não apresentam bases teóricas para sustentá-lo. Entre as bases teóricas, a teoria normativa foi a mais recorrente, apresentada em 16 estudos, seguida do modelo empírico presente em 13, o modelo de pirâmide em 12; e o modelo de desenvolvimento de atleta a longo prazo em quatro. A seguir as quatro bases teóricas encontradas serão apresentadas e analisadas.

2.2.2.1 Modelo de pirâmide

O modelo de pirâmide foi a forma comumente utilizada para explicar o desenvolvimento esportivo (SHILBURY *et al.*, 2008; HODGETTS; DUNCAN, 2015), sendo considerado como a lógica dominante do desenvolvimento esportivo por muitos anos (SHILBURY *et al.*, 2008) retratando a relação entre a participação esportiva em massa e a excelência esportiva (TAKS *et al.*, 2014). O modelo, representado por uma pirâmide, é dividido em níveis que retratam o movimento dos participantes, desde a base, composta por atletas juniores com habilidades básicas que vão progredindo na medida que melhoram seu desempenho, para níveis sequencialmente mais altos, cada vez mais exclusivo, em direção ao topo da pirâmide, composto por atletas de alto rendimento (GREEN, 2005; OGDEN; EDWARDS, 2016).

Embora diretamente relacionado com níveis competitivos de habilidade, alguns autores sugerem que em termos práticos os níveis tendem a também estar associados à faixa etária dos participantes (DIXON *et al.*, 2021; GREEN, 2005).

Existem diferentes versões do modelo de pirâmide esportiva, mas todas pressupõem a necessidade de uma ampla base de participação esportiva para a obtenção de atletas capazes e dispostos a competir em níveis sequencialmente mais elevados ao ponto de alcançar o topo da pirâmide (SOTIRIADOU *et al.*, 2008).

O modelo de pirâmide pode ser estimulado de duas formas, com investimentos na base, conhecidos como *bottom-up* (ou *trickle-up*) ou com investimentos no topo da pirâmide, denominado *top-down* (ou *trickle down*). No efeito do *bottom-up* o investimento é injetado diretamente na ampliação da base esperando que resulte no aumento do número de atletas campeões no topo da pirâmide, enquanto no *top-down* (também conhecido como efeito cascata) o investimento é aplicado no alto rendimento (topo da pirâmide), esperando que performances bem-sucedidas de atletas incentivem o aumento do número de praticantes, conseqüentemente ampliando a base da pirâmide (SOTIRIADOU *et al.*, 2008; GREEN, 2005).

Embora amplamente utilizado, o modelo da pirâmide sofre críticas por não ter sido um modelo derivado empiricamente (GREEN, 2005; HODGETTS; DUNCAN, 2015); pela sua lógica estática (OGDEN; EDWARDS, 2016) e pela sua forma simplista

de abordagem em relação à progressão sequencial (SOTIRIADOU *et al.*, 2008), e que segundo Hodgetts e Duncan (2015) é “lógica, porém irreal”, entre a base e o topo da pirâmide. Tais críticas resultam na impossibilidade de demonstrar algo além dos movimentos de *trickle-up* e *trickle-down* (OGDEN; EDWARDS, 2016), não ilustrando como o atleta move-se entre os diferentes níveis (CUNNINGHAM; WARNER, 2019; WOOLF *et al.*, 2016) dando uma falsa impressão de que os atletas fazem esta progressão de forma automática para níveis mais elevados da pirâmide (SOTIRIADOU *et al.*, 2008; GREEN, 2005).

Segundo Green, (2005), o modelo de pirâmide é incapaz de refletir a realidade, tendo em vista que é possível construir um sistema de alto nível sem necessariamente possuir uma ampla base de atletas, seja por questões financeiras (alto custo), como no caso do polo ou devido à escassez de acesso a instalações esportivas para a prática do esporte, como no caso do bobsled (WOOLF *et al.*, 2016; SOTIRIADOU *et al.*, 2008).

Apesar das críticas, muitos esportes seguem utilizando o modelo de pirâmide como a lógica dominante do desenvolvimento esportivo por acreditarem no princípio de que uma ampla base de atletas acarretará no aumento do número de atletas disponíveis no alto rendimento (OGDEN; EDWARDS, 2016).

2.2.2.2 Modelo de desenvolvimento de atleta a longo prazo

Dentre os modelos de desenvolvimento esportivo encontrados, o modelo de Desenvolvimento de Atleta a Longo Prazo - LTAD, foi o menos citado (n=4). Apesar disso, autores como Wolf, *et al.* (2016) e Brouwers *et al.* (2015) o destacam como um modelo comumente utilizado, inclusive por órgãos governamentais, para retratar uma estrutura capaz de definir os caminhos que levam ao desenvolvimento esportivo de elite.

O LTAD é um modelo centrado no atleta, desenvolvido para melhorar a qualidade do esporte e da atividade física, possibilitando a participação esportiva ao

longo da vida dos atletas, de maneira que esses realizem seu potencial, independentemente do nível de performance (BALIY, WAY; HIGGS, 2013).

A estrutura do LTAD está muito mais relacionada a uma ferramenta voltada para treinadores, baseada nos princípios gerais da ciência esportiva, como treinamento físico, fisiologia e aprendizagem motora (HOLT, 2010 apud BROUWERS *et al.*, 2015) do que uma ferramenta de nível organizacional, capaz de explicar como as organizações desportivas desenvolvem as diferentes fases do desenvolvimento esportivo (SOTIRIADOU; SHILBURY, 2013).

2.2.2.3 Teoria normativa

A ausência de um quadro teórico sobre o desenvolvimento esportivo impediu o progresso de pesquisa nessa emergente área (GREEN, 2005) cada vez mais demandada por formuladores de políticas esportivas e gestores esportivos que buscavam junto ao campo acadêmico o fortalecimento de suas deliberações político-desportivas. Nesse contexto, Green (2005) propôs uma teoria normativa, que analisou e criticou o modelo de pirâmide de desenvolvimento esportivo, principalmente devido à abordagem superficial referente à transição do atleta entre os diferentes níveis da pirâmide.

Segundo a autora, existem três tarefas necessárias para um modelo de pirâmide de desenvolvimento esportivo eficaz: a entrada do atleta, a retenção do atleta e o avanço do atleta. Para tal, cabe às políticas do desenvolvimento esportivo responder às seguintes questões: Como trazer os atletas para o sistema esportivo? Como mantê-lo envolvido e comprometido com o esporte? E, como garantir o avanço de atletas promissores?

Segundo Task *et al.* (2014) o desenvolvimento esportivo (modelo de pirâmide) proposto por Green (2005), é composto por três níveis: participação em massa; esporte competitivo e esporte de alto rendimento. O nível de participação em massa é a base da pirâmide e é nesse nível que são desenvolvidas as oportunidades para que todos participem do esporte. O esporte competitivo é o segundo nível, que são

criadas possibilidades para as pessoas atingirem seu potencial esportivo, seja por diversão, saúde, ou até mesmo para fins competitivos. O terceiro nível, no topo da pirâmide, está o esporte de alto rendimento, no qual os atletas são identificados e desenvolvidos para atingir seu máximo potencial de desempenho.

Na teoria normativa (GREEN, 2005), o movimento para níveis mais altos não ocorre de forma automática, mesmo que o atleta contemple as habilidades necessárias para tal avanço. A autora destaca que para cada um desses níveis existe um processo necessário, antes desconsiderado, para tornar o modelo de pirâmide eficaz: na participação em massa o recrutamento; no esporte competitivo a retenção; e no esporte de alto rendimento o avanço. O recrutamento é a maneira pela qual um novo atleta é recrutado e apresentado ao esporte. Para que isso ocorra, é necessário o apoio e incentivo de pessoas ligadas na sua participação esportiva, assim como a existência de uma ampla rede de programas esportivos menores de nível local.

A retenção refere-se ao desejo do atleta em continuar a participar do esporte e é mediada pela motivação do atleta, sua socialização no esporte e na subcultura da equipe e no seu compromisso com seu esporte. O avanço ou transição refere-se ao movimento dos atletas para níveis mais avançados de treinamento e competição à medida que melhoram suas habilidades e condicionamentos. Para que isso ocorra, faz-se necessário que os programas sejam ligados verticalmente e que os atletas recebam apoio durante esses processos em novos níveis de envolvimento.

2.2.2.4 Modelo empírico

De forma empírica, Sotiriadou *et al.* (2008) examinaram os processos de desenvolvimento esportivo na Austrália sob a perspectiva das organizações esportivas. Os autores apresentaram três estruturas que ilustram os processos e estratégias do desenvolvimento esportivo descritos pelas organizações nacionais esportivas australianas: atração, retenção/transição e promoção. Essas estruturas em muito se assemelham às categorias apresentadas por Green (2005) em sua teoria normativa: recrutamento, retenção e transição (SHILBURY *et al.*, 2008).

Segundo Sotiriadou *et al.* (2008), o processo de atração tem como principais objetivos: aumentar a conscientização, a participação e a adesão da comunidade como um todo no esporte, sustentando um elevado número desses participantes que serão destinados a tornarem-se atletas de elite. O processo de retenção / transição é principalmente voltado para os participantes juniores e visa capitalizar a identificação, retenção e o suporte necessário para os atletas mais talentosos, de maneira que eles obtenham as habilidades necessárias para alcançar altos padrões de desempenho competitivo. No processo de promoção, o objetivo é promover os melhores atletas, sustentando o seu sucesso em eventos e competições internacionais e criando uma cultura esportiva de atletas de elite.

Os processos de atração, retenção/transição e promoção necessitam de contribuições humanas e financeiras das partes interessadas. Cada processo requer estratégias diferentes e cabe às partes interessadas a formulação de diferentes estratégias para cada processo. Entretanto, os processos não devem ser observados isoladamente tendo em vista a inter-relação entre eles (SOTIRIADOU *et al.*, 2008). Segundo os autores, o desenvolvimento esportivo é mais complexo e abrangente do que inicialmente elaborado pelas bases teóricas. No decorrer deste trabalho serão analisadas as definições de desenvolvimento esportivo levando em consideração que o desenvolvimento esportivo é “um processo dinâmico, no qual o envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento do esporte fornece as estratégias de desenvolvimento do esporte necessárias e caminhos para facilitar a atração, retenção / transição e promoção de participantes esportivos” (SOTIRIADOU *et al.*, 2008, p. 266).

Durante esta revisão sistemática foi possível observar que o desenvolvimento esportivo é um assunto de grande interesse da comunidade esportiva e acadêmica. Foram encontradas definições e bases teóricas sobre o tema. Apesar disso, em 14 estudos, o desenvolvimento esportivo, assim como ocorrido na análise preliminar a este estudo, foi abordado desacompanhado de definições e/ou bases teóricas.

Inicialmente definido pelo modelo de pirâmide e relacionado especificamente com o alto rendimento, com o passar dos anos o desenvolvimento esportivo tornou-se um termo mais abrangente, aglutinando a participação esportiva em todos os níveis, assim como os benefícios oriundos dela. Com o passar dos anos, as definições

foram sendo complementadas de maneira a contemplar a abrangência do termo, assim como, uma resposta aos apontamentos críticos da comunidade acadêmica, referente principalmente à falta de um quadro teórico e de estudos empiricamente derivados. Passando de um aspecto fundamental de “conseguir mais pessoas envolvidas no esporte” (HOULIHAN; WHITE, 2002, pg.360) para um processo dinâmico, no qual o envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento do esporte fornece as estratégias e caminhos de desenvolvimento do esporte necessários para facilitar a atração, retenção / transição e promoção dos participantes esportivos (SOTIRIADOU *et al.*, 2008).

Entre as bases teóricas, parece inquestionável que o modelo de pirâmide foi o ponto de partida para a discussão do desenvolvimento esportivo no campo acadêmico, utilizado para descrever a relação de causa-efeito entre a participação esportiva de massa e a excelência esportiva e servido de base para os modelos encontrados durante esta revisão. Destacamos aqui a teoria normativa de Green e o modelo empírico de Sotiriadou e colaboradores. Em seu trabalho, Green (2005), busca suprir a ausência de bases teóricas do desenvolvimento esportivo, enquanto Sotiriadou *et al.* (2008) avança nos estudos de Green, de forma empírica. Como resultado destes estudos, foi possível observar a existência de três processos de desenvolvimento esportivo, equivalentes inclusive na terminologia, para Green (2005) recrutamento, retenção e avanço e para Sotiriadou *et al.* (2008) atração, retenção/transição e promoção. Outro ponto de destaque entre as bases teóricas é a compreensão que o desenvolvimento esportivo é composto pelo desenvolvimento do esporte e desenvolvimento pelo esporte, abrangendo da participação em massa até o alto rendimento. Durante esta revisão não foram encontrados estudos relacionados ao desenvolvimento esportivo paralímpico e/ou do paradesporto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é do tipo descritivo exploratório, segundo Manheim e Rich (1995, p.89) *apud* Skinner, Edwards e Corbett (2015, p. 7) este tipo de estudo é essencial para um pesquisador de gestão esportiva se familiarizar com um fenômeno novo ou ainda não estudado. Foi utilizado o método qualitativo.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para elaboração desta pesquisa, foram convidados os dirigentes e técnicos das entidades de prática de esportes paralímpicos de deficientes visuais (DVs) do Rio Grande do Sul (RS) vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV). A seleção das entidades foi realizada durante o ano de 2019. Foi utilizado como critério de inclusão que as entidades tivessem participado de um ou mais eventos competitivos (de pelo menos uma das três modalidades paralímpicas específicas de deficientes visuais) da confederação entre o período de 2011⁶ a 2019 e que durante o período da seleção, estivessem ativas no desenvolvimento de suas modalidades paralímpicas de deficientes visuais.

Um termo de apoio institucional foi encaminhado a CBDV (Apêndice A) solicitando o acesso do pesquisador aos boletins das competições (regionais e nacionais) do período de 2011-2019; as fichas de inscrições das competições realizadas em 2019; aos estatutos das entidades vinculadas do RS, assim como, aos contatos (telefônico e endereço eletrônico) das entidades, dirigentes e técnicos. O primeiro contato realizado foi junto às entidades, por telefone e por endereço eletrônico, apresentando o pesquisador e convidando seus representantes a participar da pesquisa, posteriormente foi feito o contato com os dirigentes e técnicos. Um termo de apoio institucional foi enviado para cada uma das entidades e o modelo pode ser visto no Apêndice B.

⁶ Apesar de ter sido fundada em 2008, em Niterói, a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDDEV (posteriormente reconhecida como CBDV) somente em 2011 passou a ser a entidade responsável pelos esportes de deficientes visuais no país. Durante o período de 2008-2010 o Comitê Paralímpico Brasileiro foi a entidade responsável por estas modalidades).

Durante o período de 2011 a 2019, oito entidades de prática de esportes paralímpicos de deficientes visuais do RS participaram do calendário competitivo das modalidades paralímpicas da CBDV. Destas, apenas a Associação de Deficientes Visuais de Canoas - ADEVIC (que encerrou suas atividades esportivas), não contemplou os critérios de inclusão estabelecidos. No quadro 3, encontram-se as entidades participantes da pesquisa.

Quadro 3. Entidades participantes da pesquisa.

Entidade	Sigla
Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul	ACERGS
Associação Farroupilhense de Deficientes Visuais	AFADDEV
Associação Gaúcha de Futsal para Cegos	AGAFUC
Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas	ASDEFIPEL
Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo	EEJAA
Grêmio Náutico União	GNU
Instituto Hélio Passos de Judô	IHP

No Quadro 4, são apresentadas as modalidades paralímpicas de DVs disputadas pelas entidades do RS em 2019.

Quadro 4 – Participação competitiva das entidades por modalidades paralímpicas de DVs disputadas em 2019.

Entidade	Futebol de cegos	Goalball		Judô Paralímpico
		Masculino	Feminino	
ACERGS	X	X	X	X
AFADDEV		X		
AGAFUC	X			
ASDEFIPEL	X			
EEJAA		X	X	
GNU				X
IHP				X

Fonte: adaptado CBDV (2019)

Para esta pesquisa, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com os representantes das sete entidades. Foram entrevistados seis dirigentes (de cinco entidades) e todos os técnicos participantes (nove, divididos entre as três modalidades) das competições da CBDV em 2019. No quadro 5, é apresentada a lista dos participantes entrevistados de cada entidade.

Quadro 5. Participantes entrevistados por cada entidade

Entidades	Dirigentes	Técnicos
ACERGS	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente • Segundo vice-presidente 	<ul style="list-style-type: none"> • Futebol de Cegos, • Goalball masculino, • Goalball Feminino, • Judô Paralímpico (4)
AGAFUC	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Futebol de Cegos (1)
ASDEFIPEL	---	<ul style="list-style-type: none"> • Futebol de Cegos (1)
AFADDEV	---	<ul style="list-style-type: none"> • Goalball (1)
EEJAA	<ul style="list-style-type: none"> • Diretora (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Goalball (1)
GNU	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Judô Paralímpico (1)
IHP	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente (1) 	---

3.3 INSTRUMENTOS

Foram utilizados para esta pesquisa os seguintes instrumentos: revisão sistemática, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos.

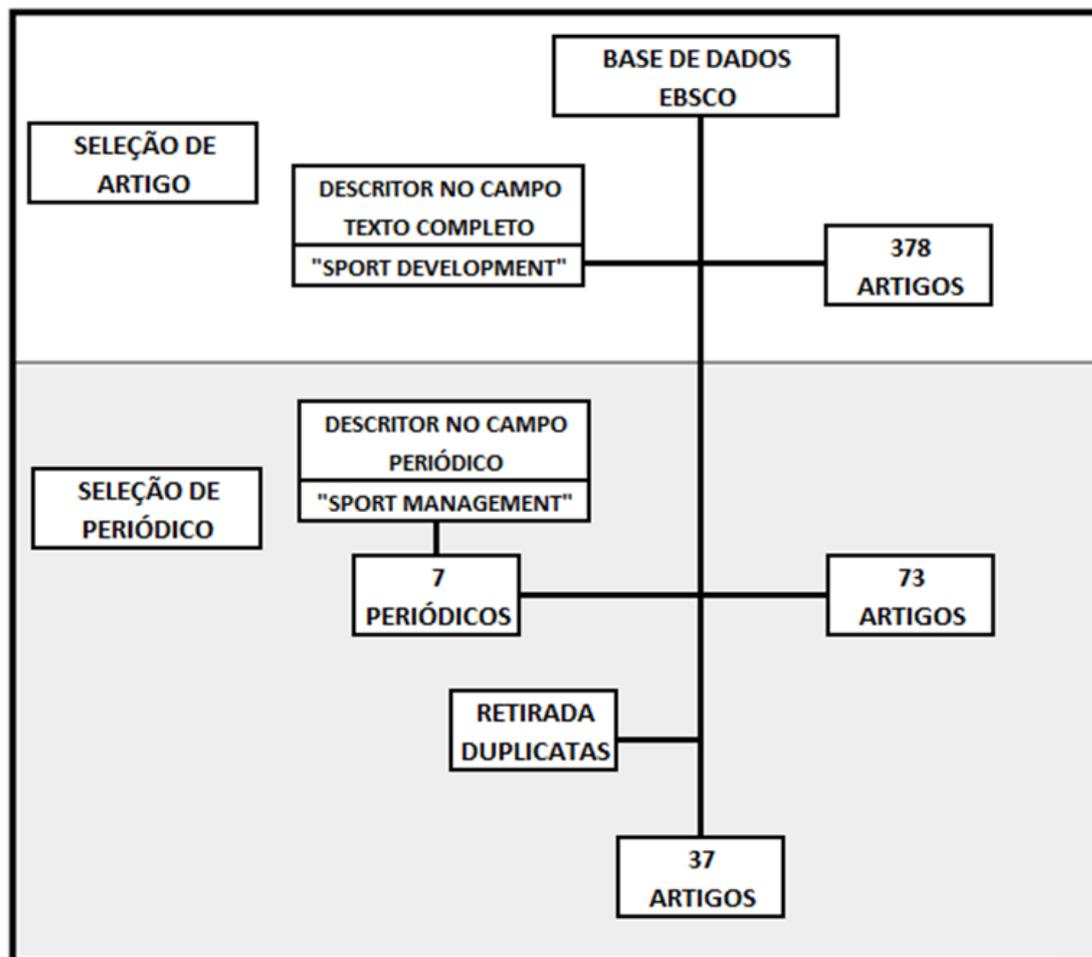
3.3.1 Revisão sistemática

Em uma análise preliminar, realizada em produções científicas publicadas em língua portuguesa, não foram encontradas definições e/ou bases teóricas capazes de delimitar a abrangência do termo “desenvolvimento esportivo”, desta forma, optamos por realizar uma revisão sistemática, por tratar-se de um meio rigoroso de sintetizar o conhecimento da literatura relevante sobre uma temática específica, além de indicar temas que carecem de maior empreendimento investigativo (THOMAS *et al.*, 2012). Para a seleção dos artigos foi realizada uma busca sistematizada ao conteúdo indexado na base de dados do Portal EBSCO, no período entre agosto de 2021 a fevereiro de 2022. Inicialmente foi realizada uma busca utilizando o descritor “*sport development*” no campo texto inteiro. Foi estipulado como critério de inclusão dos artigos que estes tenham sido publicados em periódicos acadêmicos e revisados por pares. A fim de refinar os resultados, foram selecionados os artigos publicados em revistas específicas da área da gestão esportiva, utilizando o descritor “*sport management*” no campo título do periódico.

O fluxograma do processo de seleção de artigos foi realizado em duas etapas, conforme apresentado na Figura 1. Inicialmente foram encontrados 378 artigos

utilizando o descritor “*sport development*” no campo texto completo. Na segunda etapa, foram encontrados 73 artigos publicados em periódicos específicos da área da gestão esportiva. Após a remoção dos itens duplicados, foram selecionados 37 artigos. Os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 1995 a 2021, nos periódicos: *Journal of Sport Management* - JSM, *European Sport Management Quarterly* – ESMQ, *Sport Management Review* – SMR, *Journal of Global Sport Management* – JGSM, *Case Studies Sport Management* – CSSM, *Journal of Applied Sport Management* – JASM e *International journal of sport management, recreation & tourism* - IJSMRT

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos



3.3.2 Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas 15 entrevistas, semiestruturadas, aplicadas aos dirigentes (seis) e técnicos (nove) das entidades do RS vinculadas a CBDV.

As entrevistas foram realizadas a distância, com a utilização do software “StreamYard” e gravadas na plataforma de compartilhamento de vídeos “Youtube” com acesso restrito ao pesquisador.

As entrevistas, inicialmente compostas por 15 questões, tiveram duração média de 90 minutos (após uma hora de entrevista os participantes eram avisados e questionado sobre o interesse e disposição em dar seguimento a entrevista), foram gravadas, transcritas e encaminhadas ao entrevistado para conferência. As gravações geradas a partir das entrevistas, assim como as entrevistas escritas, foram encaminhadas ao arquivo do “Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos” (CEOP), localizado na sala 212A do Laboratório de Pesquisa do Exercício (LAPEX) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dados e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados por um período de cinco anos, e serão destruídos após este prazo. O modelo de entrevista encontra-se no Apêndice D.

3.3.3 Pesquisa documental

Foi baseada em documentos oficiais fornecidos pela CBDV, como estatutos das entidades vinculadas do RS, boletins das competições (nacionais e regionais) e inscrições das entidades vinculadas do RS nas competições (nacionais e regionais) realizadas no ano de 2019. A lista dos documentos analisados encontra-se no Apêndice E.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para o processo de classificação e análise dos dados obtidos através das entrevistas, foi utilizada a técnica de categorização, conforme Bardin (2011). Após coletado, o material foi transcrito e separado em três categorias temáticas:

- a) Planejamento;
- b) Implementação;
- c) Avaliação

A análise documental foi obtida por meio da sistematização dos documentos e posterior estratificação dos elementos considerados relevantes, tendo como parâmetro os objetivos propostos pelo presente estudo.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foram observadas as questões éticas inerentes às pesquisas com seres humanos, conforme previsto na Resolução do Ministério da Saúde 466/2012. De acordo com esta resolução e de maneira geral, foram observados os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça (entre outros), bem como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), no qual consta o tema e o objetivo geral da pesquisa em que se insere, além da forma de participação do sujeito. Foi explicado aos participantes que eles poderiam optar por não participar do estudo ou não permitir a utilização dos seus dados. Também foi acordado com os sujeitos o respeito aos critérios de privacidade e confidencialidade, mantendo suas identidades em sigilo, caso achassem necessário, utilizando somente as informações que eles concordassem em expor.

4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em três tópicos, planejamento, implementação e avaliação do desenvolvimento esportivo paralímpico de deficientes visuais nas entidades de prática do Rio Grande do Sul, vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais.

4.1 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO

Para elaboração de um planejamento é primordial que a entidade tenha objetivos claramente definidos. Tratando-se do desenvolvimento esportivo paralímpico, se este for um objetivo das entidades, é esperado que no planejamento conste processos de prospecção e captação de novos atletas, bem como o desenvolvimento das habilidades esportivas e consequente melhoria da performance competitiva de sua elite. Para esta análise, inicialmente foram estudados os estatutos das entidades buscando um direcionamento aos seus objetivos almejados. Posteriormente, utilizamos os discursos dos dirigentes e técnicos.

4.1.1 Objetivos esportivos

O primeiro ponto analisado referente ao processo de planejamento foi o dos objetivos esportivos das entidades. De maneira geral, foram encontrados pelo menos dois tipos de objetivos, os institucionais (coletados dos estatutos e das falas dos dirigentes) e os específicos de cada modalidade (extraído das entrevistas com os técnicos). Entre os objetivos institucionais, o esporte aparece como uma ferramenta para objetivos não esportivos como inclusão, assistência social, qualidade de vida, termos estes que podem ser observados no Quadro 6.

Quadro 6. Objetivos Institucionais das entidades do RS participantes dos eventos competitivos da CBDV

Entidades	Objetivos institucionais
ACERGS	Prestação de serviços de assistência social para pessoas com deficiência visual, incluindo a promoção e o desenvolvimento de atividades esportivas. Tem entre suas finalidades, projetar e desenvolver ações na área do esporte competitivo ou de lazer.
AFADEV	Reunir e congregar as pessoas com deficiência visual, visando propiciar uma maior integração social, tem no esporte uma das suas atividades afins. Tem entre suas finalidades, projetar e desenvolver ações na área do esporte competitivo e lazer
AGAFUC	Promover e integrar na sociedade as pessoas com deficiência visual através da prática de Futsal e Futebol de alto rendimento adaptados para a deficiência visual.
ASDEFIPEL	Reunir as pessoas com deficiência, proporcionando integração social, profissionalização e conquista dos seus direitos.
EEJAA	Promover a melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, assegurando o pleno exercício da cidadania.
GNU	Promover a congregação dos seus associados para a promoção, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades esportivas, recreativas, sociais, culturais, ecológicas e cívicas, bem como o aprimoramento de atletas olímpicos e paralímpicos.
IHP	Promover a assistência social e inclusão dos diversos segmentos sociais, atendendo a todos que a ela se dirigirem, através de ações vinculadas ao esporte, saúde, cultura, lazer e educação.

Fonte: Estatutos das entidades

Analisando os dados no Quadro 6, percebe-se que quatro entidades além dos objetivos não esportivos, têm no esporte de alto rendimento uma de suas finalidades. A ACERGS e a AFADEV, têm como finalidade projetar e desenvolver o esporte competitivo. Na AGAFUC, o esporte de alto rendimento é a ferramenta utilizada para promover e integrar na sociedade as pessoas com deficiência visual e no GNU o aprimoramento de atletas paralímpicos é um dos seus objetivos institucionais. É possível afirmar, após analisar seus estatutos, que quatro das sete entidades pesquisadas têm objetivos institucionais de desenvolvimento esportivo ao contemplarem tanto o desenvolvimento do esporte, quanto o desenvolvimento pelo esporte.

Uma forma de analisar a importância do esporte para a entidade é observar se ele é institucionalizado, se está presente no estatuto. No estatuto de equipes como ACERGS e AFADEV pode ser observado a referência de departamentos para tratar sobre os assuntos esportivos; é bem verdade que nos casos citados o departamento não é exclusivamente esportivo e sim sócioesportivo-cultural. No GNU existe um departamento esportivo, segmentado por modalidades, como no caso do judô (responsável pelo judô e judô paralímpico). Nas demais entidades o esporte aparece como finalidade, com exceção da ASDEFIPEL que não apresenta nenhuma menção ao esporte em seu estatuto, apesar de ser uma entidade com tradição competitiva, na modalidade de futebol de cegos.

A partir dos objetivos institucionais das entidades, esta pesquisa evidencia incongruências e dificuldades encontradas para que o discurso dos dirigentes e técnicos esteja em conexão entre si e com o escrito no estatuto. Algumas análises de expressões dos dirigentes e dos técnicos serão correlacionadas a seguir, mostrando os contrastes e similaridades com os discursos. Entre a fala dos dirigentes da ACERGS e IHP foi possível observar objetivos semelhantes aos encontrados no estatuto das respectivas entidades, conforme o quadro 6. O segundo vice-presidente da ACERGS afirmou que:

“O objetivo principal é formar um cidadão com deficiência visual, que consegue ter autonomia e ter seu lugar na sociedade atual talvez não seja o mais evidente, porque a gente participa de campeonatos nacionais, internacionais, mas este é o objetivo específico...eu não posso dizer...que o objetivo da ACERGS hoje seja o alto rendimento e obter campeões” e que “o objetivo principal do esporte é a reabilitação e a inclusão social, o esporte de alto rendimento é consequência”.

No caso do IHP, o presidente descreveu os objetivos da sua entidade assim: “O objeto do estatuto é de tudo, e sobretudo, se assim dá para se dizer, através do esporte, para pessoas com e sem deficiência...auxiliando na formação de caráter daquele cidadão, daquele jovem, daquele adolescente”.

Os dirigentes da AGAFUC, GNU e da EEJAA colocam os objetivos mais voltados aos resultados esportivos, como pode ser visto na fala do presidente da AGAFUC: “o objetivo é se manter na Série A, entre os oito, nove; os melhores são sempre eles (os outros times)”, aqui claramente o presidente expressa como ele trata esta questão com o elenco de atletas, buscando manter a humildade da equipe,

buscando minimizar a pressão e o sentimento de favoritismo dos atletas. Cabe ressaltar que a AGAFUC em 2019 foi campeã pela quarta vez consecutiva da Copa Loterias da Caixa de futebol de cegos (maior competição da modalidade no Brasil). Para a EEJAA, segundo a diretora da escola: “o objetivo era participar da competição, ir e conhecer como se dá uma competição deste nível”. No GNU, tanto o diretor quanto o técnico da entidade, descrevem os objetivos como “individualizados, de acordo com cada atleta” e relacionados aos resultados competitivos, “cada um (atleta) tem um objetivo, para alguns é vencer lutas, para outros, a conquista de medalhas” respectivamente.

Entre os objetivos específicos de cada modalidade, sob a perspectiva dos técnicos, foi possível observar uma grande convergência dos objetivos esportivos das entidades voltados à competição e/ou alto rendimento. Ao ser questionado sobre o objetivo esportivo da entidade o técnico de futebol de cegos da ACERGS, afirma que:

“Infelizmente é focado na competição mesmo, a gente disputa dois campeonatos por ano e aí a gente treina forte para conseguir chegar lá, ...no regional, para mim o objetivo é sempre medalhar, uma das três (primeira, segunda ou terceira colocação), quando estávamos na (série) B era subir para a (Série) A, ficar na primeira ou segunda colocação (na série B) e quando passamos para A o objetivo era permanecer na A”.

Discurso semelhante ao do técnico da AGAFUC que diz que: “Pelo investimento que a gente faz, pelo trabalho da associação, do nosso presidente, a gente sempre entra nas competições para ganhar”.

Para alguns técnicos, a classificação para as etapas nacionais⁷ (do futebol de cegos e do goalball) são os objetivos almejados. No caso da ASDEFIPEL, segundo seu técnico de futebol de cegos, “o objetivo era se classificar para o nacional (Série B de futebol de cegos), semelhante aos objetivos almejados no goalball, tanto pelo técnico da AFADEV, que era de “participar do Regional Sul (goalball) e classificar para a etapa nacional”, quanto da técnica da equipe feminina da ACERGS:

“Nós temos dois campeonatos que são muito importantes, nós temos a Copa Sul, um circuito que ocorre três vezes ao ano, servindo como uma preparação para o circuito da caixa (CBDV) que é a seletiva para o brasileiro. O objetivo principal, que a gente almeja é o brasileiro, passar para o brasileiro série B”.

⁷ Segundo o regulamento das modalidades de 2019, no goalball a melhor equipe classificada em cada regional, se classificava para a etapa nacional – série B, enquanto no futebol de cegos as duas melhores equipes de cada regional conquistam vaga para a série B).

Entre os técnicos há aqueles que entendem que os objetivos podem ser tanto competitivos como sociais, como o técnico de goalball masculino da ACERGS que afirma que: “O objetivo principal sempre foi assim uma forma de socialização, mas ao mesmo tempo é a competição, mesmo que tu tenhas a parte social da atividade tu tens a parte competitiva, (o goalball) é um esporte de competição”. Outra perspectiva foi ver a prática esportiva como o principal objetivo e a compreensão que a competição faz parte deste processo, como o técnico de judô paralímpico da ACERGS constatou que:

“O objetivo é a prática do esporte, a prática do judô paralímpico, que se divirtam, que façam uma prática esportiva divertida...na sua origem, o fato de competir, de lutar, de testar suas habilidades, também faz parte deste aprendizado, então o aluno desde que entra na nossa turma é estimulado a competir”.

O técnico da EEJAA evoca também objetivos não competitivo para o goalball: “como todo o esporte para pessoa com deficiência visual, (o goalball) é uma ferramenta extremamente importante para o processo de habilitação e reabilitação, tanto nas séries iniciais, na educação infantil, até o público idoso”.

Apesar de não contar com um técnico de judô paralímpico na sua entidade, o presidente/atleta do IHP transparece em seu discurso que o seu objetivo é de se manter competindo por medalhas, algo que ele vem fazendo há dez anos.

Verifica-se que entre os objetivos descritos nos estatutos e os objetivos relatados por dirigentes e técnicos existem diferenças. Cada uma das entidades apresenta questões (dificuldades) específicas que puderam ser percebidas ao longo das entrevistas, porém não havia uma pergunta específica, pois, sendo este diagnóstico obtido na análise de resultados. Os discursos trouxeram algumas questões que permitem supor que as diferenças entre discursos e o estatuto devem-se principalmente a falta de clareza nos objetivos e de comunicação entre dirigentes e técnicos.

4.1.2 Calendário

Ao analisar as respostas dos dirigentes e dos técnicos foi possível observar a influência do calendário competitivo no planejamento das modalidades. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o planejamento de cada modalidade é feito tendo como base o calendário competitivo da CBDV. Segundo o presidente da ACERGS, “O planejamento é proposto e elaborado muito em cima do calendário da CBDV” sendo feito desta forma “para se adequar para a viagem, para a logística toda, passagens, treinamentos, busca de parcerias”. Discurso reforçado pelo segundo vice-presidente da ACERGS, “o calendário da CBDV é a base, o balizador de tudo o que nós vamos fazer no ano”. Na mesma linha, a diretora da EEJAA afirma que, “a gente sempre tem acesso aos calendários da CBDV e aí se faz o movimento”, e conforme o técnico da EEJAA, “a gente pega o calendário da CBDV no final do ano, começa a conversar” com os alunos, mobilizando a equipe e questionando se eles têm interesse e se estão dispostos a continuar, pois o ano já inicia com competição. O mesmo ocorre na AFADEV e na ASDEFIPEL, segundo seus técnicos.

No caso da AGAFUC, entidade com objetivos claramente definidos para o alto rendimento e que conta com a participação de atletas de outros estados e países no seu elenco, o planejamento é totalmente vinculado ao calendário da CBDV e conforme seu técnico:

“A programação é essa aí, a gente monta os treinos, a gente observa o calendário da confederação para a gente trazer os atletas de fora, os argentinos...a gente acaba treinando para as competições, visando as competições”.

No GNU, segundo o diretor do departamento de judô, “existe um planejamento, tanto que quando eu mando um atleta viajar por conta do clube (para as competições, como o Grand Prix de Judô Paralímpico), eu tenho que ter uma previsão orçamentária”. Estas respostas parecem demonstrar uma tendência de elaboração de planejamento pelas entidades que dispõem de recursos financeiros.

Apesar de não haver um planejamento da entidade, o atleta/presidente do IHP faz sua preparação, utilizando como referência o calendário de competições da CBDV, enfatizando o Grand Prix de Judô Paralímpico - etapa final. A prioridade por esta

competição está relacionada pelo fato de ser nela que os três atletas mais bem colocados de cada categoria de peso são contemplados com o bolsa atleta e que segundo ele (não apenas ele, mas outros atletas), “dão mais prioridade para etapa final...pois a bolsa atleta só vale na segunda etapa”.

4.1.3 Processos de planejamento

Os processos serão divididos quanto a formalização, elaboração e planejamento de recursos humanos, de infraestrutura e logística.

4.1.3.1 Quanto a formalização

A formalização segundo Daft (2010), está relacionada com a produção de documentos escritos pela organização. A partir desta definição foi possível categorizar as entidades referente a elaboração do seu planejamento esportivo em três níveis: planejamento formal (com elaboração de documento), planejamento informal (existe o processo, mas não é documentado) e sem planejamento. A seguir as entidades foram agrupadas nestes três níveis.

4.1.3.1.1 Planejamento formal

Pelas entrevistas, é possível observar que no caso de duas entidades, o planejamento é executado através de processos mais formalizados, com elaboração de documentos, Na AGAFUC, anualmente é feita a elaboração de um projeto para a captação de recursos financeiros, podendo ser compreendida como uma forma de planejamento; conforme o presidente relata:

“Depois de acertar o interesse pela permanência dos atletas no clube, a gente vê em cima do projeto que a gente tem e a gente adequa o salário dos atletas, eu também não posso extrapolar aquilo que eu tenho, tudo é planejado, tudo

é dentro de um planejamento, tudo é feito dentro daquilo que a gente tem condições”.

No caso do GNU, como anteriormente citado, o planejamento está relacionado a previsão orçamentaria de gastos com os atletas paralímpicos (especialmente relacionado a passagens aéreas, para os eventos competitivos de judô paralímpico da CBDV que ocorrem sempre em São Paulo) entregue pelo diretor do departamento de judô ao clube.

Verifica-se então que a formalização do planejamento se encontra atrelada a captação e/ou disponibilização de recursos para a execução.

4.1.3.1.2 Planejamento informal

Entre as entidades, a maioria faz seu planejamento sem a produção de documentos como pode ser observado nos seguintes relatos. Segundo o presidente da ACERGS:

“O planejamento é elaborado principalmente pelo diretor esportivo...a cada início de ano traz um relato do ano passado, a gente faz um diagnóstico e a gente vê o que a gente pode fazer para aquele ano, então ano a ano a gente vai planejando”.

Para o segundo vice-presidente da ACERGS, fica claro que o que é feito não é o suficiente:

“É com muita tristeza e sinceridade que eu te digo que o esporte não é planejado...nós não conseguimos fazer minimamente um planejamento nem que seja de curto prazo. ...a gente vai buscando ajustar as coisas ao longo do processo”.

Exemplos desta forma de planejar podem ser também observados nas falas do técnico de futebol de cegos e na técnica do goalball feminino, ambos da ACERGS, “a gente se reúne, faz um apanhado do ano anterior, vê o que funcionou, o que não funcionou e os objetivos” e “no início do ano a gente faz uma reunião para colocar na mesa a realidade (da entidade) e para saber qual o nível de interesse que elas (as atletas) têm de participar das competições” respectivamente.

Na EEJAA, AFADEV e na ASDEFIPEL fica claro a existência de um planejamento, entretanto sem processos formais. No caso da EEJAA, o técnico explicita tal situação, “não existe uma estrutura metodológica para o planejamento, o que a gente faz é sentar com os professores responsáveis, direção da escola, estagiários e os próprios alunos, sentar junto e planejar”.

Mesmo que informalmente elaborado, verificou-se a importância da existência de alguma forma de planejamento destas entidades, mesmo que sem a produção de documentos, a existência de reuniões e participação dos principais interessados não deixa de ser um importante passo para processos mais formalizados futuramente.

4.1.3.1.3 Sem planejamento

Dentre as entidades, o IHP, foi a única entidade estudada que não planeja o seu desenvolvimento esportivo. Segundo o seu presidente, “na verdade existem as ideias, porque para planejar precisa de uma parte principal que é uma espécie de patrocínio”.

4.1.4 Elaboração do planejamento

O planejamento das entidades é balizado pelo calendário competitivo da CBDV, que normalmente ocorre ao final de cada ano. Dentre as entidades analisadas, duas iniciam o planejamento antes da divulgação do calendário da CBDV. Na AGAFUC isso ocorre no ano anterior à execução, o presidente da entidade questiona individualmente os atletas que vão permanecer ou não em novembro/dezembro, da mesma forma, isso ocorre na EEJAA, sendo uma forma encontrada pelo técnico de goalball de manter os atletas focado e motivados.

Na ACERGS, AFADEV e GNU o planejamento é realizado no início do ano, enquanto na ASDEFIPEL, o planejamento é feito próximo da competição. Conforme mencionado anteriormente, no IHP não é feito um planejamento.

Outro ponto a ser destacado é referente aos prazos dos planejamentos, nenhuma das entidades elabora planejamentos a longo prazo. Entre as entidades pesquisadas podemos afirmar que existem as que fazem um planejamento de médio prazo (anual) e as que planejam uma atividade fim (uma competição). Parte desta escolha está diretamente relacionada a vinculação do planejamento com o calendário competitivo. No futebol de cegos e no goalball o resultado na primeira competição do ano (regional) definirá se a entidade terá ou não mais eventos competitivos durante o ano (competições nacionais). No judô paralímpico não existem competições seletivas (regionais), desta forma os atletas têm duas competições anuais, uma no início do ano e outra no fim do ano. Outro ponto a ser destacado em relação ao judô paralímpico é que os atletas com deficiência visual também participam do calendário competitivo do judô, desta forma há possibilidades de competir diversas vezes ao ano.

No futebol de cegos, enquanto a AGAFUC segue o planejamento anual, alicerçado nos projetos aprovados pela lei de incentivos fiscais para o esporte, a ASDEFIPEL monta sua equipe para uma atividade fim, participar da etapa regional. Caso se classifique, caberá aos gestores da ASDEFIPEL planejar o futuro da entidade na temporada.

É possível afirmar que nos casos da AFADEV e EEJAA, o planejamento também é para uma atividade fim, no caso, o regional. Enquanto a AFADEV busca uma inédita classificação para a etapa nacional, a EEJAA levou seus atletas para experienciar pela primeira vez uma competição em 2019. Além da relação com o calendário, a diretora da EEJAA explica a razão por esta forma de planejar, “o planejamento incide em gastos...então a gente acaba se planejando para uma atividade fim”.

A ACERGS dentro das suas limitações de planejamento já mencionadas, segue um planejamento anual em todas as suas modalidades.

Como pode ser observado, ter o planejamento exclusivamente vinculado ao calendário da CBDV implica em uma dependência da entidade com a confederação e

com os resultados esportivos. O que tenciona a um enfoque mais competitivo, podendo significar uma menor atenção, ou até a inexistência, de investimentos da entidade voltados para a ampliação da participação esportiva, parte importante do desenvolvimento esportivo.

4.1.4.1 Participação dos atletas no planejamento

A participação dos atletas em processos decisórios dentro das entidades esportivas vem aumentando desde a criação da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico Brasileiro em 2009, seguindo os moldes da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico Internacional (COB, 2022), fato que impactou toda a estrutura organizacional esportiva. Entre as entidades, foi possível observar que em algumas entidades e/ou em alguma das modalidades esportivas os atletas participam do planejamento. Para o técnico de judô paralímpico do GNU, o planejamento precisa ter o envolvimento de todos”. A técnica de goalball feminino da ACERGS reforça que há participação dos atletas afirmando que, “nós, treinadores, a direção da ACERGS, na figura do Glaílton e as atletas juntas. As atletas participam de muitas decisões, claro que algumas questões são mais voltadas para a equipe técnica ou da direção da ACERGS”. O mesmo ocorre na EEJAA, onde os alunos participam do planejamento do desenvolvimento esportivo, “junto com a direção da escola, professores responsáveis (Felipe e Indira) e estagiário”, conforme dito pelo técnico de goalball.

No caso da AGAFUC é possível extrair das entrevistas do presidente e do técnico de futebol de cegos da entidade que o planejamento ocorre sem a participação dos atletas, com a elaboração do projeto, feita no ano anterior, por dois profissionais da área de captação de recursos, junto do presidente e auxiliado pelo técnico). Posteriormente ao planejamento existe um contato direto do presidente com os atletas para renovação de contratos e formação do elenco.

Nas entidades em que ocorre a participação dos atletas no planejamento, os entrevistados ressaltam a importância da participação deste grupo, que será influenciado diretamente por todas as decisões tomadas, mesmo que parte das

decisões tenham que ser tomadas de forma mais administrativa por gestores e técnicos.

4.1.5 Recursos Humanos

Os resultados referentes ao planejamento dos recursos humanos foram divididos em Comissão Técnica e Equipe de Atletas.

4.1.5.1 Comissão técnica

Quando analisamos as comissões técnicas foi possível observar as diferentes realidades das entidades no desenvolvimento esportivo. Desde a ausência de técnico para o desenvolvimento da modalidade e representação em competições esportivas oficiais, como no caso do IHP, até quatro técnicos, como no caso do GNU. A relevância deste tema, pode ser observada na fala do técnico da EEJAA, que diz ser “um sonho (ter uma professora trabalhando junto a ele como auxiliar técnica), porque eu passei anos trabalhando sozinho”. Equipes como a AGAFUC contam com uma equipe multidisciplinar exclusiva para sua equipe composta por: treinador, auxiliar técnico, preparador de goleiros, fisioterapeutas, uma jornalista (assessora de imprensa), além de dois profissionais que atuam na captação de recursos para o projeto. No GNU, os atletas têm acesso a uma equipe multidisciplinar do clube, compartilhada com os atletas de outras modalidades de competição desenvolvidas pelo clube. Salienta-se a condição da IHP em que não tem comissão técnica, segundo o presidente, “se eu não tenho espaço físico, não tem por que eu ter este suporte”.

Entre os relatos dos técnicos da ACERGS, salienta-se a participação de voluntários na comissão técnica, sua importância e as dificuldades relacionadas com a manutenção deles na equipe, como pode ser observado na fala do técnico de futebol de cegos da ACERGS:

“Eu tinha um voluntário...que se tornou um baita chamador...meu braço direito...que chegou um momento em que ele disse que não dava mais, por que não tem como, tenho que pagar minhas contas (ele saiu em virtude da falta de remuneração)...quando fizemos a parceria com a La Salle, veio um estagiário...aí ele vinha junto auxiliar, ele recebia um valor, ele trabalhava com o atletismo, a natação e tinha uma carga horária com a gente”.

No goalball masculino da ACERGS, não é diferente, segundo o técnico ele é auxiliado por “algum voluntário que venha (ao treino), às vezes é um parente (de atleta)” e complementa que na comissão técnica, “durante este ano, o Dodô que estava de auxiliar técnico me apoiando lá em alguns treinos”. No goalball feminino da ACERGS, a técnica conta com o apoio de um ex-atleta da modalidade, segundo ela “eu tenho o Luiz que sempre me ajuda e dá altas dicas para as gurias”.

Também fazem parte da comissão técnica os “*staffs*” que são os auxiliares, que atuam voluntariamente, aparentemente são assim denominados aqueles auxiliares que são normalmente relacionados para os eventos competitivos como pode ser observado na fala da técnica de goalball feminino da ACERGS, “em competição eu sempre tenho *staff*, o *staff* quase nunca participa dos treinos”. Nas competições de judô a delegação da ACERGS sempre conta com a participação de um *staff* do sexo feminino, para acompanhar as atletas nas pesagens e demais situações cotidianas.

No que se refere a equipe técnica, a principal diferença entre as entidades está no tamanho das estruturas. É evidente que para que ocorra o desenvolvimento esportivo existe a necessidade de um número mínimo de pessoas envolvidas para a execução destas atividades. Entretanto, uma vez que grande parte das entidades não têm recursos financeiros destinados ao esporte, há uma dependência dos trabalhadores voluntários e junto deles as dificuldades ocasionadas por este tipo de serviço (limitação de carga horária para atuação e dificuldades na manutenção dos profissionais em suas posições).

4.1.5.1.1 Vínculo Institucional

A formação/manutenção da equipe técnica está diretamente relacionada ao vínculo institucional dos profissionais com a entidade. Entre as entidades foi possível

observar que existem profissionais remunerados e voluntários, que foram divididos respectivamente em profissionais com vínculo formal e informal.

Formal

Entre as entidades que possuem vínculo formal com os profissionais envolvidos com o desenvolvimento esportivo da entidade foi possível encontrar diferentes formas de remuneração e vinculação com a atividade fim. Foram encontrados profissionais atuando sob o regime da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) como técnico de modalidade esportiva (como no caso do GNU) ou como professores, que acumulam dentro da sua carga horária as funções de técnico esportivo (EEJAA). Há também profissionais que são remunerados via Registro de Pagamento Autônomo – RPA (como no caso da AGAFUC). Referente a isso, o técnico de judô paralímpico do GNU assim declarou, “eu tenho muito orgulho e me considero privilegiado em ter uma carteira assinada através do judô, porque são poucos os que tem...no Brasil...no nosso nicho de judô, são poucos os que tem a carteira assinada pelo clube”. A vinculação profissional do treinador de goalball masculino e feminino da EEJAA é explicada por ele: “sou funcionário público municipal, concursado e cedido à escola para ministrar aulas de educação física nas séries iniciais, atividades físicas para adultos e idosos...e atividades esportivas (o goalball). Também trabalho com orientação e mobilidade”. No caso da AGAFUC, devido a forma de arrecadação (via projeto de lei de incentivo ao esporte) não é possível a manutenção do vínculo empregatício, nos moldes da CLT, desta forma o técnico é remunerado via RPA. Entretanto segundo o técnico da AGAFUC, “2016 foi um ano que a gente dentro de quadra não ganhou nada, mas fora da quadra foi um dos melhores anos nossos... a gente aprovou o projeto de lei de incentivo ao esporte (federal), eu, depois de 11 anos como voluntário comecei a receber um salário”.

Informal

Entre os profissionais que são pagos pelas suas atividades é natural que exista um maior vínculo institucional, não sendo necessário que a cada ano seja questionado sobre seu futuro dentro da entidade, diferentemente dos profissionais voluntários, onde a entidade deve achar formas de mantê-los em suas posições e em caso de negativa, buscar novos profissionais no mercado. Conforme o segundo vice-presidente da ACERGS, “eu represento a ACERGS nesse setor (departamento de esportes), eu mantenho muito na questão da relação da reciprocidade, confiança, respeito, enfim que eu acho que é isso que tem mantido essa, esse formato de trabalho...”. O presidente da ACERGS enfatiza que o desenvolvimento esportivo da entidade se deve “ao trabalho abnegado voluntário, dos professores, do Glaílton e dos atletas”.

Na ACERGS, segundo o técnico de futebol de cegos, a manutenção do vínculo informal é feita “através do diálogo, a ACERGS apoia na medida do possível, demonstrando a importância do esporte, eles sempre avisam, demonstram, que é importante, que é legal...eu me sinto valorizado. O professor de judô paralímpico reforça dizendo que “a ACERGS vende uma ideia e quem compra a ideia se mantém”. A treinadora de goalball feminino acredita que o que a mantém atuando de forma voluntária é o vínculo:

“Eles (ACERGS) mantêm o vínculo com a gente, na verdade eu hoje tenho o Glaílton como referência, então o Glaílton vem, pede minha opinião, pergunta se eu quero, ele sempre muito claro comigo, sempre que não tem verba, que não tem recurso, ele sempre é muito claro comigo ele diz, não tem dinheiro, mas eu ainda te quero como técnica do goalball feminino, aí a gente se desmancha toda. O meu vínculo com a ACERGS é o Glaílton, então a gente tem muito essa coisa pessoal, ele com a vontade de expandir o esporte dentro da associação e eu com trabalhar com uma coisa que eu gosto muito e que bem ou mal ela está estruturada”.

O caso da ASDEFIPEL é semelhante, conforme o relato do técnico de futebol de cegos, “eu comecei muito mais para tentar ajudar o Diego (diretor esportivo da entidade), para dar uma força e por querer me especializar no assunto e pela carência de pessoas que apoiassem (o futebol de cegos)”, assim como na ASDEFIPEL, onde segundo o técnico de goalball masculino:

“Surgiu um convite...o pessoal da AFADEV precisava de um professor com CREF para participar de uma competição oficial, então eu me dispus a fazer este trabalho voluntário...então eu gostei deles, simpatizei e fui ficando então até que queiram que eu ajude e se eu puder ajudar...eu vou ficando”.

Nessas falas percebe-se que dirigentes com alto envolvimento causam impacto nos técnicos que possuem e/ou desenvolvem forte vinculação com a atividade e com desenvolvimento esportivo nas áreas afins, viabilizando a atuação informal.

Um ponto importante de ser destacado referente ao planejamento é que devido ao voluntariado não possibilitar uma dedicação exclusiva dos profissionais, muitas vezes existem trocas de comando técnico no meio da temporada, como no caso do futebol de cegos e no goalball masculino da ACERGS e de acordo com o segundo vice-presidente da entidade:

“Nenhum dos professores e praticamente nenhum dos atletas da instituição hoje tem dedicação exclusiva, ou seja, todo mundo tem que buscar o seu ganha-pão, tem outras atividades, que na vida de cada um tem que ser colocado em primeiro plano, ante a questão no paradesporto, das nossas, nossas atividades, daí tu já começa a não ter professores sempre disponíveis, staff sempre disponíveis e atletas sempre disponíveis... a atividade paradesportiva na vida de todos acaba sendo secundária”.

Por esta razão ocorrem situações com a descrita pelo técnico de goalball masculino da ACERGS:

“Este ano eu combinei com o pessoal que eu provavelmente não estaria em todos os treinos...eu sou voluntário...e trabalho em outro local, então muitas vezes não ia dar para sair correndo do serviço e também tem a questão de desembolsar o dinheiro do transporte que é uma despesa que tu tens a mais e tu não está recebendo nada por isso”.

Ou casos como o dos técnicos de futebol de cegos da ASDEFIPEL e da ACERGS, que por vezes não podem viajar acompanhando suas equipes, pois dependem da liberação dos seus trabalhos formais (com remuneração) para exercer sua atividade voluntária.

4.1.5.2 Equipe de atletas

Dentre os recursos humanos necessários para o planejamento estão os atletas, é por eles e para eles que existe o desenvolvimento esportivo. Para o desenvolvimento de uma modalidade esportiva um número mínimo de participantes é fundamental,

tanto para níveis competitivos (para a formação de uma equipe, por exemplo) quanto em níveis de participação esportiva (para viabilizar a prática e/ou treinamentos).

Após os repetidos relatos sobre a importância dada ao aspecto competitivo e de alto rendimento na elaboração do planejamento, os representantes das entidades (dirigentes e técnicos) foram questionados sobre a importância da ampliação do número de participantes e se é objetivo da entidade aumentar o número de atletas participantes das modalidades estudadas. Entre as respostas surgiram três assuntos recorrentes: existe o interesse das entidades (e até a necessidade em alguns casos) em aumentar o número de atletas, há dificuldade de mapeá-los e não existem processos para prospectá-los, como é possível observar nas falas de dirigentes e técnicos das entidades no Quadro 7.

Quadro 7. Tópicos levantados por dirigentes e técnicos na entrevista aplicada que dificultam a prospecção e captação de novos atletas.

Entidade /Modalidade (Profissional)	Prospecção e captação de novos atletas
ACERGS/ Futebol de cegos/ (Técnico)	“A gente acaba focando mais na competição, mas com certeza a gente sempre está buscando novos atletas...a gente sempre faz este estudo, agora te confesso que ir lá buscar, é raro”.
ACERGS/ Goalball masculino (Técnico)	“A dificuldade de captar atletas de goalball é muito grande...tu tens que correr atrás”.
ACERGS/ Goalball feminino (Técnica)	“A gente está sempre buscando (novos participantes), é claro que neste ponto eu conto com a ACERGS (que não faz esta captação) ela direciona as pessoas que chegam lá em busca de orientação e mobilidade ou outros atendimentos”.
ACERGS/ Judô paralímpico (Técnico)	“A ACERGS não consegue ir atrás (de novos atletas) as pessoas que chegam até nós...geralmente são amigos dos nossos atletas, pessoas que passam pela ACERGS...não existe uma grande divulgação no sentido de captação de atletas”.
AFADEV/ Goalball masculino (Técnico)	“Eu não tive a experiência de nenhum (atleta) novo, o que eu posso te dizer que eu tentei trazer...falei para os alunos tentar convidar mais gente” Ao ser questionado se existia um movimento da entidade para buscar novos atletas, ele afirmou, “não, não vi em nenhuma área”.
AGAFUC/ Futebol de cegos (Presidente e Técnico)	“A busca por atletas novos, a revelação de atletas novos (é muito difícil) porque não tem atleta”. Entretanto, devido aos resultados esportivos da entidade, “hoje o troço é tão engraçado, que eu recebo mensagens no WhatsApp de atletas se oferecendo para vir jogar na AGAFUC” – Presidente.

	“Eu tenho a vontade (de buscar novos atletas)...só que realmente é complicado...tem que aparecer ou correr atrás...porque realmente não se encontram (atletas)” - Técnico.
ASDEFIPEL/ Futebol de cegos (Técnico)	“Eu tentei montar uma (equipe) base de alunos do ensino regular...mas houve pouco interesse, por causa da divulgação...para o projeto surgiram dois interessados...não houve procura”.
EEJAA/ Goalball masculino e feminino (Técnico)	“O que a gente não faz é correr atrás de atletas, a gente não corre atrás de alunos novos (para a escola)”.
GNU/ Judô paralímpico (Diretor e Técnico)	“A gente não vai atrás de ninguém, as portas do clube estão abertas se alguém vai lá e pede para ir a gente nunca impede” – Diretor. “Não é da nossa política ir atrás de atletas, é o atleta que nos procura” – Técnico.
IHP/ Judô Paralímpico (Presidente)	“Não tem como captar o atleta, porque não tem onde treinar”.

Se de maneira geral, como pode ser observado até aqui, o planejamento das entidades está vinculado a competições da CBDV, então faz-se necessário que a entidade tenha componentes (atletas) suficientes para competir. Isto explica o interesse e a necessidade da ampliação do número de participantes. Levando em consideração as peculiaridades de cada um dos esportes desenvolvidos pelas entidades, os resultados serão apresentados por modalidade esportiva.

4.1.5.2.1 Equipe de Futebol de Cegos

O futebol de cegos, por ser uma modalidade coletiva, precisa de no mínimo quatro atletas cegos (jogadores de linha) e um atleta sem deficiência (goleiro) para formar um time. Segundo o presidente da AGAFUC, ainda assim, seriam necessários mais atletas, uma vez que eles podem se machucar durante uma partida e sem reserva já inviabilizaria a equipe. A dificuldade aumenta se for levado em conta que para viabilizar um treino coletivo é necessário que cada entidade conte com pelo menos oito atletas deficientes e dois goleiros para a simulação de jogo. Entre as

entidades do RS, apenas a AGAFUC conta com um número de atletas suficiente para a prática de coletivos. Segundo o presidente da AGAFUC, “tenho entre 18 e 20 atletas, entre goleiros (uns quatro ou cinco) e cegos, para fazer o futebol tu precisas ter no mínimo uns sete ou oito atletas cegos”. No caso do futebol de cegos da ACERGS, a entidade tem um time base, mas segundo o técnico, “eu tenho um outro problema que é o número de atletas, eu tenho seis que treinam na minha equipe, sempre falta um que outro, quando tem a equipe toda tem seis, logo eu nunca consigo fazer coletivo, isso é um limitante”.

A ASDEFIPEL é a única das equipes de futebol de cegos do estado que começa a temporada sem time, obrigando o diretor esportivo e o técnico a buscar atletas para formar uma equipe viabilizando assim a sua participação para a primeira competição do ano, o Regional Sul-Sudeste. A formação da equipe da ASDEFIPEL é tão tardia que segundo o técnico, “nós não treinamos, nós nos reunimos uma semana antes do evento, aí eu conheço os jogadores ali, ele (o Diego) sempre monta uma equipe com gente que já participa”. Em outra fala, o técnico explicita a necessidade de ter um time base e que “teria que ter no mínimo cinco ou seis jogadores para a gente poder se encontrar, para trocar passe ali, fazer condução da bola, não digo nem para fazer jogo”.

Uma questão importante levantada pelo presidente da AGAFUC é que a dificuldade da prática do futebol de cegos também é um fator determinante na dificuldade da captação e retenção de um atleta na modalidade. Ele acredita que:

“O futebol de cegos é mais difícil de captar atleta, assim como é mais difícil de jogar, porque todo atleta pode jogar goalball, mas 90, 95% dos que jogam goalball não jogam futebol de cegos, porque no futebol tu tem que se deslocar na quadra toda e no goalball tu tens aquele teu movimento, aquele teu espaço, naquela arezinha...tu é que nem um goleiro. Então tu não tens aquele movimento de sair para um lado, sair para o outro, passar a bola para um, para outro, voltar, dominar, driblar, chutar, cruzar, marcar, é muito diferente, é muito trabalho, tem gente que treina vinte anos e é desorientado. Por isso que eu digo, todo cego que joga bola, que consegue se movimentar numa quadra, dominar uma bola, não precisa ser craque, eu já os acho uns gênios”.

Desta forma, para o futebol de cego as entrevistas trouxeram questões relevantes sobre a prospecção e captação de atletas, que impactam no planejamento do desenvolvimento das entidades: formação de um time base, dificuldade em atingir número suficiente de atletas para realização de treinos (possibilitando simulação de

jogo), especificidades, como por exemplo, a dificuldade em encontrar atletas B1 e a complexidade do jogo (que impacta na captação e retenção dos atletas). Porém, segundo dados do último censo realizado no Brasil, o número de pessoas que não conseguem enxergar de modo algum (B1) no estado do RS é de 28.748 pessoas (IBGE, 2010) revelando que existe um elevado número de pessoas cegas, o que pode ser um demonstrativo de que existe falta de acessibilidade de prática esportiva para esta população, bem como falhas no mapeamento e na captação de novos participantes.

Outro fator relevante e importante de ser mencionado está relacionado ao impacto da escola inclusiva na prática e no desenvolvimento do futebol de cegos. Segundo o presidente da AGAFUC, a escola inclusiva “prejudicou demais...era ali (nas escolas especializadas) que saíam as revelações, como o Ricardinho⁸, ali que era o segredo do Brasil inteiro”. Segundo o presidente da ACERGS, “a educação inclusiva é de papel, ela é muito boa na teoria, mas na prática ela não funciona...os atletas de sucesso, todos ou 90% deles vieram das escolas especializadas”. De acordo com o segundo vice-presidente da ACERGS:

“Inclusão propriamente dita ou entre aspas, enfim, não houve tanta renovação, então vou te dizer que muitos atletas da AGAFUC e da ACERGS ainda são ex-alunos do Santa Luzia...ficou muito mais difícil de encontrar (os alunos com deficiência visual). A realidade da maioria deles (alunos com DV) ainda é de não participar da aula de educação física, porque ela não é adaptada, porque o professor não se interessa pelo paradesporto ou até pelo desconhecimento de como lidar com o assunto, falta de qualificação”.

Cabe ressaltar que os três relatos acima são de pessoas com propriedade para fazer tais considerações, estão no seu lugar de fala de pessoa com deficiência visual, dirigem entidades que desenvolvem o esporte paralímpico de deficientes visuais e atuam ou atuaram como atletas.

⁸ Ricardo Steinmetz Alves, o Ricardinho, é atleta de futebol de cegos da AGAFUC. O atleta foi estudante do Instituto Santa Luzia, local onde iniciou a sua prática esportiva. Aos 16 anos, jogando pela ACERGS, foi pela primeira vez campeão brasileiro, artilheiro da competição e convocado para a seleção brasileira. O atleta é tetracampeão paralímpico, tricampeão mundial, tetracampeão Parapan-Americano, além de ter sido eleito por três vezes como o melhor jogador do mundo na modalidade.

4.1.5.2.2 Equipe de Goalball

O goalball, apesar de também ser um esporte coletivo, leva vantagens em quatro quesitos, quanto a formação de equipe, quando comparado ao futebol de cegos. O primeiro é relacionado ao número menor de atletas por equipes. Para formar um time, são necessários três praticantes com deficiência visual. A segunda questão é que atletas das três classes de deficiência visual (B1, B2 e B3) estão aptos a participar, diferentemente do futebol de cegos ao qual a prática é exclusiva para cegos, B1), o que aumenta o espectro de pessoas aptas para a prática. Outro ponto importante é que no goalball o deslocamento na quadra é menor, de maneira geral os atletas permanecem em suas posições, demarcadas no chão, em uma situação de levanta-agacha, movimentando-se de forma mais ampla apenas na hora do lançamento. E por último, no goalball não existe contato físico entre os atletas, diferente do futebol de cegos onde, segundo o relato do técnico de futebol de cegos da ASDEFIPEL “existem muitos choques de frente (cabeça com cabeça) entre atletas” que podem ocasionar graves lesões.

Mesmo levando em conta que a entidade tenha o número certo de atletas para formação de um time, basta que um deles falte ao treino para causar problemas para o desenvolvimento da atividade planejada. Situações como esta foram relatadas pelo técnico de goalball masculino da AFADEV e pelo técnico de goalball masculino e feminino do EEJAA que inclusive comentou que por vezes ocorria de desmarcar treino por falta de quórum.

Segundo a diretora da EEJAA, “em municípios muito pequenos, como o nosso (Rio Grande), sempre faltam (atletas) para a composição de um time, se tu não te unir com outras cidades tu não consegues (formar uma equipe), fato que ocorre na AFADEV, onde três dos seus atletas são município vizinho.

Na ACERGS a falta de atletas já foi um problema, segundo a técnica de goalball feminino, “a gente teve um aumento significativo no número de pessoas...para treinar, a gente trabalha com altos e baixos, hoje eu tenho em torno de 10 atletas que participam do goalball feminino” e de acordo com o técnico de goalball masculino da entidade, “a gente tinha carência de atletas (em outros anos), desta vez estava com

bastante...então não dá para se queixar”. Ainda assim, por necessidade de um número certo de participantes no treino, o planejamento dos técnicos pode não ser implementado devido à ausência de um ou mais atletas.

Quando comparada ao futebol de cegos, a formação de equipe de goalball é mais simples, pois precisa de menos atletas, aceita as três classes de deficiência visual, requer uma menor movimentação dos atletas na quadra (facilitando a prática) e devido à ausência de contato físico entre os atletas é uma modalidade com menos riscos de lesão. Somado a isso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010; IBGE 2018) existem aproximadamente 352 mil pessoas com deficiência visual no RS e poderiam estar habilitadas (mediante a classificação oftalmológica) a prática de goalball (e do judô paralímpico), uma vez que a modalidade não se restringe apenas ao público cego.

Assim como o futebol de cegos, o goalball também foi amplamente desenvolvido dentro das escolas especializadas no atendimento para pessoas com deficiência visual, por esta razão foi perguntado aos técnicos das modalidades qual foi o impacto da migração dos alunos das escolas segregadas para as escolas inclusivas. Segundo o técnico da EEJAA, que é uma escola especializada no atendimento aas pessoas com deficiência visual, “as escolas especiais são os grandes centros das modalidades específicas (para pessoas com deficiência visual, como no caso do goalball) e que as escolas regulares não oferecem os esportes paralímpicos”.

Para a técnica de goalball feminino da ACERGS, muito foi perdido em termos esportivos com “este esquema dos alunos irem para escolas (inclusivas) perto das suas casas”, esta separação dificulta o desenvolvimento de esportes coletivos porque “é impossível tu conseguir ter o número de alunos (com deficiência visual) em um só lugar (escola)” para poder praticar a modalidade. A técnica ainda comentou que mesmos em escolas como o Instituto Santa Luzia que:

“Ainda é uma escola que tem alunos com deficiência visual, eles ainda mantêm este atendimento, mas hoje lá eles não estão dando nenhuma importância para o esporte, tanto é que eles até ofereceram as goleiras que eles têm lá (de goalball) para a ACERGS, porque não é mais intenção da escola”.

No caso do técnico de goalball da AFADEV, apesar de se mostrar favorável a escola inclusiva ele acredita que ela deve ser melhor pensada e gerida enquanto instituição. Na questão da iniciação esportiva (dentro da escola) ele fala sobre a deficiência pública que “primeiro jogaram eles (alunos com deficiência) para um canto (escolas especializadas) e agora estão jogando eles para as escolas (inclusivas) e ali tem um monte de gente que não sabe lidar com este público”.

4.1.5.2.3 Equipe de Judô Paralímpico

O judô paralímpico difere das demais modalidades pesquisadas por duas razões, primeiro por ser um esporte individual e em segundo por ser praticado na maior parte das vezes em um ambiente integrado (SCHUMACHER; MARCHETTI; MAZO, 2018). Ambiente integrado, segundo Winnick (2004) é quando atletas com e sem deficiência interagem de forma conjunta. Desta forma, com um único atleta deficiente visual a equipe já pode participar das competições da CBDV, como ocorre no IHP que participa das competições desde 2018 com apenas um atleta. Na ACERGS, de acordo com seu técnico, “a maior parte (dos treinos) no Brasil, ocorrem com um, dois ou três atletas deficientes visuais (do judô paralímpico) treinando com atletas sem a deficiência, assim como participando das competições tanto do judô paralímpico, quanto do judô convencional”.

Os treinos em um ambiente integrado são possíveis devido à semelhança entre as duas modalidades. Tanto na ACERGS, quanto no GNU, os atletas de judô paralímpico treinam o mesmo treino que os atletas sem deficiência. Segundo o técnico do GNU, “o nosso treino da noite é um treino com 40 pessoas (a maioria destes sem deficiência), eles (DVs) treinam normalmente junto com os outros”.

A fim de suprir as demandas das entidades em relação a dificuldade em prospectar novos atletas deficientes visuais, para a formação de equipe nos esportes coletivos de deficientes visuais (futebol de cegos e goalball) é possível realizar a contratação de atletas. Consta nos regulamentos destas modalidades a possibilidade de inscrição de atletas estrangeiros e de empréstimo de atletas. É a forma encontrada

para minimizar os problemas das entidades com a falta de atletas para a montagem de suas equipes para as competições. A ASDEFIPEL, por exemplo, precisa contratar para montar a sua equipe, segundo seu técnico de futebol de cegos, o Diego, “sempre monta uma equipe com gente que já participa, ele contrata sempre dois jogadores internacionais, três jogadores aqui do Brasil”. No caso do futebol de cegos da AGAFUC é possível dizer que os atletas de fora, mais do que para formar a equipe como no caso da ASDEFIPEL, eles chegam para reforçar a equipe, aumentando o nível técnico. O técnico da AGAFUC afirmou: “temos atletas que não moram aqui, nós temos atletas de João Pessoa Paraíba), Pernambuco, Paraná e dois argentinos”. No goalball feminino da ACERGS a técnica, acredita que seja necessário renovar a equipe trazendo alguém de fora com uma contratação de nível nacional.

Outra questão que chamou a atenção ao longo das entrevistas foi a presença de dirigentes como parte fundamental do desenvolvimento esportivo nas entidades, tanto no planejamento quanto na manutenção das modalidades esportivas em suas entidades. Atuando simultaneamente como gestores e atletas. Na ASDEFIPEL, por exemplo, a equipe de futebol de cegos inicia o ano com um atleta, o seu diretor esportivo da entidade (Diego) e a partir daí começa a movimentação para formação da equipe. No IHP, o presidente (Hélio) é o único atleta da entidade. Na AGAFUC, o presidente (Pedro) com 62 anos de idade é um dos veteranos da equipe e segundo ele, “eu estou jogando para colaborar, eu ainda jogo bem, mas... já não sou mais guri”. Na ACERGS, o segundo vice-presidente da entidade, participa das competições tanto como dirigente, quanto como atleta, nas modalidades de judô paralímpico e no goalball. Na AFADEV, o técnico chama de líder, o ex-presidente (Pablo), que é atleta, segue na diretoria esportiva e agora formado em educação física, também auxilia no comando técnico da equipe durante os treinamentos.

Com exceção da AGAFUC, que é a única dentre as entidades acima mencionadas que é especificamente esportiva, todas as outras têm o esporte como uma de suas ações para seus associados, o que pode significar em uma gestão com maior ou menor grau de interesse no desenvolvimento esportivo da entidade, inclusive em sua extinção. No momento atual, todas estas entidades mencionadas têm em seu quadro de dirigentes pessoas vinculadas e atuantes no esporte. Mas o futuro do

desenvolvimento esportivo paralímpico de deficientes visuais destas entidades dependerá do interesse e envolvimento dos futuros dirigentes.

4.1.6 Recursos de infraestrutura

Com exceção do GNU, todas as outras entidades dependem da cedência de espaços para a prática esportiva. A ausência de infraestrutura própria para treinos, obriga que as entidades planejem parcerias, renovem contratos ou busquem soluções para a prática da sua modalidade. Segundo a técnica de goalball feminino da ACERGS, “a gente tem esta questão (de utilização) do espaço, nós não temos um espaço fixo, a gente “pipoca” (troca de local com frequência) muito nesta questão de espaço...precisamos ter um espaço fixo, com as nossas coisas”.

Na ASDEFIPEL, de acordo com o técnico de futebol de cegos:

“A gente consegue umas quadras aqui (em Pelotas), a gente fala com os proprietários, eles apoiam...depois eu divulgo na imprensa aqui um agradecimento, que eles estão nos ajudando a representar o município lá em São Paulo (no Centro de Treinamento Paralímpico, local onde ocorrem as competições), aí o cara convence os caras”.

A renovação do direito de utilização do espaço é algo necessário, como pode ser observado na fala do técnico da AGAFUC, “esta semana enviamos para a nova Secretaria de Canoas a nossa programação (para reservar o ginásio para os treinos da equipe)” e que dificulta o planejamento, conforme o técnico de goalball masculino e feminino da EEJAA, que diz que o ideal “seria ter uma estrutura, sem precisar estar renovando todo ano, sem depender da carga horária (ofertada) do SESI (Serviço Social da Indústria).

4.1.7 Recursos de logística

Durante as entrevistas, surgiram importantes questões de logística que influenciam no desenvolvimento esportivo das modalidades. A distância do local de treino, por exemplo, é uma destas questões. A equipe de futebol de cegos e a de

goalball feminino da ACERGS treinam em outro município, e cabe a cada atleta e membro da equipe técnica o deslocamento até o local. Este caso se repete na AFADEV, onde parte dos atletas precisa pegar um ônibus para treinar em outro município.

Outra questão é referente a presença de atletas contratados de outros estados e/ou país, cabendo à entidade o planejamento do transporte, estadia e alimentação, como podemos observar na fala do presidente da AGAFUC, “a gente faz toda a logística que é necessária é passagem, alimentação, hotel”, “perto de competições...a gente traz eles para cá (atletas de fora)...uns cinco ou seis dias”. Na ASDEFIPEL, segundo o técnico de futebol de cegos, quando a entidade consegue trazer os atletas para treinar antes da competição “aí tem que dar alimentação, vai atrás de parceria de buffet, aí ele vai numa pousada, às vezes os caras (atletas) ficam (dormem) na casa dele (do diretor esportivo)”. O segundo vice-presidente da ACERGS, os seus apoiadores auxiliavam disponibilizando alojamento para os dois atletas colombianos que vieram participar da equipe de futebol de cegos.

Para as competições, a principal questão de logística está relacionada ao transporte (viagens). De maneira geral, as competições são centralizadas em São Paulo, no Centro de Treinamento Paralímpico (CTP). Em 2019 apenas o Regional Sul de goalball não foi realizado no CTP, sendo realizado na cidade de Foz do Iguaçu. Em todos os eventos, a CBDV oferece traslado (ida e volta) do aeroporto/rodoviária ao CTP ou hotel vinculado ao evento, alojamento e alimentação. Não são cobradas taxas de inscrição nas competições. Cabe a entidade se responsabilizar pelo transporte dos atletas e da comissão técnica. Entidades como a AGAFUC e o GNU possuem verbas previstas para viagens. Segundo o técnico de judô paralímpico do GNU:

“No clube nós trabalhamos com uma verba anual para o judô, nós temos uma verba x que é para a utilização durante o ano e nós desenvolvemos todo o planejamento em cima desta verba, então nós colocamos lá tanto valor para competições, tanto para viagens, tanto para ajuda de custo de atletas. O judô paralímpico tem uma verba específica do clube (voltado aos esportes paralímpicos, via Comitê Brasileiro de Clubes) separada da nossa verba”.

Na AGAFUC, a direção se preocupa com toda a logística da viagem, deixando a equipe tranquila, focada apenas nos seus objetivos competitivos, conforme pode ser observado na fala do seu presidente:

“A AGAFUC se preocupa com a logística, na hora do lanche você chega lá no quarto e vai estar lá na mão água de coco, suco de laranja, uva, queijo, presunto, pão, banana, maçã, eles não têm que se preocupar com nada só fazer os lanches e as refeições (as refeições durante as competições são fornecidas pela CBDV) ...temos até uma cafeteira para fazer um cafezinho”.

Tal preocupação é característica de uma gestão profissional, que é capaz de fornecer condições necessárias para que seus atletas possam dedicar-se de forma tranquila na busca dos seus objetivos (MAZZEI; BASTOS, 2012).

Em algumas situações as entidades conseguem direcionar verbas para o pagamento das passagens, como no caso do goalball da ACERGS, que segundo a técnica de goalball feminino, “tinha uma verba que sobrou de 2018, que eles podiam remanejar para esta função em 2019...para contratar um ônibus para Foz do Iguaçu”. A viagem de ônibus é menos onerosa financeiramente falando para a entidade, mas gera um desgaste, a equipe da EEJAA viajou por dezesseis horas para competir em Foz do Iguaçu, segundo o técnico, “não sei até que ponto a gente vai ter atletas e alunos interessado nisso, nessa dor de cabeça que é (fazer uma viagem longa)”. No caso do judô da ACERGS, em 2019, atletas e comissão técnica pagam do seu próprio bolso as suas passagens para as competições em São Paulo. O atleta do IHP recebe apoio de uma empresa para o pagamento das passagens e segundo ele “não é para a associação, é para mim”.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO

A etapa de implementação consiste na execução do planejamento. Atento aos fatos que as entidades estudadas voltaram o desenvolvimento esportivo basicamente para a competição é importante salientar que as entrevistas indicaram o mesmo foco para etapa de implementação. Em relação aos baixos rigores de planejamento encontrados, evidencia-se a complexidade na etapa de implementação quando não existe um objetivo claro a ser executado. Neste subcapítulo será discutida a implementação nos quesitos de infraestrutura e calendário, contextualizando as especificidades de cada modalidade.

4.2.1 Infraestrutura

Entre as sete entidades pesquisadas, apenas uma (GNU) possui espaço próprio, destinado especificamente para a prática do esporte (judô) e segundo o diretor, “hoje a nossa sala de judô, talvez esteja entre as melhores do Brasil, pelo tamanho e pelo tipo de tatame... a pouco a gente comprou 300 tatames Recoma⁹”.

As demais entidades, com exceção do IHP, utilizam espaços cedidos. Entre os espaços é possível destacar dois, que estão aptos para receberem as atividades esportivas sem a necessidade de adaptação e/ou uma preparação prévia dos técnicos para a sua utilização, são: o cedido para a ACERGS treinar judô, localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Ginásio Municipal São Luiz em Canoas, utilizado pela AGAFUC e pela ACERGS para a prática de futebol de cegos.

O espaço para prática de judô paralímpico é exatamente o mesmo do utilizado na prática de judô (convencional), desta forma não é necessário adaptar ou preparar previamente o tatame para a sua utilização. É importante deixar claro que aqui está sendo levado em conta somente o local para treino. Para tornar um espaço realmente acessível deve haver toda uma preocupação com seu entorno. E se considerado isto, todos os espaços utilizados necessitam de melhorias.

No caso do ginásio municipal de Canoas, segundo o técnico de futebol de cegos da AGAFUC:

“Nós temos uma quadra adaptada desde 2011, a gente conseguiu adaptar a quadra com bandas laterais...No começo de 2020, a gente conseguiu dinheiro do Banrisul (patrocinador) e reformou lá, está bem arrumado, colocamos bandas novas, as bandas já estavam lá há dez anos, agora tem para mais dez anos tranquilamente”.

⁹ Recoma, marca referência, desenvolvido especificamente para a prática do Judô de alto rendimento é certificado pela Federação Internacional de Judô - IJF, aprovado e oficializado pela Confederação Brasileira de Judô – CBJ (RECOMA, 2022).

Conforme o técnico de futebol de cegos da ACERGS, a gente treina lá no Centro Esportivo São Luiz, não é no mesmo horário, mas é na mesma quadra (que a AGAFUC). Sobre a questão de dividir o mesmo espaço com outra entidade o técnico da AGAFUC declara que “foi uma surpresa para nós cederem horários para eles (ACERGS)...mas acaba não atrapalhando... nunca houve conflito de horário”

Nos demais espaços cedidos, existe a necessidade de preparação do local pelos técnicos para a realização da prática, destacamos os utilizados pelas equipes de goalball, que necessitam de marcações específicas da modalidade na quadra em alto-relevo, feitas com barbante e fita adesiva. Tal realidade pode ser observada na fala da técnica de goalball feminino da ACERGS:

“A gente entra (no treino) com mil coisas para fazer, desde montar a estrutura até desmontar a estrutura...geralmente eu tenho que carregar e montar as goleiras, aquelas goleiras (de ferro) não são fáceis de montar, as linhas em alto relevo eu tenho que colocar a cada treino...as vezes tem que varrer a quadra, porque as gurias têm que se atirar no chão”.

Relatos de adaptações de quadra para utilização também apareceram no discurso do técnico de goalball masculino da AFADEV “a gente usa uma quadra de futsal e a gente amarra umas cordinhas ali na parede e faz uma goleira...” a entidade inclusive tem as goleiras (traves), mas como não possui seu próprio espaço e devido à dificuldade de montar e desmontar, o técnico complementa, “as goleiras, que são gigantes, ficam guardadas e a gente usa lá de vez em quando”.

As equipes de goalball feminino e de futebol de cegos da ACERGS conseguiram espaços para o desenvolvimento das suas modalidades apenas em um município vizinho (Canoas). O goalball feminino treina em um ginásio municipal (Centro Social Urbano São José) e o futebol de cegos em um outro ginásio municipal (Centro Esportivo São Luiz). Cabe ressaltar que no caso da ACERGS é uma entidade com sede em Porto Alegre e os locais de treino em Canoas encontram-se a aproximadamente 20 km de distância.

Sem espaço para o desenvolvimento do esporte em sua entidade, o presidente e atleta do IHP realiza seus treinos em diferentes entidades/clubes, segundo ele, “na verdade a gente não tem espaço...hoje sendo faixa preta, eu me governo, então eu treino no GNU, na ESEFID”, assim como em outras academias de judô convencional.

4.2.2 Início da implementação

A maioria das entidades começa a implementar seus treinamentos a partir do começo do ano. No caso do judô paralímpico, em 2019, a primeira competição do ano foi realizada de 15 a 17 de março, o que obriga que as entidades, interessadas em participar e/ou na conquista de resultados competitivos comecem com a maior brevidade possível, como é possível observar na fala do técnico de judô paralímpico da ACERGS, “janeiro e fevereiro sempre tem a pré-temporada, onde a gente segue trabalhando para se preparar para o ano, tendo em vista que... a primeira competição da CBDV, geralmente ocorre em março”. Entre as três entidades que participam competitivamente do judô paralímpico, apenas o IHP não implementa a prática de judô paralímpico, ficando ao encargo do atleta buscar treinos em outras entidades, como mencionada anteriormente.

Entre as entidades, segundo o relato dos técnicos, apenas duas não começaram a implementação no início do ano, as equipes de futebol de cegos, da ACERGS e da ASDEFIPEL. Na ACERGS, com o objetivo de manter a motivação da equipe, o técnico sugere que a prática comece mais próxima da competição (em 2019, o regional Sul-Sudeste foi realizado de 28 de julho a quatro de agosto). Sobre este assunto ele disse:

“Eu procuro na medida do possível fazer um calendário atrativo, para estarmos motivados, às vezes a gente começa em janeiro e fevereiro e o nosso regional é em junho e eu digo para o pessoal sinceramente eu não acho válido voltar agora (janeiro/fevereiro) pela questão do foco e do objetivo”.

Na ASDEFIPEL, a mobilização ocorre de uma forma diferente, uma vez decidido o interesse em participar da competição, técnico e direção se unem na busca de atletas para formação da sua equipe. A ASDEFIPEL não possui um grupo suficiente de atletas para se manter treinando ao longo da temporada, conforme dito pelo técnico, “nós não treinamos, nós só nos reunimos uma semana antes do evento...se eu tivesse uma base de jogadores...para pelo menos tu te encontrar com os caras, para os caras praticarem a atividade (seria diferente)”.

4.2.2.1 Periodicidade

Entre a periodicidade dos treinamentos nas entidades, podemos observar desde a ausência de treinos, conforme anteriormente relatado, pela IHP e pela ASDEFIPEL, até treinos (praticamente) diários, como no caso do GNU. Segundo o técnico de judô paralímpico do GNU, “nós estamos lá, semanalmente dando treino (de judô para atletas com ou sem deficiência), de segunda a sábado muitas vezes, treinamos em feriados, domingos”. A maior frequência de treinos ocorre exatamente na entidade que possui espaço próprio e profissionais contratados para a função de técnicos, apesar disso, segundo o técnico do GNU, “é uma grande dificuldade de tu contar com eles (deficientes visuais) nos treinos”. Apesar de não contar com um espaço próprio da entidade e de depender de profissionais voluntários, a parceria da ACERGS com o projeto de extensão universitária Bugre Lucena da ESEFID/UFRGS parece favorecer uma maior frequência de treinos, ocorrendo três treinos por semana.

A maioria das entidades treina duas vezes por semana, é o caso do futebol de cegos da AGAFUC “a gente treina duas vezes por semana, terças e sábados” aumentando a frequência “quando falta um mês para o campeonato para terças, quintas e sábado” complementou o presidente da AGAFUC. Na AFADEV, segundo o técnico de goalball, são “dois treinos por semana, em torno de duas horas por treino”. Na ACERGS (nas modalidades de goalball masculino e feminino) os treinos ocorrem duas vezes por semana. Segundo a técnica de goalball da ACERGS “nós temos duas vezes na semana para treinar o que é pouco, mas temos aí a questão (da dependência) do espaço (cedido e da carga horária ofertada).” As equipes de goalball da EEJAA e de futebol de cegos da ACERGS, treinam uma vez por semana. Segundo o técnico da EEJAA, os treinos ocorrem “todas as quintas-feiras das 14 às 17 horas”, enquanto na ACERGS, os treinos acontecem sábado à tarde.

4.2.3 Percurso do atleta

Pode ser observado que não há, em nenhuma das entidades analisadas, turmas de iniciação para as modalidades paralímpicas. No GNU e na ACERGS (neste caso, no projeto de extensão universitária Bugre Lucena da ESEFID/UFRGS, parceiros da ACERGS) existem escolinhas de iniciação ao judô para crianças que poderiam receber atletas com deficiência visual, como ocorre no treino dos adultos.

A ausência de escolinhas de iniciação esportiva pode estar relacionada a uma iniciação tardia, como observado por Schumacher (2018), a faixa etária média dos atletas inscritos na categoria Iniciante (nas duas etapas do Grand Prix de Judô Paralímpico do ano de 2017) foi de 30 anos. Esta iniciação tardia pode ser explicada sob diferentes perspectivas. A primeira, pode estar relacionada a diminuição do acesso às práticas esportivas paralímpicas por alunos com deficiência visual nas escolas (inclusivas). Em 2019, por exemplo, nas Paralimpíadas Escolares, a delegação do RS (composta de 61 atletas, destes quatro deficientes visuais), não teve participantes nas modalidades de futebol de cegos, goalball (masculino e feminino) e judô paralímpico (PE, 2019).

A iniciação tardia pode também estar relacionada a pessoas com a deficiência visual adquirida ao longo da vida (em qualquer faixa etária) ou à falta de informação e/ou de acesso à prática esportiva paralímpica, conforme afirmado pelo representante do conselho de atletas da CBDV e atleta da ACERGS, em Schumacher (2018):

“Por exemplo eu, comecei o judô com 49 anos, porque no meu Município não tinha...quando eu vim para Porto Alegre, que eu fiquei conhecendo através dos colegas o judô né, fui convidado, fui lá conhecer e gostei, se eu tivesse esta oportunidade quando eu tinha meus 10 ou 11 anos, hoje eu poderia ter uma história muito bonita no judô”.

Devido a esta peculiaridade do esporte paralímpico, onde a iniciação esportiva pode ocorrer em diferentes faixas etárias, faz-se necessário planejar e implementar de forma específica para os diferentes públicos (crianças, jovens, adultos e idosos) e níveis de interesses (participação ou alto rendimento). No Quadro 8, é possível observar nos relatos dos técnicos (e do presidente do IHP) que não há estrutura para atender a estas demandas.

Quadro 8. Características dos novos praticantes e forma de atendimento de acordo com relato dos técnicos

Entidade/modalidade	Características dos novos praticantes e forma de atendimento
ACERGS Futebol de cegos	<p>“O nosso treino está sempre aberto para novos jogadores...quando ele chega...eu tenho esta dificuldade, como falei, eu não tenho horário de escolinha, (então) ele (o aluno iniciante) treina com o grande grupo, é sempre complicado, ele chega e não consegue nem conduzir a bola. Quando eu tinha um auxiliar, ele era fantástico na questão de fundamentos, ele trabalhava meia hora com ele (aluno) enquanto eu fazia um trabalho de defesa contra o ataque na outra metade da quadra. Ano passado eu já tinha uma certa dificuldade...um outro auxiliar assumiu comigo...ele era proativo, mas não tinha todo este conhecimento (como tinha o outro auxiliar)”.</p>
ACERGS Goalball (F)	<p>“A ideia inicial é receber o atleta, fazer uma audiodescrição do espaço, mostrar para ele como ele se direciona para os vestiários, banheiros, mostrar para ele como estão disponibilizados os equipamentos, depois vai para a quadra, faz uma descrição da quadra (e de tudo que a circunda, a fim de evitar acidentes). Quando chega gente nova eu geralmente fico de um lado da quadra, enquanto o Luiz (fica do outro lado) com as meninas que já treinam, fazendo aquecimento, alongamento, e aí (eu) com essa pessoa nova, eu vou fazendo o reconhecimento de quadra (passa por todas as posições dos atletas na quadra), aí a gente começa a trabalhar, eu começo sempre com a caída (movimento de defesa), a posição de expectativa (mostro diferentes posições), demonstro moldando o corpo dele de quais são as formas que ele tem para receber e quando fica difícil dele entender eu faço ele tocar em mim e perceber como é a posição e depois a gente vai para as posições de ataque (e suas variações), cuido para que o atleta não leve uma primeira bolada no primeiro treino, se ele tomar uma bolada no primeiro treino, ele vai embora e nunca mais volta”.</p>
ACERGS Goalball (M)	<p>“O atleta chega e depende muito do atleta, tem atletas que se desenvolvem rápido e tem atletas que são muito complicados. Como a ACERGS não tem uma base (equipe de base) de treinamento, ou seja tu já cai direto no treino de competição, o técnico é que faz a base, então tu tem que saber trabalhar a pessoa e saber o momento de colocar ele no fogo (em situação de jogo) e saber o momento de tirar ele, tem que preservar a pessoa, a ideia é evitar que ele desista... é um trabalho muito difícil de ser feito, o bom senso vai do técnico, por isso disse que o técnico tem que ter um bom preparo, estar dentro deste mundo (esporte paralímpico) para ter um bom desempenho...Pensando que tem os atletas com ritmo de jogo e que muitas vezes tem gente nova entrando e não conhece nada do goalball e aí tem todo um treinamento que o cara vai ter que fazer diferenciado, apesar de estar junto ele vai ter que fazer um treinamento diferenciado, tecnicamente do zero, então tu tem que trabalhar tudo”.</p>
ACERGS Judô Paralímpico	<p>“O atleta chega lá, geralmente com mais idade, adulto, então ele já vai treinar com o grupo dos adultos, no judô de maneira geral a gente sempre começa aprendendo a cair, antes de aprender a derrubar, então a gente bota o atleta de lado, dou instruções para eles e coloco alguns</p>

	<p>dos meus atletas videntes e graduados para ficar próximo a eles, fazendo exercícios específicos determinados por mim e ao final eu sempre faço com que eles lutem, existem duas partes de luta no judô, a parte de pé (onde o objetivo é projetar o oponente) e a parte de chão (onde o objetivo é imobilizar ou fazer com que o atleta desista do combate por estrangulamento ou chaves de articulação), então geralmente ao final (do treino) fazemos lutas no chão, onde eu ou atletas graduados lutamos com eles, para mostrar, explicar na prática, como é que é e para a pessoa sair com a certeza de que ela foi em um treino de judô e treinou judô, não ficou só em um canto fazendo exercícios estranhos, mas sim que ela foi lá e vivenciou a prática, podendo gostar ou não, mas ela vivenciou”.</p>
<p>EEJAA Goalball (M e F)</p>	<p>“A nossa realidade é de alunos atendidos na instituição, tanto crianças quanto adolescentes, tanto que boa parte da nossa equipe adulta masculina e feminina são de alunos que estão conosco desde os seis, sete anos, que daí tomaram gosto pela modalidade, começaram a participar, fazer as aulas de educação física, depois começaram a participar de atividades competitivas na idade escolar e chegando hoje na idade adulta, alguns adultos que jogam conosco vieram de outras cidades, de outras instituições, porque se mudaram para Rio Grande e procuraram a instituição por causa de outros atendimentos (não esportivos) e se encontraram dentro do goalball. Uma coisa que a gente não faz é correr atrás de atletas (alunos novos)...estávamos começando (este processo) no final de 2019, mas não se consolidou por causa da pandemia. A escola atende alunos das séries iniciais, adolescentes, que estão inclusos na rede regular e alguns alunos acabam ficando conosco (por não conseguirem acompanhar a escola, em virtude de outras deficiências) e hoje estão com vinte, trinta, quarenta anos”.</p>
<p>IHP Judô Paralímpico (Presidente)</p>	<p>“Basicamente se alguém pede para treinar lá, que quer treinar, sabe aquelas coisas que aparecem do nada assim, tem uma persistência, daí eu tenho que levar este guri para algum lugar, daí eu vou ver né, se eu levo para ACERGS, ou para o GNU, se me pedir muito eu não posso deixar sem treinar...se eu juntar uma piaçada e levar para um lugar, eles vão ficar no lugar, não vão ficar comigo.”</p>
<p>AGAFUC Futebol de cegos</p>	<p>“O atleta chega, como temos pouco tempo de quadra, a gente trabalha com ele ali no início do treinamento e a gente vê o nível, eu tive um atleta...com 18 anos que chegou e acho que não sabia nem o que era a bola, eu disse - me dá um passe, (e ele me perguntou) como é que eu faço isso? Eu cheguei para ele e disse, tu vais ter que ter paciência e eu também. Ele ficou conosco um ano, mas tu via que não era um cara que ia treinar. No primeiro treinamento eu já fiquei mais de uma hora conversando com atleta, tem atleta que mesmo com um ano de prática é complicado de colocar em um coletivo... Tudo vai depender do nível de cada um, a gente dá a bola e vê como está o nível, esse é o trabalho que a gente tem que fazer, aí a gente vai desenvolvendo, tem eu e meu auxiliar, começou o treino forte, deixa ele fora da quadra conduzindo bola, fazendo um trabalho com alguém, essa é a forma que a gente está trabalhando. Eu queria ter um horário, por exemplo, uma tarde para estar trabalhando com quatro, cinco crianças, mas não tem, a gente não consegue encontrar (novos praticantes)”.</p>

<p>AFADEV Goalball (masculino)</p>	<p>“No período que eu estou, não chegou ninguém, quando eu cheguei os atletas já estavam todos ali, evidentemente sabiam mais de goalball do que eu e eu fui aprendendo com eles, então quando chegar alguém novo, primeiro que tem um monte de gente para auxiliar, então só precisa realmente a pessoa chegar; que eu acho que é o grande problema; (que) no caso a gente vai fazendo o que a gente consegue”.</p>
<p>ASDEFIPEL Futebol de Cegos</p>	<p>“A gente sempre monta uma equipe com gente que já participa...a gente se reúne, aí eu passo (o posicionamento) tu joga na frente, tu joga atrás, aí eu passo o esquema tático, de como a gente vai atuar e algumas jogadas, como escanteio, falta, aí a gente treina antes do evento, se puder, se tiver condições, a gente treina antes do evento, se não, eu criei uma planilha (em alto relevo) para que eles com o toque (dos dedos) possam se localizar...então quando eu quero treinar uma jogada com eles, e como eles têm essa vivência, esta noção do futebol (de cegos) a gente treina duas, três vezes a jogada e vai com isto para a disputa”.</p>
<p>GNU Judô Paralímpico</p>	<p>“A gente lá no clube não tem esta política (de ir atrás de atletas), o pessoal vê o clube, vê a estrutura do clube, vê os resultados do clube e nos procura e a gente não pode dizer que vai fechar as portas para as pessoas, a gente diz que (o atleta) deve conversar com o seu técnico, com sua instituição, as portas do clube estão abertas para todo mundo, tu precisa resolver a tua situação, depois que ela estiver bem resolvida, tu vem fazer parte do nosso grupo...quando vimos que estávamos tendo este pequeno grupo paralímpico a gente se achou na obrigação e no direito quanto clube de já que treinam conosco e estão conosco ir buscar esta filiação (na CBDV) buscando isso para dar uma estruturação, um suporte uma segurança maior aos nossos atletas”.</p>

Em todas as entidades foi possível observar a ausência de turmas de iniciação para a prática esportiva de deficientes visuais. Tal fato foi relacionado com a falta de atletas com deficiência visual, pela carga horária limitada de utilização dos espaços cedidos e pela falta de remuneração financeira (para uma maior dedicação) dos técnicos à modalidade. Desta forma, é possível afirmar que há uma falha no desenvolvimento esportivo paralímpico de deficientes visuais no RS, pois a prática esportiva não ocorre de maneira a contemplar as necessidades das pessoas e os seus diferentes níveis de participação.

4.2.4 Implementação por modalidade esportiva

Pelos resultados evidenciados nas entrevistas, a etapa de implementação está praticamente associada a viabilização de treinos. A seguir foram reunidas características da implementação nas entidades reunidas por modalidade.

4.2.4.1 Judô paralímpico

No caso do judô paralímpico, a implementação dos treinos dos atletas do GNU e da ACERGS, ocorrem concomitantemente aos dos atletas de judô convencional (pessoas sem deficiência visual). Desta forma, é possível afirmar que mesmo que as entidades tivessem apenas um atleta deficiente visual, o treino seria viabilizado, diferentemente dos esportes coletivos de deficientes visuais, como o futebol de cegos e o goalball que necessitam de um grupo mínimo de pessoas com deficiência visual para a execução do treino. No caso da IHP, considerou-se que, por não possuir espaço físico, não ter técnico, não ter planejamento e a entidade ser formada exclusivamente pelo atleta, as ações do atleta não podem ser vistas como o processo de implementação da entidade. Ressalta-se que por treinar em outras instituições, o atleta submete-se aos treinos oferecidos, sem um planejamento específico da entidade.

4.2.4.2 Futebol de cegos

Enquanto a AGAFUC tem atletas suficientes para montar mais de duas equipes, esta não é a realidade da ACERGS e tampouco da ASDEFIPEL. No caso da ACERGS o técnico não consegue fazer coletivos (simulação de jogo) por falta de atletas, para simular um jogo o treinador precisaria de pelo menos 10 atletas (oito DVs e dois goleiro, sem deficiência) e atualmente sua equipe é formada por seis. A

ASDEFIPEL começa o ano sem time, com um atleta, seu diretor. Apesar disso, desde 2012 a entidade participa de forma ininterrupta do calendário competitivo da CBDV.

4.2.4.3 Goalball

No goalball, assim como no futebol de cegos, o baixo número de praticantes é um fator que dificulta na implementação, basta que um atleta não compareça para comprometer o treino, como pode ser observado na fala do técnico da equipe masculina da ACERGS, “quando eu me planejava para fazer alguma atividade específica, faltava gente...daqui a pouco um cara faltava, daqui a pouco um ficava doente e às vezes o atleta era peça chave para o treinamento daquele dia”. A situação na AFADEV, com três atletas oriundo do município vizinho, basta que um atleta falte para que o treino fique prejudicado. No caso da EEJAA, um dia chuvoso pode ser suficiente para acarretar a ausência de um ou mais atletas, comprometendo todo o treinamento do dia. Assim, novamente evidencia-se que os esportes coletivos têm uma implementação mais complexa e dependente de um número mínimo de atletas para possibilitar diferentes formas de treinamento, o que reforça a necessidade de ampliação do quadro de atletas nas entidades.

4.2.5 Recursos humanos

Foram compreendidos como recursos humanos fundamentais para a implementação do desenvolvimento esportivo das entidades os técnicos esportivos e os atletas.

4.2.5.1 *Técnicos esportivos*

A prática das atividades de técnico de uma modalidade paralímpica de deficientes visuais é exercida por profissionais da educação física devidamente cadastrados no Conselho Regional de Educação Física. As entidades buscam profissionais registrados devido à exigência da CBDV que só permite aos profissionais registrados a atuação como técnico em eventos oficiais da confederação (CBDV, 2019d; CBDV, 2019e e CBDV, 2019f). Esta foi a razão que levou o atual técnico de goalball da AFADEV a assumir a equipe, “o pessoal da AFADEV precisava de um professor com CREF para participar de uma competição oficial, então eu me dispus a fazer este trabalho”. Durante a temporada podem surgir situações (pessoais e/ou profissionais) que impeçam ou limitem a participação do profissional responsável pela modalidade, principalmente em entidades cujo vínculos profissionais sejam informais. Como no caso relatado pela técnica de goalball feminino da ACERGS “o técnico da equipe masculina (de goalball da ACERGS) foi pai...daí vem todos os percalços...e (ele) acabou não conseguindo atender o goalball... aí eu tive que quebrar um galho (substituindo-o)”. Neste caso, a entidade tinha uma profissional de educação física habilitada, preparada, disponível e disposta a auxiliar, mantendo as atividades até a reposição de outro profissional pela entidade.

Em muitos casos, o profissional pode não estar sempre disponível, assim como podem faltar profissionais para um atendimento mais adequado (tanto na iniciação, quanto no alto rendimento). Nestas situações, muitas vezes ocorre a transferência de responsabilidade pelo treino. Quando o professor é auxiliado (ou substituído) por alguém habilitado não há problema, mas ocorre que em muitos casos essa transferência ocorra para alguém sem a devida formação para tal (muitas vezes o auxílio vem de alguém com experiência prática na modalidade, como um ex-atleta). Situações como esta, puderam ser observadas no relato do técnico de goalball masculino da ACERGS:

“Esse ano eu combinei com o pessoal que eu não estaria em todos os treinos... e a gente combinou que quando eu não estiver, vai ser o pessoal que tem mais afinidade com a defesa, o pivô que vai puxar os alas, que geralmente eles carecem um pouco mais de defesa e vai puxar eles para trabalhar”.

É compreensível, mas não desejável, a atividade ficar ao encargo de outros, que não o profissional de educação física habilitado para tal. Em outra situação, que demonstra a importância (e necessidade) de haver mais de um professor por treino, ainda mais da maneira que vem sendo feito (atletas experientes e alunos novatos treinando concomitantemente), aparece no relato da técnica de goalball feminino da ACERGS, “quando chega gente nova eu fico de um lado da quadra, enquanto o Luiz fica com as meninas que já treinam fazendo o aquecimento, a parte do alongamento...só que o Luiz não é formado, mas tem conhecimento”.

Um dos principais agravantes da dificuldade da presença constante dos profissionais de educação física no cargo de técnicos esportivos nas entidades pesquisadas é a questão do voluntariado. O profissional além de disponibilizar horas do seu dia (que poderiam estar sendo ocupadas por uma função remunerada) para exercer o seu papel de técnico, por vezes é solicitado a viajar com a equipe para eventos competitivos, o que significa se ausentar do trabalho. Situação como a vivência pelo técnico da ASDEFIPEL, que precisava solicitar ao pessoal da APAE sua liberação, segundo ele:

“Se eles me liberarem eu acompanho, porque eu era vinculado a APAE e eles tinham que me liberar para participar...como são dois campeonatos por ano, eu tinha que ser liberado uma semana do meu trabalho que eu atendia de manhã e de tarde (para o regional, que acontece primeiro) aí eu não podia ser liberado de novo (para a série B, caso se classificasse) no mesmo ano, duas vezes”.

No caso do técnico de futebol de cegos da ACERGS e do técnico da ASDEFIPEL, o trabalho formal “atrapalha” a atuação do técnico, impedindo que eles acompanhem suas equipes em todas as competições.

As ausências ou falta de disponibilidade dos técnicos está diretamente relacionada ao vínculo empregatício com a entidade. Inicialmente podemos separar os técnicos em duas categorias, com vínculo empregatício e sem vínculo empregatício, os assalariados e os que atuam de forma voluntária respectivamente. No GNU, na AGAFUC e na EEJAA os profissionais recebem um ordenado, no GNU e na EEJAA os profissionais trabalham em regime de CLT, enquanto na AGAFUC o técnico recebe via RPA. No GNU os técnicos são contratados como técnicos, na EEJAA são professores da escola que também atuam como técnico. Nas demais entidades os técnicos atuam de forma voluntária.

Entre as comissões técnicas, destacam-se a da AGAFUC e a do GNU. A AGAFUC conta com uma equipe de profissionais destinados especificamente ao futebol de cegos (treinador, auxiliar técnico, preparador de goleiros e fisioterapeuta). enquanto no caso do GNU (um clube com tradição esportiva, e uma das principais potências do judô no estado do RS) os atletas do judô paralímpico além dos técnicos específicos da modalidade têm acesso aos serviços ofertados aos atletas (de todas as modalidades) do clube, como fisioterapia, musculação, departamento médico, psicólogo, entre outros.

4.2.5.2 Atletas

Assim como no caso dos técnicos, poucos são os atletas com dedicação exclusiva e/ou possibilidade de viver somente do esporte, como pode ser observado na fala do segundo vice-presidente da ACERGS:

“Nenhum dos professores e praticamente nenhum dos atletas da instituição hoje tem dedicação exclusiva, ou seja, todo mundo tem que buscar o seu pão, tem outras atividades, que na vida de cada um tem que ser colocado em primeiro plano do que a questão no paradesporto, das nossas atividades, daí tu já começa a não ter professores sempre disponíveis, staffs sempre disponíveis e atletas sempre disponíveis”.

Cabe aqui a reflexão sobre como é a relação dos atletas com seu esporte. Algumas falas coletadas das entrevistas indicam a necessidade de sustento, históricos individuais e questões sociais que precisam ser consideradas nesta etapa do estudo, pois a captação e retenção dos atletas permeia estes assuntos. As falas selecionadas para indicar estas considerações citadas foram: “Às vezes é difícil para eles cumprirem este planejamento, por serem adultos, eles têm as questões do trabalho, do sustento” (técnico do GNU), “apesar de ter sido bastante maltratado por trabalhar na roça, hoje pode se dedicar só ao esporte” (técnico do AFADEV) e a do técnico de goalball masculino da ACERGS:

Hoje em dia com o cara (atleta) trabalhando, tu tens a responsabilidade do serviço...se tu te machucares (no treino) como é que tu vais trabalhar no outro dia...tem que ter muita segurança, não necessariamente por serem atletas, mas principalmente porque muitos trabalham e dependem do trabalho”.

Entre os atletas com deficiência visual das entidades pesquisadas são raros os que podem dizer que são profissionais, que vivem (se sustentam) dos recursos oriundos da sua prática esportiva, entretanto existem atletas remunerados, seja pela entidade, como no caso da AGAFUC que todos os atletas recebem uma ajuda de custo relacionado ao seu nível de desempenho, seja através dos benefícios do bolsa atleta ou patrocínio. Algumas entidades contratam atletas para formar uma equipe, como no caso da ASDEFIPEL (futebol de cegos) ou para reforçar a equipe como no caso da AGAFUC e ACERGS na modalidade de futebol de cegos e no caso do goalball feminino da ACERGS. Os contratos vão desde ajuda de custo, como passagem, alimentação e estadia até salários mensais.

Há também atletas de outros municípios que se deslocam por conta própria para praticar as modalidades esportivas como no caso já citado dos três atletas da equipe de goalball masculino da AFADEV e de quatro atletas do judô paralímpico da ACERGS, que saem dos municípios Viamão, Canoas e Passo Fundo para Porto Alegre. O atleta de Passo Fundo treina com menos frequência junto a equipe devido a distância entre as cidades, quando vem ao treino, fica baseado na casa de colegas ou no alojamento da ACERGS.

4.3 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO

É possível observar, mesmo que de maneira sucinta, a existência de um processo de avaliação do desenvolvimento esportivo entre as entidades. Em algumas entidades, este processo parece ocorrer simultaneamente ao processo de planejamento, como é possível observar na fala do presidente da ACERGS:

A cada início de ano (o Glaílton) traz um relato do ano passado, a gente conversa, a gente acompanha também, mas ele faz um relato mais aprofundado e dali a gente tira um diagnóstico e vê o que pode fazer para aquele ano”.

Na EEJAA, segundo seu técnico, “tanto no planejamento quanto na avaliação, o que a gente faz é sentar com os professores envolvidos, a direção da escola, eu a professora, estagiários e os próprios alunos”. Na ASDEFIPEL, a equipe é formada a

partir da avaliação da equipe do ano anterior, e segundo seu técnico, “o (Diego) vai tentando montar a equipe dele diante da última equipe que a gente teve”.

As equipes da AFADEV, AGAFUC e GNU realizaram o processo de avaliação ao final da temporada, aparentemente em um momento separado ao da realização do processo de avaliação.

Assim como no planejamento, é possível afirmar que o processo de avaliação do desenvolvimento esportivo nas entidades ocorre informalmente, por meio de reuniões e conversas, sem a elaboração de documentos. Entre as entidades há duas exceções, a AGAFUC e a EEJAA, onde devido a obrigatoriedade da prestação de contas (em períodos previamente estipulados, anual e trimestral respectivamente), há a necessidade de apresentação formal dos resultados, através da elaboração de relatórios. O técnico de goalball da EEJAA confirma que, “para todos os atendimentos (realizados na escola) é necessário fazer um relatório trimestral, então o relatório trimestral é feito, é entregue. Planejado e avaliado por aquele trimestre”.

Apesar desta elaboração de documentos, EEJAA e AGAFUC diferem-se pela forma de avaliação. Na AGAFUC os resultados competitivos são claramente a forma utilizada de avaliação do desenvolvimento esportivo da entidade e por esta razão, conforme seu técnico, “ultimamente, não estamos tendo este problema (de avaliação), desde 2014, o único ano que a gente perdeu (um campeonato) foi em 2016”. Na EEJAA de acordo com seu técnico, “não existe uma estrutura metodológica para isso, tanto para o planejamento quanto para avaliação”.

Entre as demais entidades, não foram apresentados métodos para avaliação do desenvolvimento esportivo e alguns casos, assim como na EEJAA o empirismo utilizado para avaliar foi claramente demonstrado, através de suas falas. O segundo vice-presidente da ACERGS também afirmou que a avaliação é feita de forma empírica e o técnico da AFADEV acrescenta que não existem protocolos para a avaliação.

Entre as dificuldades atribuídas, a um processo de avaliação mais qualificado do desenvolvimento esportivo, fica claro que grande parte dos problemas são oriundos das falhas no processo de planejamento, ou ainda, da falta de planejamento. De acordo com o segundo vice-presidente da ACERGS:

“A avaliação é um reflexo de tudo isso, se tu não consegues planejar, tu tens uma execução com problemas e como consequência terá uma avaliação, uma não avaliação ou de uma avaliação defeituosa.... como é que eu vou ter avaliação se eu não tenho planeamento”.

Nesta mesma linha, o técnico de goalball da EEJAA afirma que, “quando a gente (entidade) começar a elaborar todo este processo de avaliação a gente vai conseguir planejar melhor”. Na ASDEFIPEL, segundo seu técnico, “a falta de recursos (humanos e financeiros) impede (a entidade) de fazer um planeamento e de fazer uma avaliação”.

Parece ficar claro, que o processo de planeamento, implementação e avaliação do desenvolvimento esportivo, deve ser retroalimentado, de forma que as entidades busquem clareza em seus objetivos esportivos, tenham a capacidade de mensurá-los para que seja possível planejá-los. A partir desta perspectiva, destacamos a AGAFUC, uma vez que esta é a única entidade entre as analisadas, que é exclusivamente esportiva. Além disso é exclusiva para deficientes visuais, para uma única modalidade (futebol de cegos) e com foco claramente estabelecido para o alto rendimento, conforme seu presidente:

“O diferencial da AGAFUC é esse meu amigo...nós somos exclusivamente futebol (de cegos) ...a gente se dedica ao alto rendimento...e dentro do possível o lado social quando dá para fazer...a gente dedica todo o recurso para o futebol (de cegos)”

Em alguns casos o processo de avaliação do desenvolvimento esportivo é realizado de forma individualizada pelas entidades, baseada no atleta, como pode ser observado na ACERGS e GNU, na modalidade de judô paralímpico (fato este compreensível tendo em vista que este é o único esporte individual dentre os pesquisados). Segundo o técnico de judô paralímpico da ACERGS, “a avaliação é baseada no atleta” e segundo o técnico do GNU, “cada um (atleta) tem seu objetivo...o mais importante no esporte é vencermos as nossas limitações”. Foi possível observar a existência de avaliações mais individualizadas, focadas no desenvolvimento do atleta no goalball da ACERGS e da AFADEV. De acordo com o técnico da AFADEV:

“A avaliação foi feita de forma empírica ao final da temporada ali a gente identificou que teve uma evolução significativa em todos os participantes, mas não teve nenhuma metrificacão né, foi mais assim empírico mesmo, individual...eu vi que a maioria evoluiu bastante”.

Outra forma encontrada pelas entidades de avaliar o desenvolvimento esportivo é através dos resultados competitivos e não-competitivos. As formas de avaliações encontradas na sua maioria estão relacionadas ao resultado competitivo, o que vai de encontro aos objetivos expostos por parte dos dirigentes e técnicos, o alto rendimento. Segundo o técnico de futebol de cegos da ACERGS, “a gente tem o objetivo de chegar nas competições e conseguir o melhor resultado...tivemos bons resultados no regional...grosso modo, não fomos bem no brasileiro”. Os resultados não necessariamente precisam ser medalhas, podem ser combates vencidos, como mencionado pelos professores de judô paralímpico do GNU e da ACERGS, pode ser a classificação para as competições nacionais, como no caso do futebol de cegos da ASDEFIPEL, do goalball feminino da ACERGS e masculino da AFADEV. Em casos como o do goalball masculino da ACERGS e do judô paralímpico do GNU, conforme seus técnicos, a avaliação ocorre tanto por resultados competitivos, como por resultados não competitivos.

De maneira geral, as entidades costumam fazer uma avaliação de causa-efeito, muitas vezes de forma conformista, onde o resultado é fruto da estrutura pré-existente (com maior ou menor disponibilidade de recursos). Segundo o presidente da ACERGS, “os resultados obtidos estão de acordo com as condições financeiras e estruturais (da entidade)”. Diferentemente da AGAFUC que é uma entidade exclusivamente esportiva, a ACERGS presta atendimento à pessoa com deficiência por diversas vias, sendo o esporte uma delas. Além disso, a ACERGS atende seis modalidades, dentre elas as paralímpicas específicas para deficientes visuais. Neste contexto, quando analisados, os resultados esportivos da entidade levando em conta a sua realidade financeira da entidade, o segundo vice-presidente da entidade afirma que:

“Se a gente conseguir fazer uma avaliação que também é precária, a gente talvez encontre alguns resultados acima do esperado, quando você faz a relação resultado/estrutura, então eu acho que em resumo é isso...o resultado é muito mais positivo que talvez fosse o esperado”.

O técnico da ASDEFIPEL, que já foi tachado de pessimista pela equipe, diz considera-se realista ao questioná-los:

“Vocês (atletas, dirigentes) estão achando muito fácil nós fazermos um ajuntamento de uma semana e ganhar da AGAFUC, da ACERGS, que treinam o ano todo, duas vezes por semana e os caras trazem jogador selecionados e vocês querem ser campeões”.

Na EEJAA, o técnico acredita que ainda, “tem muito para melhorar, mas eu acho que o que a gente faz, para aquilo que a gente faz agora é o suficiente, mas acho que a gente não pode parar por aí, tem muito mais coisas para serem feitas”.

Nas entidades com mais recursos é possível observar uma cobrança maior por parte dos seus técnicos, como no caso do técnico da AGAFUC, “todo trabalho é feito para ganhar né, a gente visa sempre ganhar até pelo investimento que se tem e o trabalho que se tem”. No GNU, de acordo com o técnico, “a gente tem uma estrutura muito boa... e de acordo com o trabalho que a gente desenvolve, a gente sabe que poderia mais, que poderia chegar mais longe”.

Pode-se verificar que há falta de critérios estruturados de avaliação pelas entidades, e isso dificulta a realização de melhorias nos planejamentos consecutivos. Os critérios competitivos podem ser facilmente avaliados e comparados, já os resultados não esportivos, segundo Harris e Adams (2005) são mais complexos de serem avaliados, devido a deficiência nas abordagens de monitoramento e avaliação dos programas.

4.3.1 Resultados esportivos

Os resultados esportivos são dados facilmente mensuráveis e comparáveis que poderiam/deveriam ser usados pelas entidades, principalmente por aquelas que tem no esporte competitivo (alto rendimento) uma de suas finalidades.

A seguir serão mostrados os resultados de todos os eventos competitivos da CBDV, durante o período de 2011 a 2019, separados em: futebol de cegos, goalball e judô paralímpico.

4.3.1.1 Futebol de cegos

O Quadro 9, apresenta os resultados competitivos das entidades do RS na modalidade de futebol de cegos entre os anos de 2011 e 2019. Além dos resultados, é possível observar a participação das entidades em eventos competitivos, se existe uma constância de participação e até como uma referência para traçar objetivos esportivos futuros.

Analisando o Quadro 9, é possível observar que durante o período analisado, a AGAFUC é a entidade gaúcha com o maior número de títulos (sete vezes campeã regional, campeã da Série B /2011, cinco vezes campeã da Série A e campeã das duas edições da supercopa dos campeões. A AGAFUC foi a única entidade do RS a participar de todas as competições possíveis (regionais, nacionais e supercopas) da CBDV ao longo do período analisado (2011-2019).

Na série B, AGAFUC e ASDEFIPEL sagraram se campeãs (2011 e 2014 respectivamente) e a ACERGS teve seu melhor resultado em 2017, quando ficou na segunda colocação, garantindo vaga na série A em 2018.

Quadro 9. Resultado esportivo das entidades nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de futebol de cegos durante o período de 2011 a 2019.

Ano	Campeonato	ACERGS	AGAFUC	ASDEFIPEL
2011	Regional	5 ^o	4 ^o	
	Série A	11 ^o		
	Série B		1 ^o	
2012	Regional	5 ^o	1 ^o	7 ^o
	Série A		3 ^o	
	Série B	8 ^o		
2013	Regional		1 ^o	4 ^o
	Série A		5 ^o	
	Série B			7 ^o
2014	Regional	5 ^o	1 ^o	3 ^o
	Série A		1 ^o	
	Série B			1 ^o
2015	Regional	4 ^o	1 ^o	3 ^o
	Série A		1 ^o	8 ^o
	Série B	5 ^o		
2016	Regional	3 ^o	2 ^o	4 ^o
	Série A		5 ^o	10 ^o
	Série B	3 ^o		
2017	Regional	2 ^o	1 ^o	6 ^o
	Série A		1 ^o	11 ^o
	Série B	2 ^o		
2018	Regional	3 ^o	1 ^o	6 ^o

	Série A	12 ^o	1 ^o	
	Série B			4 ^o
	Supercopa		1 ^o	
2019	Regional	3 ^o	1 ^o	8 ^o
	Série A		1 ^o	
	Série B	5 ^o		
	Supercopa		1 ^o	

Fonte: Adaptado dos Boletins Finais das competições de futebol de cegos da CBDV 2011-2019.

Em termos de participação, ACERGS e ASDEFIPEL ficaram de fora em apenas uma temporada (2013 e 2011 respectivamente) o que mostra uma constância do desenvolvimento esportivo, capaz de, mesmo com todas as dificuldades apresentadas ao longo deste estudo, manter e/ou formar equipes anualmente para competir durante os nove anos analisados.

Nas duas vezes em que esteve na série A (2011 e 2018), a equipe da ACERGS, não conseguiu se manter entre os 10 melhores, caindo para série B logo no ano seguinte. Em 2019, ficou na quinta colocação na série B. Após a conquista da série B, em 2014, a ASDEFIPEL disputou por três anos consecutivos a série A (2015, 2016 e 2017). Em 2018 caiu para série B e em 2019 disputou só o regional sul.

4.3.1.2 Goalball

Conforme pode ser observado no Quadro 10, a ACERGS foi a equipe do RS que mais participou dos eventos competitivos da CBDV na modalidade de goalball, participando de 10 das 18 competições possíveis no naipe masculino e nove no feminino. AGAFUC e ADEVIC, participaram dos eventos competitivos da modalidade em 2012/2013 e 2015 respectivamente e após estas participações a AGAFUC parou de desenvolver a modalidade, passando a focar exclusivamente ao desenvolvimento do futebol de cegos, enquanto a ADEVIC encerrou suas atividades esportivas. Apesar de estar filiada a CBDV há algum tempo, a EEJAA fez sua estreia em competições somente no ano de 2019, tanto no naipe masculino, quanto no feminino. A AFADEV, participou das competições de goalball em quatro temporadas e apenas em uma delas (2014) foi também representada pelo naipe feminino. A ACERGS foi a única entidade

do RS a conquistar um título regional (2016, no naipe feminino) e a única entidade a participar em competições de goalball em nível nacional. Os melhores resultados da ACERGS foram conquistados em 2018, no naipe feminino (a quinta colocação) e em 2019, a terceira colocação na Copa Loterias Caixa - Série B no naipe masculino. Em 2019 foi o primeiro ano que as competições nacionais do goalball foram divididas em série A e série B.

Ao analisar o Quadro 10, chama a atenção para a baixa representatividade das equipes femininas do RS na modalidade, com exceção da ACERGS, todas as demais entidades foram representadas por equipes do naipe feminino em uma temporada. A ACERGS, por sua vez, se manteve constante na participação competitiva em ambos os napes.

Quadro 10. Resultado esportivo das entidades nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de goalball nos napes masculino e feminino, durante o período de 2011 a 2019.

Ano	Evento	ACERGS		AGAFUC		AFADEV		ADEVIC		EEJA	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
2011	Regional	*									
	Série A										
2012	Regional	2º	2º	7º							
	Copa do Brasil	10º									
2013	Regional			5º	2º						
	Copa do Brasil										
2014	Regional	9º	5º			3º	3º				
	Copa Loterias Caixa										
2015	Regional	6º	2º					8º	5º		
	Copa Loterias Caixa										
2016	Regional	4º	1º			6º					
	Copa Loterias Caixa		8º								
2017	Regional	4º	2º			6º					
	Copa Loterias Caixa										
2018	Regional	6º	2º								
	Copa Loterias Caixa		5º								
2019	Regional	4º	2º			5º				10º	5º
	Copa Loterias Caixa - A										
	Copa Loterias Caixa - B	3º									

Fonte: Adaptado dos Boletins Finais das competições de goalball da CBDV 2011-2019.

4.3.1.3 Judô paralímpico

Dentre as três modalidades analisadas, o judô paralímpico é a única que possui competições direcionadas para atletas iniciantes. No judô paralímpico a ACERGS foi a única entidade a representar o RS durante o período de 2011 até 2017. A ACERGS e o Caixa Escolar Instituto Benjamin Constant (CEIBC) são as únicas entidades do Brasil a participar de todas as edições do Grand Prix de Judô Paralímpico do período de 2011 a 2019. Ao longo destes nove anos de competição a ACERGS conquistou 72 medalhas na categoria iniciante (65 no naipes masculino e 12 no naipes feminino) e 52 na categoria adulto (19 no masculino e 33 no feminino).

4.3.1.3.1 Judô paralímpico feminino

No Quadro 11, é possível observar o número de medalhas conquistadas pelas entidades na modalidade de judô, no naipes feminino.

Quadro 11. Número de medalhas conquistadas por equipes nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de judô paralímpico, no naipes feminino, durante o período de 2011 a 2019.

Ano	Evento	ACERGS						GNU						IHP					
		Iniciante			Adulto			Iniciante			Adulto			Iniciante			Adulto		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
2011	GP I					1	2												
	GP II				1														
2012	GP I				1														
	GP II				1														
2013	GP I					1	1												
	GP II		1			1	1												
2014	GP I	1			1	1													
	GP II					1	1												
2015	GP I		1			1	1												
	GP II	1			1	1													
2016	GP I	1				1	1												
	GP II				1	2													
2017	GP I				1	1													
	GP II	2			1		3												
2018	GP I	1	1				1	1			1								
	GP II	1		1			1						2						
2019	GP I	1									1	1							
	GP II				1	1							1						

Fonte: Adaptado dos Boletins Finais das competições de judô paralímpico da CBDV 2011-2019).

Desde sua vinculação a CBDV, em 2018, até o período analisado (2019) o GNU participou somente com atletas do naipe feminino. Cabe ressaltar que uma atleta do clube, desde 2011, participava das competições como atleta da ACERGS (durante este período a ACERGS era a única entidade do RS vinculada a CBDV). Segundo o técnico do GNU, “o clube foi buscar esta filiação com a CBDV, muito mais pelos (interesses dos) atletas, não foi uma ação institucional do clube, nós enquanto clube vamos nos filiar a CBDV, não”.

4.3.1.3.2 Judô paralímpico masculino

No Quadro 12, são apresentadas as medalhas conquistadas pelas entidades na modalidade de judô, no naipe masculino.

Quadro 12. Número de medalhas conquistadas por equipes nos eventos competitivos da CBDV na modalidade de judô paralímpico, no naipe masculino, durante o período de 2011 a 2019.

Ano	Evento	ACERGS						GNU						IHP					
		Iniciante			Adulto			Iniciante			Adulto			Iniciante			Adulto		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
2011	GP I		1	1															
	GP II	2	1	1		1													
2012	GP I	2	2	4		1													
	GP II	3																	
2013	GP I	4	1				2												
	GP II	4		2	1		1												
2014	GP I	2																	
	GP II		2	1			1												
2015	GP I	1	3	3		1													
	GP II	1	4	2			2												
2016	GP I	3	1	2															
	GP II		2				1												
2017	GP I	2					2												
	GP II		1	1		1	1												
2018	GP I	1																	
	GP II	1		1			2											1	
2019	GP I			1			1												
	GP II			1			1												1

Fonte: Adaptado dos Boletins Finais das competições de judô paralímpico da CBDV 2011-2019).

A participação do IHP ocorreu somente em 2018, naipes masculino. Cabe ressaltar que o atleta desde 2011 representava a ACERGS e a partir de 2018 resolveu competir pela entidade por ele criada em 2016, o IHP.

4.3.2 Participação competitiva de atletas em 2019

No ano de 2019, o Rio Grande do Sul foi representado por 72 atletas deficientes visuais, 30 atletas do goalball, 27 atletas do futebol de cegos e 13 atletas do judô paralímpico, como é possível observar no Quadro 13.

Quadro 13. Número de atletas participantes das competições oficiais da CBDV por entidade e modalidades no ano de 2019

Entidade	Futebol de cegos	Goalball		Judô Paralímpico		Nº de Atletas
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
ACERGS	9	8	6	6	4	33
AFADDEV		6				6
AGAFUC	11					11
ASDEFIPEL	7					7
EEJAA		6	4			10
GNU					2	2
IHP				1		1
					Total	70

Fonte: Adaptado da Base de Dados da Secretaria da CBDV 2019.

A ACERGS foi a entidade do RS com o maior número de atletas participantes (33), em eventos competitivos da CBDV em 2019. Um dado que chama a atenção é a diferença do número de atletas participantes do naipe masculino (54) e feminino (16). Parte desta discrepância está relacionado à prática exclusiva pelo naipe masculino no futebol de cegos. Entretanto, o aumento da participação feminina em competições esportivas paralímpicas é uma preocupação do CPB, presente no planejamento estratégico como um objetivo do desenvolvimento esportivo e inclusão. O aumento da participação de atletas do naipe feminino no esporte paralímpico deve ser fomentado e acompanhado pelas confederações e entidades de prática (CPB, 2020b).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de uma revisão sistemática, que não teve a pretensão de esgotar um tema tão complexo e amplo como o desenvolvimento esportivo, foram encontrados, na literatura internacional, definições e bases teóricas capazes de delimitar a abrangência do termo no campo da gestão esportiva. Desta maneira, não há razões para o termo ser utilizado na literatura científica nacional desacompanhado do seu arcabouço teórico. Também durante essa revisão, pode ser observada a carência de estudos sobre o desenvolvimento esportivo paralímpico, uma área importante e promissora a ser pesquisada.

A partir das definições encontradas é possível sintetizar que o desenvolvimento esportivo é o processo de criação de um ambiente propício para a prática esportiva, tornando-a acessível, atrativa e direcionada; acessível para que mais pessoas tenham acesso a prática, atrativa para despertar o interesse e ampliar o engajamento pela prática e direcionada para que atenda os diferentes objetivos e/ou habilidades dos seus praticantes, desde os primeiros contatos com o esporte ao alto rendimento.

Ao analisarmos os resultados, utilizando esta conceituação, podemos afirmar que a prática esportiva paralímpica de deficientes visuais no RS não é acessível, pelo contrário, é restritiva, sendo oferecida por um pequeno número de entidades de prática (sete). As entidades de prática, por sua vez, além de mal distribuídas pelo estado, contemplam um número ainda menor de municípios (5). Além do número de pessoas diretamente afetadas. Em 2019, entre um universo de 352 mil pessoas com deficiência visual (destas 29 mil cegas) no RS, 72 participaram de eventos competitivos da CBDV.

Aparentemente, as práticas esportivas para pessoas com deficiência visual no RS, também não são suficientemente atrativas, parecendo incapazes de atrair nossos participantes. Resultados esportivos positivos e a presença de atletas renomados parecem impactar positivamente com a imagem do esporte. Mais estudos, com a participação de atletas, são necessários para a avaliação deste item. Quanto ao direcionamento da atividade, fica claro que apenas uma das entidades cumpre com o seu objetivo institucional, a AGAFUC com seu foco no alto rendimento. As demais entidades, desconsideram a parte dos seus objetivos institucionais relacionada ao

desenvolvimento do esporte de base e aumento da participação esportiva, focando exclusivamente nas competições esportivas e no alto rendimento.

A escolha dos processos administrativos de planejamento, implementação e avaliação pareceu ser adequada para a elaboração de um panorama de como ocorre o desenvolvimento esportivo paralímpico de deficientes visuais no RS. O planejamento de todas as entidades analisadas está vinculado ao calendário competitivo da CBDV, com prazo máximo de um ano e na maioria dos casos é realizado informalmente. No processo de implementação fica claro que as entidades não fazem captação de novos participantes para a prática esportiva. Quando chega um atleta novo na entidade, não há uma estrutura adequada para sua iniciação (como uma turma específica, com professor, espaço e materiais direcionados para melhor recebê-lo). Com exceção do GNU, todas as demais entidades dependem de espaços cedidos para a implementação de suas atividades. A avaliação é feita de forma empírica e informal, muitas vezes simultaneamente ao processo de planejamento. O empirismo. A informalidade parece estar atrelada a falhas no processo de planejamento, como a falta de definições de objetivos claros. Parece sempre existir um certo contentamento com os resultados alcançados pelas entidades, sendo o mesmo atrelado a estrutura que se tinha à disposição. Entretanto, não é possível afirmar que adequações nos processos de planejamento, implementação e avaliação resultarão em um desenvolvimento esportivo mais efetivo.

Entre os processos analisados, foi possível concluir que o planejamento esportivo de uma entidade sem objetivos pré-estabelecidos e claros, resultará em dificuldades na implementação e na impossibilidade de uma avaliação mais efetiva e formal. Com base nos achados desta pesquisa e acreditando que as entidades esportivas paralímpicas de deficientes visuais atuam (ou deveriam atuar) como empresas. Sugerimos que os processos de planejamento, implementação e avaliação sejam praticados com maior formalidade possível com objetivos e métricas claramente determinados e que o desenvolvimento esportivo (seja primeiramente compreendido em sua abrangência) seja uma atividade precípua das entidades de prática de deficientes visuais do estado, presente no estatuto das entidades. Desta forma, assim como outros objetivos institucionais, o desenvolvimento esportivo pode ser pensado e planejado a longo prazo, diferentemente do que ocorre atualmente.

No apêndice F, apesar de não ser um dos objetivos deste trabalho, mas em virtude dos problemas encontrados no processo de planejamento, está disponibilizado um modelo de planejamento de desenvolvimento esportivo, com pontos fundamentais a serem considerados durante este processo. Uma cópia será entregue a cada uma das entidades participantes, assim como será oferecida uma apresentação de como utilizá-la.

Ao término desta pesquisa três limitações foram identificadas, a primeira foi a dificuldade encontrada em contatar os dirigentes (presidentes) da AFADEV e da ASDEFIPEL, o que acarretou a ausência destes na pesquisa. Com o diretor esportivo da ASDEFIPEL, três entrevistas foram marcadas e devido a atrasos e/ou cancelamentos do entrevistado acabaram não sendo executadas. Outra limitação foi a ausência das entidades vinculadas a CBDV que não participam do calendário competitivo da confederação na pesquisa. Trabalhos futuros poderão buscar entender os motivos pelos quais estas entidades estão vinculadas à confederação e quais são as razões para não participarem competitivamente. E por fim, a ausência de uma teoria consolidada sobre o desenvolvimento esportivo paralímpico (cabe ressaltar que durante a revisão sistemática não foram encontrados trabalhos referentes ao desenvolvimento esportivo paralímpico), foi uma limitação que implicou na escolha pela formatação da tese apresentada.

Por fim, este estudo pode servir como um guia de princípios básicos do desenvolvimento esportivo paralímpico nas entidades de prática que atuam ou tenham interesse em atuar com os esportes específicos de deficientes visuais. Novos estudos são incentivados, com as entidades de prática que não atuam no circuito competitivo da CBDV, com as escolas (inclusivas e especiais), com a participação de atletas e com a utilização de processos administrativos mais complexos.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. ABEB. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A8272E08C630172E36A69B02113>>. Acesso em: 02 02 2020

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO SUL. ACERGS. **Institucional**, 2020. Disponível em: <<http://acergs.org.br/institucional/>>. Acesso em: 02 02 2020.

BALIY, Istvan.; WAY, Richard.; HIGGS, Colin. **Long-term athlete development**. Champaign: Human Kinetics, 2013.

BAYLEI, Steve. **Athlete first: a history of the Paralympic movement**. Chichester: John Wiley & Sons, 2008.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. 24(4):143-155, 2016a.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**. 21(10):2989-2997, 2016b.

BRASIL. Decreto nº 408, de 17 de maio de 1890. **Approva o regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-408-17-maio-1890-509179-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 02 2020.

BRASIL. Decreto n. 1320, de 24 de janeiro de 1891. **Institue honras e homenagens á memoria do eminente cidadão o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/392142/publicacao/15837174>>. Acesso em: 02 02 2020.

BRASIL. Lei Brasileira Nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615compilada.htm>. Acesso em: 02 02 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 02 02 2020.

BRASIL. **O IBC**, 2020. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/o-ibc>>. Acesso em: 02 02 2020.

BRASIL. Rede Nacional do Esporte. **Atlanta - 1996**. Disponível em: <<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/o-brasil-nos-jogos/atlanta-1996>>. Acesso em: 02 02 2020

BRITAIN, Ian; BEACOM, Aaron. **The Palgrave Handbook of Paralympic Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

BROUWERS, Jessie; SOTIRIADOU, Popi; DE BOSSCHER, Veerle. An examination of the stakeholders and elite athlete development pathways in tennis, **European Sport Management Quarterly**, 15:4, 454-477, 2015.

BURNETT Cora; HOLLANDER, Wim. Sport Development and the United Kingdom-South Africa Sports Initiative: A Preevaluation Report. **Journal of Sport Management**, 13 ,237-251,1999.

CAMPBELL, Charles. F. F. **Outlook for the blind: a quarterly record of the progress and welfare of the blind, april, 1907-1909**. Disponível em:<<https://archive.org/details/outlookforblind190709unse/page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 20 02 2020.

CAMPBELL, Charles. F. F. **Outlook for the blind: a quarterly record of the progress and welfare of the blind, april, 1909-1910**. Disponível em:<<https://archive.org/details/outlookforblind190911unse/page/n5/mode/2up>> Acesso em: 20 02 2020.

CARAVAGE, Andresa; OLIVER, Fátima Corrêa. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Revista Movimento, 24(3): 987-1000, 2018.

CARMONA Eduardo k. **Atletas Deficientes Visuais Sul-Rio-Grandenses nos Jogos Paralímpicos: cenários e memórias**. (2015), 114f. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, 2015.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Paralimpíadas Escolares 2019 começam na próxima semana no CT Paralímpico, em São Paulo**, 2019a. Disponível em <<https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/2685/paralimpiadas-escolares-2019-comecam-na-proxima-semana-no-ct-paralimpico-em-sao-paulo>>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Paralimpíadas Escolares 2019 - Regulamento Geral**, 2019b. Disponível em <<https://www.cpb.org.br/upload/documents/5cea47bc4cb64b47bec3624ee3fb6bba.pdf>>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Confederações**, 2020a. Disponível em: <<https://www.cpb.org.br/ocomite/confederacoes>>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Planejamento Estratégico 2017-2024**, 2020b. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2017-2024.pdf>>. Acesso em: 20 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Modalidades**, 2020c. Disponível em: <www.cpb.org.br>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Futebol de Cegos**, 2020d. Disponível em: <www.cpb.org.br/modalidades/50/futebol-de-cegos>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Goalball**, 2020e. Disponível em: <www.cpb.org.br/modalidades/56/goalball>. Acesso em: 02 02 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Judô paralímpico tem mudanças de regra em 2022**. 2022a. Disponível em <www.cpb.org.br/noticia/detalhe/3789/judo-paralimpico-tem-mudancas-de-regras-em-2022-saiba-quais>. Acesso em: 20 09 2022.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Judô**, 2022b. Disponível em: <<https://www.cpb.org.br/modalidades/48/judo>>. Acesso em: 02 02 2020.

CONDE, Antônio João Menescal. **Memória Paralímpica**, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/robertotostes/docs/livro_memoria_4junho>. Acesso em: 02 02 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata de assembleia de fundação da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais** – CBDDEV, 2008. Disponível em: <http://cbdv.org.br/sites/default/files/documentos/ata_assembleia_geral_extraordinaria_cddev_2008.pdf>. Acesso em: 23 04 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata de assembleia geral extraordinária da confederação brasileira de desportos de deficiente visual** – CBDV, 2010. Disponível em: <http://cbdv.org.br/sites/default/files/documentos/ata_da_assembleia_geral_extraordinaria_da_confederacao_-_01_2010.pdf>. Acesso em: 23 04 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Estatuto 2019**, 2019a. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/1o2zs4llicab4jp/Proposta%20de%20Estatuto%20CBDV%202019.pdf?dl=0>>. Acesso em: 02 02 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Relatório Geral – Ano Base 2019**, 2019b. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/6py2fi9019hxwtp/Relat%C3%B3rio%20do%20Exerc%C3%ADcio%20de%202019%20CBDV.pdf?dl=0>>. Acesso em: 02 02 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Boletins de Competições**, 2019c.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Regulamento Futebol de Cinco 2019**, 2019d.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Regulamento Goalball 2019**, 2019e.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Regulamento Judô 2019**, 2019f.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Entidades**, 2020b. Disponível em: <<http://cbdvd.org.br/entidades>>. Acesso em: 02 02 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Judô**, 2020C. Disponível em: <www.cbdvd.org.br/modalidades/judo>. Acesso em: 02 02 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Base de Dados da Secretaria da CBDV**, 2021.

COSTA, Alberto Martins da; WINCKLER, Ciro. **A Educação Física e o Esporte Paralímpico**. In: MELLO, Marco Tulio de; WINCKLER, Ciro. (Org.) **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

CUNNINGHAM, George B.; WARNER, Stacy. Baseball 4 All: Providing Inclusive Spaces for Persons with Disabilities. **Journal of Global Sport Management**, vol. 4, no. 4, 313–330, 2019.

DAFT. R., **Organization theory and design**, 10th ed., Mason, OH: South-Western, Cengage Learning, 2010.

DIXON, Marlene A.; GREEN, Christine B.; ANDERSON, Arden; EVANS, Peter. Creating New Sport Opportunities for Girls: Resource Acquisition and Mobilization Across Competitive Environments. **Journal of Sport Management**, 35, 295-311, 2021.

DIXON, Marlene A; GRAHAM, Jeffery A; HARTZELL, Allyson C.; FORREST, Katherine. Enhancing Women's Participation and Advancement in Competitive Cycling. **Journal of Applied Sport Management**. vol. 9, no. 4, 10-21, Winter 2017.

EDWARDS, Jonathon; WASHINGTON, Marvin. Managing a Sport Organization: The Impact of Recruiting, Selecting, and Retaining Elite Level Coaches in Sport. **Journal of Applied Sport Management**. Vol. 5, no. 3, 78-108, Fall 2013.

FARELL, Gabriel. **The story of blindness**. 2ed. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. FDN. **Linha do tempo**, 2022. Disponível em: <<https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 02 02 2022.

GIULIANOTTI, Richard; HOGNESTAD, Hans; SPAAIJ, Ramón. Sport for development and peace: Power, politics, and patronage. **Journal of Global Sport Management**, 1(3–4): 129–141, 2016.

GREEN Christine. Building sport programs to optimize athlete recruitment, retention and transition: toward a normative theory os sport development. **Jornal of sport management**, V. 19, p. 233-253, 2005.

GREEN, Christine B.. Building Sport Programs to Optimize Athlete Recruitment, Retention, and Transition: Toward a Normative Theory of Sport Development. **Journal of Sport Management**, 19, 233-253, 2005.

GREGUOL, Márcia. **Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência: relatório nacional de desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017. Disponível em: <http://www.each.usp.br/gepaf/wp-content/uploads/2017/10/PNUD_RNDH_completo.pdf>. Acesso em: 02 02 2020.

HAEGELE, Justin A.; SUTHERLAND, Sue. Perspectives of Students with Disabilities Toward Physical Education: A Qualitative Inquiry Review. **Quest**. 67:3, 255-273, 2015.

HAEGELE, Justin A.; ZHU, Xihe; DAVIS, Summer. The meaning of physical education and sport among elite athletes with visual impairments. **European Physical Education Review**. 1–17, 2016.

HARRIS, Kevin; ADAMS, Andrew. Power and discourse in the politics of evidence in sport for development. **Sport Management Review**, 19(2), 2015.

HODGETTS, Danya; DUNCAN, Mitch J. Quantitative analysis of sport development event legacy: an examination of the Australian Surf Life Saving Championships. **European Sport Management Quarterly**, vol. 15, no. 3, 364–380, 2015.

HORNE, Edward; BROWN, Matthew. The Retention of Adult Sport Participants: The Challenge of Player Ratings. **Journal of Applied Sport Management**, vol. 11, No. 1, 24-35, Spring 2019.

HOULIHAN, Barrie; WHITE, Anita. **The politics of sports development. Development of sport or development through sport?**. London: Routledge, 2002.

HOWE, Julia Ward. **Memoir of Dr. Samuel Gridley Howe**. Boston: Albert J. Wright, 1876.

INSTITUT NATIONAL DES JEUNES AVEUGLES. INJA. **Histoire de l'INJA**. Disponível em: <<http://www.inja.fr/Default/historique.aspx>>. Acesso em: 20 03 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo, Amostra pessoas com deficiência, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/23612?localidade2=0&indicador=23957>>. Acesso em: 20 03 22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico – **Nota Técnica, 2018**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf>. Acesso em: 20 03 2020.

INTERNATIONAL BLIND SPORT FEDERATION. IBSA. **IBSA Classification Rules, 2018**. Disponível em: <<https://www.ibsasport.org/documents/files/182-1-IBSA-Classification-rules-2018.pdf>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL BLIND SPORT FEDERATION. IBSA. **History of IBSA, 2020a**. Disponível em: <<http://www.ibsasport.org/history/>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL BLIND SPORT FEDERATION. IBSA. **History, 2020b**. Disponível em: <<https://blindfootball.sport/about-football/history/>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL BLIND SPORT FEDERATION. IBSA. **IBSA Classification Rules, 2018**. Disponível em: <<https://www.ibsasport.org/documents/files/182-1-IBSA-Classification-rules-2018.pdf>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL BLIND SPORT FEDERATION. IBSA. **IBSA Constitution, 2017**. Disponível em: <<http://www.ibsasport.org/documents/files/175-1-IBSA-Constitution.pdf>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Classification Explained, 2020a**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/classification>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **History of the Paralympic Movement, 2020b**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/ipc/history>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **History of Football 5-A-Side, 2020c**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/football-5-a-side/about>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Countries / National Paralympic Committees, 2020d**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/countries>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **History of Goalball, 2020e**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/goalball/about>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Sports, 2020d**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sports>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Sport week: introduction to goalball, 2020f**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/news/sport-week-introduction-goalball>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive - Toronto 1976**, 2020g. Disponível em: < <https://www.paralympic.org/toronto-1976/results/goalball>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Classification Explained**, 2020h. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/classification>>. Acesso em: 02 02 2020.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Seoul 1988**, 2023a. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/seoul-1988/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Barcelona 1992**, 2023b. Disponível em: < <https://www.paralympic.org/barcelona-1992/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Atlanta 1996**, 2023c. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/atlanta-1996/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Sydney 2000**, 2023d. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sydney-2000/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Athens 2004**, 2023e. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/athens-2004/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Beijing 2008**, 2023f. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/beijing-2008/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – London 2012**, 2023g. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/london-2012/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive – Rio 2016**, 2023h. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/rio-2016/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **Results Archive - Tokyo 2020**, 2023i. Disponível em: < <https://www.paralympic.org/tokyo-2020/results>>. Acesso em: 02 02 2023.

JONES, Gareth. **Teoria das organizações**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

KIDD, Bruce. A new social movement: Sport for development and peace. **Sport in Society**, 11(4), 370–380, 2008.

KRISTIANSEN, Elsa; MACINTOSH, Eric W.; PARENT, Milena M.; HOULIHAN, Barrie. The Youth Olympic Games: a facilitator or barrier of the high-performance sport development pathway?. **European Sport Management Quarterly**, vol. 18, no. 1, 73–92, 2018.

LEE, Mabel. The Case for and against Intercollegiate Athletics for Women and the Situation as it Stands To-Day. **American Physical Education Review**, 29:1, 13-1, 1924.

LIM, Youn So; WARNER, Stacey; DIXON, Marlene; BERG, Brennan; KIM, Chiyong; NEWHOUSE-BAILEY, Michael. Sport Participation Across National Contexts: A Multilevel Investigation of Individual and Systemic Influences on Adult Sport Participation. **European Sport Management Quarterly**, vol. 11, no. 3, 197-224, June 2011.

LYRAS, Alexis; WELTY-PEACHEY, Jon. Integrating sport for development – Theory and praxis. **Sport Management Review**, 14, 311–326, 2011.

MARQUES, Renato Francisco R.; DUARTE, Edilson; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, José Júlio G. de; MIRANDA, Tatiane. J. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, 365-77, out./dez. 2009.

MATARUNA, Leonardo; WINCKLER, Ciro; FONTES, Mário Sérgio e GAVIÃO, José Júlio. **Inclusão Social - Esporte para deficientes visuais**. In: Da COSTA; Lamartine. (Org.) Atlas do esporte no Brasil: Atlas do esporte; educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, p. 638-644. 2005.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. da C. **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Ícone, 2012.

MISENER, Katie E. Parent Well-Being Through Community Youth Sport: An Autoethnography of “Sideline” Participation. *Journal of Sport Management*, 34, 329-340, 2020.

OHLENKAMP, N. **Coaching judo for blindathletes**. Disponível em: <<http://judoinfo.com/vicoach/>> Acesso em: 22 02 2020.

OGDEN, Josh; EDWARDS, Jonathon R.. Are Canadian Stakeholders Resting on Their Laurels? A Comparative Study of the Athlete Pathway Through the Swedish and Canadian Male Ice Hockey Systems. **Journal of Sport Management**, 30, 312 -328, 2016.

PACIOREK, Michael. J. Esportes adaptados. In: WINNICK, Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

PARSON, Andrews.; WINCKLER, Ciro. In: MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte paralímpico**. Belo Horizonte: Atheneu, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Dirceu; KEHDI, Paulo; MOSSMANN, Karina. **O legado paulista ao esporte paralímpico**. São Paulo: Auréa, 2016.

PERKINS SCHOOL FOR THE BLIND. PERKINS. **Sports**, 2020. Disponível em: <<https://www.perkins.org/history/curriculum/sports>>. Acesso em: 02 02 2020.

PERKINS SCHOOL FOR THE BLIND. PERKINS. **Bound Clippings: Maryland School**, 1906-1912. Disponível em: <<https://archive.org/details/perkinsschoolfo061201perk/mode/2up>>. Acesso em: 02 02 2020.

PITTS, Brenda G.; SHAPIRO, Deborah R. People with disabilities and sport: An exploration of topic inclusion in sport management. **Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education**, vol. 21, Part A, 33-45, November 2017.

RECOMA. **Tatami Olímpico para Judô**, 2022. Disponível em: <<https://www.recoma.com.br/tatami-olimpico-para-judo/>>. Acesso em 02 10 2022.

SAFFORD, Philip. L.; SAFFORD, Elizabeth. J. **Childrens with disabilities in America: A historical handbook and guide**. London: Greenwood press, 2006.

SCHULENKORF, Nico; SHERRY, Emma; PHILLIPS, Pamm. What is sport development?, in SHERRY, Emma; SCHULENKORF, Nico; PHILLIPS, Pamm. **Managing sport development: an international approach**. Abingdon: Routledge: 2016.

SCHUMACHER, Gustavo B. **Um Estudo Sobre a Estrutura Organizacional e o Funcionamento do Judô Paralímpico no Brasil**. (2018), 134f. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, 2018.

SCHUMACHER, Gustavo B.; MARCHETTI, Felipe; MAZO, Janice Z. Desenvolvimento do judô paralímpico na extensão universitária: um estudo de caso. **Caderno de Educação Física e Esporte**. v.16. n. 1, p. 117-127, 2018.

SHAPIRO, Deborah. R.; PITTS, Brenda. G. What Little Do We Know: Content Analysis of Disability Sport in Sport Management Literature. **Journal of Sport Management**, 28(6), 2014.

SHILBURY, David.; SOTIRIADOU, Popi Kalliopi; GREEN, Christine. Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An introduction to the special issue. **Sport Management Review**, V.11:3, p 217-223, 2008.

SHILBURY, David; SOTIRIADOU, Kalliopi; GREEN, Christine B. Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An Introduction to the Special Issue. **Sport Management Review**, 11, 217-223, 2008.

SKINNER, James and ZAKUS, Dwight H. Development through Sport: Building Social Capital in Disadvantaged Communities. **Sport Management Review**, 11, 253-275, 2008.

SKINNER, James; EDWARDS, Allan; CORBETT, Ben. **Research methods for sport management**. London/New York: Routledge 2015.

SOTIRIADOU, Kalliopi; SHILBURY, David; QUICK, Shayne. The Attraction, Retention/Transition, and Nurturing Process of Sport Development: Some Australian Evidence. **Journal of Sport Management**, 22, 247-272, 2008.

SOTIRIADOU, Popi; SHILBURY, David. Sport development in high performance sport: The process of attracting, retaining and nurturing athletes. In. SOTIRIADOU Popi; De Bosscher, Veerle. (Eds.), **Managing high performance sport** (pp. 139–158). London: Routledge, 2013.

SOTIRIADOU, Popi Kalliopi. Sport development planning: The sunny golf club. **Sport Management Review**. 16 514 – 523, 2013.

SOTIRIADOU, Popi; DE BOSSCHER, Veerle. Managing high-performance sport: introduction to past, present and future considerations. **European Sport Management Quarterly**, vol. 18, No. 1, 1–7, 2018.

SOUZA, Doralice Lange.; SILVA, Marcelo Moraes e; MOREIRA, Tatiana Sviesk. O perfil da produção científica online em português relacionada às modalidades olímpicas e paralímpicas. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.22, n.4, 1105-1120, out/dez de 2016.

TAKS, Marijke; GREEN, Christine B.; MISENER, Laura; CHALIP, Laurence. Evaluating sport development outcomes: the case of a medium-sized international sport event. **European Sport Management Quarterly**, vol. 14, no. 3, 213–237, 2014.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack k.; SILVERMAN Stephen J.. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª ed. Porto Alegre. ARTMED. 2012.

UNITED NATIONS. UN. **General Assembly – Thirty-first Session**. 1976. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/31/123>>. Acesso em: 02 02 2020.

UNITED NATIONS. UN. **The International Year of Disabled Persons**, 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/the-international-year-of-disabled-persons-1981.html#star>>. Acesso em: 02 02 2020.

WARNER, Stacy; CHALIP, Laurence; WOOLF, Jules. Fan Development Strategy: The Austin Wranglers' Game Plan. **Sport Management Review**, 11, 309-330, 2008.

WARNER, Stacy; TINGLE, Jacob K.; KELLETT, Pamm. Officiating Attrition: The Experiences of Former Referees Via a Sport Development Lens. **Journal of Sport Management**, 27, 316-328, 2013.

WASHINGTON GROUP. WG. **Washington Group on Disability Statistics**, 2020. Disponível em: <<http://www.washingtongroup-disability.com/>>. Acesso em: 02 02 2020.

WICKER, Pamela; HALLMANN, Kirstin; BREUER, Christoph; FEILER, Svenja. The value of Olympic success and the intangible effects of sport events - a contingent valuation approach in Germany. **European Sport Management Quarterly**, vol. 12, no. 4, 337-355, September 2012.

WINNICK, Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

WINNICK, Joseph P., PORRETA, David L. **Adapted physical education and sport**. 6.ed. New York: Human Kinetics, 2017.

WOOLF, Jules; NEWLAND, Brianna L; BERG, Brennan K.; GREEN Christine B. So You Want to be a Fighter? Institutional Work and Sport Development Processes at an Elite Mixed Martial Arts Gym. **Journal of Sport Management**, 30, 438-452, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. **Blindness and vision impairment**, 2020. Disponível em:<<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/blindness-and-visual-impairment>> Acesso em: 20 02 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar do estudo: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PARALÍMPICO PARA DEFICIENTES VISUAIS NO RIO GRANDE DO SUL. O estudo tem por objetivo:

- 1) Analisar o desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual nas entidades de prática do Rio Grande do Sul vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais.
- 2) Analisar e conceituar desenvolvimento esportivo.
- 3) Descrever os processos de planejamento, implementação e avaliação do desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual nas entidades de prática do Rio Grande do Sul (RS) vinculadas à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV).
- 4) Analisar os processos de planejamento, implementação e avaliação do desenvolvimento esportivo paralímpico para pessoas com deficiência visual nas entidades de prática do RS vinculadas à CBDV.

Os resultados deste estudo irão colaborar na composição de um panorama de como o esporte paralímpico de DVs é desenvolvido no RS, servindo de referência para elaboração de políticas públicas a fim de contribuir com o crescimento quantitativo de entidades de prática no estado, no aumento de oferta de modalidades nas entidades e no número de atletas DVs praticantes no estado; assim como, melhorar os resultados esportivos a médio e longo prazo.

Nesta pesquisa serão utilizados como métodos de coleta de dados:

- Análise documental - Serão utilizados documentos, retirados do site oficial da entidade (como estatutos, atas, boletins e relatórios), podendo também ser solicitados as entidades através do correio eletrônico.
- Entrevistas semiestruturadas – Dirigentes, técnicos e atletas poderão ser entrevistados. A entrevista tratará sobre questões referentes ao desenvolvimento do esporte paralímpico para DVs no RS, será gravada, transcrita e encaminhada para o entrevistado para conferência dos elementos transcritos e corrigido, se o entrevistado assim achar necessário. A entrevista terá duração máxima de uma hora. As gravações de áudio geradas a partir das entrevistas serão encaminhadas ao arquivo do “Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos” (CEOP), localizado na sala 212A do Laboratório de Pesquisa do Exercício (LAPEX) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A pesquisa faz parte do projeto de Doutorado do Prof. Me. Gustavo Bordin Schumacher, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientado pelo Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho.

O pesquisador garante aos participantes da pesquisa:

- Os riscos são mínimos e inerentes à participação dos sujeitos em uma entrevista. As informações e os resultados do estudo podem contribuir com o desenvolvimento do esporte paralímpico para DVs no RS;

- Em caso de qualquer dúvida, quanto à pesquisa ou sobre os seus direitos, você poderá contatar o Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho, orientador e responsável pela pesquisa, pelo telefone (51) 33085858 ou pelo e-mail: alberto.reppold@ufrgs.br ou com o pesquisador Prof. Me. Gustavo Bordin Schumacher pelo telefone (51) 993552476 ou pelo e-mail: gustavo.schumacher@ufrgs.br;
- O participante terá liberdade de recusar a participação ou de retirar o seu consentimento em qualquer fase do estudo sem que ocorra nenhum prejuízo a ele;
- Não haverá nenhum tipo de remuneração pela participação no estudo;
- A identidade dos participantes não será revelada e as informações que forem prestadas poderão ser utilizadas somente para fins científicos;
- O relatório final da pesquisa será encaminhado às entidades envolvidas no estudo e aos participantes do estudo, sendo garantida a confidencialidade dos respondentes.

Caso o participante entenda que seus direitos foram negligenciados pelos pesquisadores, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRGS – pelos telefones: (51) 3308-3738 ou 3308-3629. Serão feitas duas vias deste termo de consentimento: uma via ficará com os pesquisadores e a outro com o participante do estudo.

A assinatura nesse formulário indica que você entendeu satisfatoriamente as informações relativas à sua participação nesse projeto e que você concorda em participar. De forma alguma, esse consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera o pesquisador de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Qual a sua relação com o esporte paralímpico?
- 2) Como o esporte é desenvolvido na sua entidade?
- 3) Como o esporte é planejado na sua entidade?
- 4) Como o esporte é implementado na sua entidade?
- 5) Como o esporte é avaliado na sua entidade?
- 6) Como você avalia os processos de planejamento, implementação e avaliação do esporte na entidade?
- 7) Como é a estrutura destinada ao esporte na entidade?
 - Recursos humanos
 - Recursos financeiros
 - Infraestrutura
- 8) Como é o percurso dos atletas no esporte da entidade (da base ao alto rendimento)?
- 9) Atualmente existem 12 entidades do RS vinculadas a CBDV, destas, três participaram das competições em 2019 no esporte? Como podemos analisar a baixa participação? O que precisa ser feito para mudarmos isso?
- 10) Também em 2019, o Rio Grande do sul não teve equipe nas três modalidades paralímpicas, específicas de deficientes visuais, nas Paralimpíadas Escolares. Como podemos analisar a ausência de participantes? O que precisa ser feito para mudarmos isso?
- 11) Qual o impacto da escola inclusiva no esporte paralímpico?
- 12) O fato da entidade não ser exclusiva de esportes é positivo ou negativo para o desenvolvimento do esporte?
- 13) O fato da entidade atender a X esportes é positivo ou negativo para o desenvolvimento da modalidade?
- 14) O esporte adaptado que antes era uma forma de reabilitação física e inclusão social agora foca também no alto rendimento. Como a entidade está acompanhando este processo?
- 15) No seu entendimento qual a melhor forma de desenvolver o esporte na entidade, buscando resultados competitivos ou o aumento do número de atletas participando da modalidade?

- 16) Levando em consideração a dificuldade em captar atletas, seriam os esportes coletivos para pessoas com deficiência visual mais complexos de serem desenvolvidos, quando comparados com os esportes individuais? Qual a diferença de trabalhar com esportes individuais e coletivos?
- 17) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa referente ao desenvolvimento esportivo do esporte paralímpico na sua entidade?
- 18) Como o Covid-19 impactou no desenvolvimento esportivo da entidade no ano de 2020? O que esperar para 2021?

APÊNDICE C - DOCUMENTOS OFICIAIS FORNECIDOS PELA CBDV

1) Base de Dados da Secretaria da CBDV

2) Estatutos das Entidades

- Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS
- Associação Farroupilhense de Deficientes Visuais – AFADEV
- Associação Gaúcha de Futsal para Cegos - AGAFUC
- Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas - ASDEFIPEL
- Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo – EEJAA
- Grêmio Náutico União – GNU
- Instituto Hélio Passos de Judô - IHP

3) Regulamentos

- Regulamento Goalball, 2019
- Regulamento Futebol de Cinco, 2019
- Regulamento Judô Paralímpico, 2019

4) Boletins de Competições:

Goalball

- Campeonato Regional Sul De Goalball 2011
- Campeonato Regional Sul De Goalball 2011
- Regional Sul De Goalball 2012
- Copa Brasil De Goalball 2012
- Regional Sul De Goalball 2013
- Copa Brasil De Goalball 2013
- Regional Sul De Goalball 2014
- Copa CAIXA Loterias De Goalball 2014
- Campeonato Regional Sul De Goalball 2015

- Copa CAIXA Loterias De Goalball 2015
- Regional Sul De Goalball 2016
- Copa CAIXA Loterias De Goalball 2016
- Regional Sul De Goalball 2017
- Copa CAIXA Loterias De Goalball 2017
- Regional Sul De Goalball 2018
- Copa CAIXA Loterias De Goalball - Série A, 2018
- Copa CAIXA Loterias De Goalball– Série B, 2018
- Regional Sul De Goalball 2019
- Copa CAIXA Loterias De Goalball– Série A, 2019
- Copa CAIXA Loterias De Goalball– Série B, 2019

Futebol De Cegos

- Copa Brasil De Futebol De 5 - Série A, 2011
- Copa Brasil De Futebol De 5 - Série B, 2011
- Regional Sul De Futebol De 5 – 2011
- Copa Brasil De Futebol De 5 - Série A, 2012
- Copa Brasil De Futebol De 5 - Série B, 2012
- Regional Sul De Futebol De 5 – 2012
- Copa Brasil De Futebol De 5 - Série A, 2013
- Copa Brasil De Futebol De 5 – Série B, 2013
- Regional Sul De Futebol De 5 – 2013
- Copa CAIXA Loterias De Futebol De 5 - Série A, 2014
- Copa CAIXA Loterias De Futebol De 5 – Série B, 2014
- Regional Sul De Futebol De 5, 2014
- Copa CAIXA Loterias De Fut5 – Série A, 2015
- Copa CAIXA Loterias De Fut5 – Série B, 2015
- Regional Sul De Futebol De 5, 2015
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série A, 2016
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série B, 2016
- Regional Sul De Fut 5, 2016

- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série A, 2017
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série B, 2017
- Regional Sul De Fut 5, 2017
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série A, 2018
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série B, 2018
- Regional Sul-Sudeste De Fut 5, 2018
- Super Copa Do Brasil De Futebol De Cinco, 2018
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série A, 2019
- Copa Loterias CAIXA De Futebol De 5 – Série B, 2019
- Regional Sul-Sudeste De Futebol De 5, 2019
- Super Copa Do Brasil De Futebol De Cinco, 2019

Judô paralímpico

- Grand Prix Infraero De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2011 - 1ª Etapa.
- Grand Prix Infraero De Judô Paraolímpico, 2011 - Etapa Final.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2012 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2012 - Etapa Final.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2013 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2013 – Etapa Final.
- Grand Prix Internacional INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2014 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2014 – Etapa Final.
- Grand Prix Internacional INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2015 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos E Deficientes Visuais, 2015 - Etapa Final.

- Grand Prix Internacional INFRAERO De Judô Para Cegos, 2016 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos, 2016 - Etapa Final.
- Grand Prix Internacional INFRAERO De Judô Para Cegos, 2017 - 1ª Etapa.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos, 2017 - Etapa Final.
- Grand Prix Internacional INFRAERO De Judô Para Cegos, 2018 - 1ª Etapa E Copa Infraero De Judô Paralímpico Antônio Tenório.
- Grand Prix INFRAERO De Judô Para Cegos, 2018 - Etapa Final E Copa Infraero De Judô Paralímpico Antônio Tenório.
- Grand Prix Internacional De Judô Paralímpico, 2019 - 1ª Etapa E Copa De Judô Paralímpico Antônio Tenório.
- Grand Prix Internacional De Judô Paralímpico, 2019 - Etapa Final E Copa De Judô Paralímpico Antônio Tenório.

APÊNDICE D – MODELO DE PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO DE DEFICIENTES VISUAIS

Período: _____

MODALIDADES DESENVOLVIDAS:

() Futebol de Cegos	() Iniciação	() Alto Rendimento
() Goalball Feminino	() Iniciação	() Alto Rendimento
() Goalball Masculino	() Iniciação	() Alto Rendimento
() Judô Paralímpico	() Iniciação	() Alto Rendimento

OBJETIVOS:

1) Captação de atletas:

Masculino: _____(B1) _____(B2) _____(B3) _____(Vidente)
 Feminino _____(B1) _____(B2) _____(B3) _____(Vidente)

Responsável: _____

2) Resultados esportivos almejados:

Individual: _____

Equipe: _____

Responsável: _____

3) Resultados não-esportivos almejados:

Individual: _____

Equipe: _____

Responsável: _____

PREVISÃO DE RECURSOS FINANCEIROS:

Destinados para o esporte: R\$ _____

Destinados por modalidades: R\$ _____

Responsável: _____

Previsão de despesas por modalidades:

Recursos Humanos: R\$ _____

Materiais esportivos: R\$ _____

Infraestrutura: R\$ _____

Logística (treino): R\$ _____

Logística (competição): R\$ _____

Total: R\$ _____

Formas de arrecadação:

- _____
- _____
- _____

Responsável: _____

INFRAESTRUTURA

Local do treino: _____

Necessidades de adaptação para utilização:

- _____
- _____
- _____

Responsável: _____

Materiais necessários para prática:

- _____
- _____
- _____
- _____

Responsável: _____

RECURSOS HUMANOS

Comissão Técnica (modalidade):

- _____
- _____
- _____

Responsável: _____

Voluntários (modalidade):

- _____
- _____

Responsável: _____

Atletas (modalidade):

- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

Responsável: _____